



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA
AMAZÔNIA (PPGEAA)**

MARIA ROSÂNGELA DA SILVA E SILVA

**QUANDO OS FIOS SE ESGARÇAM: Memórias e Identidades nos Processos de
Desintrusão de Famílias Agricultoras em Garrafão do Norte (PA)**

CASTANHAL – PA

2025

MARIA ROSÂNGELA DA SILVA E SILVA

**QUANDO OS FIOS SE ESGARÇAM: Memórias e Identidades nos Processos de
Desintrusão de Famílias Agricultoras em Garrafão do Norte (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - PPGEAA, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Etno-sociobiodiversidade e Sustentabilidade Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Myrian Sá Leitão Barboza

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Violeta Refkalefsky Loureiro.

Aluna: Maria Rosângela da Silva e Silva

CASTANHAL – PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D111q Da Silva E Silva, Maria Rosângela.
Quando Os Fios se Esgarçam: : Memória e Identidades nos
Processos de Desintrusão de Famílias agricultoras em Garrafão do
Norte Pará / Maria Rosângela Da Silva E Silva. — 2025.
104 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Myrian Sá Leitão Barboza
Coorientação: Prof^ª. Dra. Violeta Refkalefsky Loureiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-Graduação
em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal, 2025.

1. Desintrusão. 2. Desterritorialização. 3. Conflitos
Territoriais. 4. Memória e Identidade. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 370.1109811

MARIA ROSÂNGELA DA SILVA E SILVA

**QUANDO OS FIOS SE ESGARÇAM: Memórias e Identidades nos Processos de
Desintrusão de Famílias Agricultoras em Garrafão do Norte (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia- PPGEEA, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myrian Sá Leitão Barboza

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Violeta Refklalefsky Loureiro.

Data: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Myrian Sá Leitão Barboza
PPGEAA – UFPA
(Presidente da Banca)

Prof.^a Dra. Violeta Refklalefsky Loureiro
PPGSA - UFPA

Prof.^a Dra. Roberta Sá Leitão Barboza
PPGEAA – UFPA
(Membra interna)

Prof.^a Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte
PPGLSA – UFPA
(Membra externa)

Dedico este trabalho aos meus pais, Antônio e Aparecida, por representarem para mim um exemplo de luta e resistência. À minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Violeta Loureiro, pela paciência e pelo profissionalismo dedicados, e a todos os meus familiares, sempre dispostos a me apoiar, seja com palavras de incentivo ou até mesmo financeiramente. Minha gratidão a todos.

[...] As monetárias mãos balas dos latifúndios rasga o rosto dos homens, ... é o rosto da Jari contra o de Antônio, da Liquifarm contra o do Xikrin, da grande empresa contra o lavrador [...] (Paes Loureiro, p. 117-118, 2002).

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho somente foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas e instituições, às quais registro minha sincera gratidão.

A Deus, fonte de força e perseverança, por ter-me sustentado diante das dificuldades. Aos meus filhos, Karyna e Kauê, pela compreensão e paciência diante da minha ausência em razão da dedicação à escrita. À minha mãe, Aparecida, pela presença constante e silenciosa durante este processo. Ao meu pai, Antônio, pelo apoio emocional e incentivo nos momentos de maior fragilidade.

Aos meus irmãos, Anderson, Carlos, Hamilton, Alessandro e Aurélio, pelo suporte financeiro que possibilitou os deslocamentos necessários a Belém. Ao meu neto, Theo, cuja percepção de que o estudo é caminho de transformação reforça a importância desta trajetória. Ao meu esposo, Ary, pela compreensão, pelo companheirismo e pelo apoio em inúmeras situações que demandaram renúncia e disponibilidade.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Myrian Leitão, pelo profissionalismo, dedicação e paciência, mesmo diante de adversidades pessoais, sempre atenta às minhas limitações de escrita. À Prof.^a Dr.^a Violeta Loureiro, pelos ensinamentos e pelas contribuições bibliográficas que fortaleceram o embasamento desta pesquisa. Ao Prof. Dr. Reinaldo Sales, pelas devolutivas valiosas quando este estudo ainda se configurava como um esboço.

Aos agricultores, pelo tempo dedicado às longas conversas que enriqueceram a investigação. Aos participantes da pesquisa, pela colaboração e pela partilha de experiências. Aos professores e colaboradores, cujos ensinamentos foram fundamentais para a consolidação deste percurso formativo, e aos colegas de classe, pelo apoio mútuo e solidariedade ao longo da caminhada.

Por fim, a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, manifesto meu mais profundo reconhecimento.

RESUMO

O objetivo central desta dissertação foi investigar os conflitos territoriais ocorridos na área da Vila Tauari, no município de Garrafão do Norte (PA), buscando compreender as percepções dos colonos/agricultores sobre o processo de desintração e seus desdobramentos. A pesquisa buscou dar visibilidade às experiências e memórias desses sujeitos, historicamente marginalizados e frequentemente silenciados pela narrativa oficial, destacando os impactos sociais, culturais e territoriais decorrentes da perda da terra e da ruptura dos laços comunitários. O método adotado foi qualitativo, apoiado em referenciais da memória, da escrivência e da história oral. A investigação articulou documentos históricos, análises acadêmicas e relatos de vida dos agricultores da Vila Tauari, compreendendo o território não apenas como espaço físico, mas como eixo simbólico e identitário. As narrativas coletadas foram tratadas como ferramentas analíticas, permitindo resgatar vozes invisibilizadas e compreender as tensões que atravessam o processo de desterritorialização. Os resultados evidenciam que os conflitos entre colonos e indígenas não derivam de rivalidades diretas, mas da omissão e contradição do Estado, que incentivou a ocupação da área por migrantes, mas não garantiu condições de permanência digna nem alternativas justas no processo de retirada. A análise revelou a centralidade da terra como espaço de memória e pertencimento, destacando como a desintração provocou não apenas deslocamento físico, mas também fragmentação identitária e comunitária. Ao mesmo tempo, emergiram formas de resistência, reorganização territorial e estratégias de sobrevivência, que reafirmam a resiliência camponesa. Nas considerações finais, a pesquisa aponta que a desintração, embora necessária para garantir os direitos territoriais indígenas, foi conduzida de maneira desorganizada e desigual, desrespeitando agricultores pobres e agravando vulnerabilidades. Ressalta-se a importância de políticas públicas que integrem justiça social e territorial, capazes de assegurar tanto a proteção dos povos originários quanto a dignidade dos agricultores. O estudo contribui, assim, para a reflexão crítica sobre a desterritorialização na Amazônia, reforçando o papel da memória coletiva como resistência e como instrumento de construção de direitos.

Palavras-chave: Desintração. Desterritorialização. Conflitos Territoriais. Memória e Identidade. Amazônia.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to investigate the territorial conflicts that took place in the area of Vila Tauari, in the municipality of Garrafão do Norte (PA), seeking to understand the perceptions of settlers/farmers regarding the process of “desintrusão” (removal from Indigenous Lands) and its consequences. The research aimed to give visibility to the experiences and memories of these historically marginalized subjects, often silenced by the official narrative, highlighting the social, cultural, and territorial impacts resulting from the loss of land and the rupture of community ties. The method adopted was qualitative, based on approaches of memory, *escrevivência* (writing from lived experience), and oral history. The investigation combined historical documents, academic analyses, and life stories of the farmers of Vila Tauari, understanding the territory not only as a physical space but also as a symbolic and identity axis. The collected narratives were treated as analytical tools, allowing for the recovery of silenced voices and for a deeper understanding of the tensions underlying the process of dispossession. The results show that conflicts between settlers and Indigenous peoples did not stem from direct rivalries, but rather from the omission and contradictions of the State, which encouraged migration and settlement in the area but failed to provide dignified conditions for permanence or fair alternatives during the removal process. The analysis revealed the centrality of land as a space of memory and belonging, showing how desintrusão provoked not only physical displacement but also identity and community fragmentation. At the same time, the research highlighted forms of resistance, territorial reorganization, and survival strategies that reaffirm peasant resilience. In the conclusions, the study argues that desintrusão, although necessary to guarantee Indigenous territorial rights, was conducted in a disorganized and unequal manner, disregarding poor farmers and exacerbating their vulnerabilities. It emphasizes the importance of public policies that integrate social and territorial justice, capable of ensuring both the protection of Indigenous peoples and the dignity of farmers. Thus, this research contributes to a critical reflection on dispossession in the Amazon, reinforcing the role of collective memory as a form of resistance and as an instrument for the construction of rights.

Keywords: Disintrusion. Deterritorialization. Territorial Conflicts. Memory and Identity. Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Cronologia dos fatos de acordo com os relatos de meus familiares.	16
Figura 2 - Tessitura do remaxin.....	17
Figura 3 - Mapa da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)	48
Figura 4 - Imagem de satélite da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)	48
Figura 5 - Imagem atual da entrada da vila Tauari.....	53
Figura 6 - Mapa da localização da vila Tauari atualmente no Município de Garrafão do Norte (PA).	54
Figura 7 - Croqui referente a cartografia de Tauari.....	62
Figura 8 - Jamaxi ou cargueiro, cesto indígena.....	65
Figura 9 - Fases da Desintrusão.....	71
Figura 10 - Localização dos assentamentos de Arapuã -Simeira, Paragonorte, e a Caip.....	76
Figura 11 - Vila Tauari no presente: a) plantação de roça no quintal agroflorestal; b) Casas ao longo da estrada	87
Figura 12 - Espaços da família Queiroz: a) casa; b) balneário.....	92

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Resumo das estruturas da dissertação.....	37
Quadro 2 - Principais atores, interesses e conflitos na região.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Ajustando os fios do remaxim: contextualizando minha história de vida e trajetória acadêmica à temática de pesquisa	12
As inquietações que me levaram ao problema de pesquisa	19
Dos objetivos da pesquisa	22
Percurso teórico e metodológico	22
Questão teórica – Os conceitos fundamentais	23
Dos métodos utilizados	33
Dos interlocutores da pesquisa	35
Da estrutura do trabalho	37
CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO LUGAR E SEUS ATORES SOCIAIS	40
1.1 Os povos originários – os Tembé e outros grupos indígenas	41
1.2 Características da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)	47
CAPÍTULO 2 - A “TERRA PROMETIDA” PARA OS COLONOS – INSTALAÇÃO E VIDA NA TERRA ONDE SE CONSTRUIU O TERRITÓRIO	50
2.1 Os agricultores e seus modos de produção	59
2.2 A Luz do passado	60
3.3 A harmonia inicial e o remaxim como símbolo	62
CAPÍTULO 3 - A SAGA DA DESINTRUSÃO – COMO OS LAÇOS SE ESGARÇAM	68
3.1 A desintrusão - desorganização, crueldade e abandono	68
3.2 O novo assentamento – abandono e injustiça social	74
3.3 O rompimento dos laços sociais e familiares	80
3.4 Articulando modos de sobrevivência frente à crise da desintrusão	82
3.5 Marcas profundas nas vidas dos diversos grupos sociais	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A - ROTEIRO DE CONVERSA COM AGRICULTORES	104

INTRODUÇÃO

Ajustando os fios do remaxin: contextualizando minha história de vida e trajetória acadêmica à temática de pesquisa

A história que aqui se inicia é construída a partir das minhas vivências e da trajetória da minha família, marcada por deslocamentos, resistência e ancestralidade. Antes de me tornar pesquisadora, sou filha, neta e bisneta de migrantes cearenses que chegaram à Amazônia em busca de condições mais dignas de vida. Carrego comigo não apenas o legado dos que vieram antes, mas também a experiência de ser mulher negra, agricultora e mãe solo em um território atravessado por conflitos e invisibilidades. Essa condição me constitui e fundamenta o olhar que lanço sobre os processos que afetaram minha comunidade.

Narrar essa trajetória é, portanto, um ato político. É por meio da minha história e da história dos meus que busco dar visibilidade a sujeitos frequentemente apagados dos registros oficiais. Não escrevo de fora, mas desde dentro: como alguém que viveu e sentiu, no corpo e na memória, os impactos da desintrusão e da desigualdade fundiária. Nesse horizonte, a universidade representou não apenas um espaço de estudo, mas também um terreno fértil para reconstruir sentidos, registrar memórias e reivindicar justiça para o meu povo. Assim, inicio este trabalho por uma apresentação pessoal, pois acredito que, como intelectual negra, posso contribuir para que outras mulheres negras se reconheçam e se destaquem em seus papéis.

Meu nome é Rosângela. Sou filha de Antônio Pereira e Maria Aparecida, segunda entre sete irmãos. Sou mulher negra, de olhos castanhos-escuros, lábios carnudos e cabelos afro. Minha história de vida, assim como a de minha família, está entrelaçada às questões que orientam esta pesquisa. Concebidos como fios de uma mesma trama, esses elementos me conduzem a contar a história dos atores sociais que me colocaram neste espaço e neste lugar de fala.

Nasci em 1981, no Pará, assim como meu pai. Minha mãe e meus avós, entretanto, não eram dessas terras. A chegada deles à Amazônia modificou profundamente o trajeto de nossas vidas. Minha família veio do Ceará, descendente de escravizados que trabalhavam em fazendas. Pouco sei sobre os familiares que permaneceram naquele estado. As memórias transmitidas por minha mãe revelam que meu bisavô era contratado pelos fazendeiros para engravidar mulheres escravizadas, uma vez que seu corpo era considerado robusto, garantindo, segundo a lógica desumana da época, o nascimento de filhos fortes para o trabalho na lavoura. Esse tipo de exploração era comum, e os escravizados destinados a essa função eram chamados de

“reprodutores”. Um caso notório é o do escravizado conhecido como Pata Seca. Nessa perspectiva, meu bisavô e suas irmãs foram trazidos do continente africano — de uma região que desconhecemos — na condição de escravizados, o que explica a ausência de bens materiais acumulados, apesar do árduo trabalho.

Os fatos aqui relatados evocam também as histórias narradas por meu avô, Cícero Pereira, conhecido como “Ciço Preto”, pai do meu pai. Quando nasceu, em 1918, a abolição já havia ocorrido, mas as marcas da escravidão permaneciam vivas. Em meio às dificuldades que a família enfrentava no Ceará, meu avô decidiu, na década de 1950, deixar o estado em busca de melhores condições de vida. Em contraposição à fome e à seca que assolavam a região, partiu a pé acompanhado de minha avó e de seu irmão caçula, saindo do município de Quixadá.

Tal concepção de mudança implicava atravessar um caminho perigoso, marcado por florestas densas, animais peçonhentos e selvagens, e a ausência de estradas, restando apenas as “picadas” abertas por caçadores e madeireiros. O objetivo era chegar à Zona Franca de Manaus, símbolo das oportunidades que começavam a se desenhar naquele período.

A década de 1950 foi marcada por intensas transformações sociais, econômicas, industriais e científicas, configurando um contexto politicamente conturbado. Esse cenário, somado à grande seca que atingiu o Ceará, desencadeou deslocamentos populacionais em massa. Nesse horizonte, o percurso do meu avô reflete um processo coletivo vivido por inúmeras famílias nordestinas que migraram em busca de sobrevivência.

Diante das adversidades do trajeto, meu avô e o irmão acabaram se separando. Ele prosseguiu a viagem com minha avó e chegou ao Pará, instalando-se inicialmente em São Miguel do Guamá. As terras, contudo, não eram propícias ao cultivo. Assim, construiu um barraco provisório e saiu à procura de solos mais férteis. Segundo relatava, foi informado por caçadores, também cearenses, de que havia muita terra “sem dono” mais adiante.

Após algum tempo, mudou-se para Capitão Poço, onde permaneceu por uma temporada, pois sua família já havia crescido com o nascimento de alguns filhos. No entanto, a caça tornou-se escassa em virtude da chegada constante de migrantes. Em busca de melhores condições, partiu novamente. Foi então orientado, outra vez por caçadores, a seguir para a região de Garrafão do Norte, onde, segundo diziam, havia terras devolutas que poderiam ser apropriadas.¹

Na década de 1960, meu avô começou a trabalhar nas terras que hoje correspondem à Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, acreditando tratar-se de uma “terra sem dono”, livre para

¹ Sobras de terras de sesmaria sem colonização e transferida ao Estado. Sesmaria era um sistema português de normatização e distribuição de terras.

ser ocupada. Cada chefe de família escolhia um pedaço de terra, erguia seu barraco e passava a viver ali. Segundo ele, a “fita métrica” utilizada para medir os lotes era apenas o olho.

Contrariando suas expectativas, aquelas terras não eram desocupadas. Tratava-se de território ancestral do povo Tembé, que já habitava a região há muito tempo, lutando por sua soberania e pelo direito de permanecer em suas terras. Esse povo havia sido, ao longo da história, sucessivamente alijado de seu território original, o que os levou a resistir e a reivindicar novas áreas.

Nessa perspectiva, os Tembé estabeleceram, às margens do rio Guamá, as bases que viriam a constituir a Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), como forma de consolidar sua presença após um longo processo de rupturas que remontava ao período colonial. Tal processo culminou na década de 1940, quando, em 1945, o então governador Magalhães Barata decretou aquelas áreas como território indígena. Contudo, a homologação definitiva arrastou-se por décadas, sendo consolidada apenas em 1993 (Alonso, 1999). Foi nesse período de disputas e lutas pela terra que meu avô chegou à localidade.

Sem documentos pessoais, realidade comum para muitos migrantes pobres nordestinos, meu avô conviveu durante anos em situação de invisibilidade legal. Apenas depois de já estar estabelecido como morador vizinho à TI — e mesmo trabalhando dentro dela — conseguiu registrar-se, com apoio de alguns políticos. Recordava apenas o ano de nascimento, 1918, e os primeiros nomes dos pais. Diante disso, o cartório de Ourém acrescentou ao seu registro o sobrenome “Pereira da Silva”, que passou a identificar nossa família.

Nesse entrelaçamento de histórias, cabe mencionar ainda um dado importante: meu avô paterno e minha avó materna eram irmãos, o que fez de meus pais primos legítimos. Minha avó materna, Francisca — conhecida como “Chiquinha” — teve oito filhos, mas nunca se casou. Durante a seca que assolou o Ceará, viu-se obrigada a entregar alguns filhos para famílias mais ricas, permanecendo apenas com minha mãe, a mais nova.

A sobrevivência das duas no sertão cearense estava ligada a um trabalho análogo à escravidão, exercido como cozinheira nas “rodagens”². As pessoas que desempenhavam essa função eram chamadas de *cassacos* e, em condições precárias, dormiam em redes armadas no meio do mato. Minha mãe, ainda criança, costumava ficar sob os cuidados de meu bisavô, embora nem sempre fosse possível. Encerrado um serviço, iniciava-se novamente a busca por

² Rodagem consiste na abertura de estradas para interligação das regiões, supervisionada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

outro, muitas vezes nos grandes engenhos de cana-de-açúcar, perpetuando um ciclo de exploração e instabilidade.

Minha mãe, desde a infância, embora não exercesse trabalho formal, esteve constantemente exposta a ambientes insalubres, atuando como pajem das filhas dos senhores. Na adolescência, passou a trabalhar como empregada doméstica, permanecendo nessa função até quase a vida adulta, em razão da rotina marcada por deslocamentos e pela vida nômade da família. Apenas por volta dos 17 anos, entre 1975 e 1976, conseguiu frequentar a escola, mas não concluiu o ginásio³. Somente mais tarde, já casada e mãe de cinco filhos, conseguiu concluir o curso de magistério, carreira que seguiu até se aposentar como professora.

No ano de 1976, minha avó e minha mãe migraram para o Pará em busca de melhores condições de vida e para contribuir com o sustento da família. Nesse contexto, minha avó se dedicava a benzer pessoas e a ensinar o preparo de banhos com ervas naturais. Segundo minha mãe, tais práticas eram muito procuradas pela comunidade, e os atendimentos eram retribuídos com presentes, em reconhecimento às curas alcançadas. Embora eu não possa afirmar se ela seguia formalmente alguma religião de matriz africana, é fato que essas práticas se relacionam a tradições enraizadas nesse campo religioso.

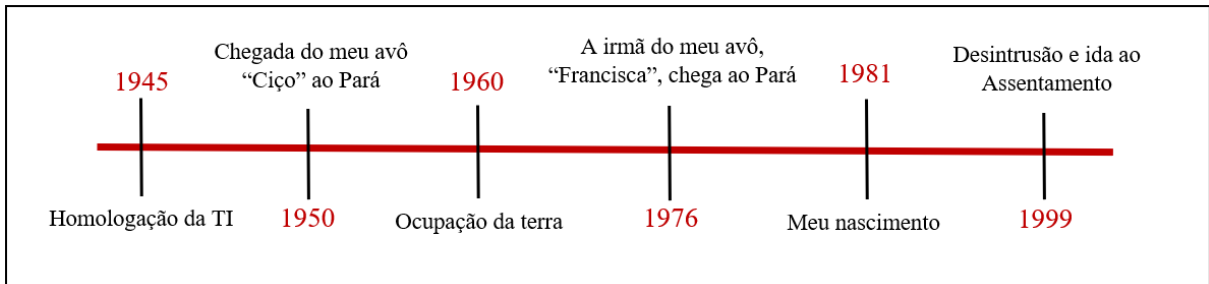
Assim, nas religiões de matriz africana, o uso de plantas ocupa um lugar de grande importância, sendo preservado e respeitado por lideranças e praticantes como parte fundamental dos saberes ancestrais que sustentam identidade, cultura e sobrevivência comunitária (Barboza *et al.*, 2021). Barboza *et al.* (2021) destacam que, em comunidades de matriz africana, como as de Santarém, é comum a realização de consultas terapêuticas e religiosas que utilizam plantas medicinais na promoção da saúde. Essa tradição, contudo, não se restringe àquela região: em minha vila natal, minha família também recorria com frequência ao uso de banhos, chás e preparados vegetais para o tratamento de doenças.

Considerando que meus antepassados foram escravizados e trazidos da África, acredito que tais práticas estão vinculadas a alguma religião de matriz africana presente em nossa trajetória.

Para melhor compreensão, a Figura 1 apresenta a cronologia dos fatos narrados, organizada segundo a ordem em que ocorreram, conforme os relatos de meus familiares.

³ Período escolar compreendido após o ensino primário e antecede o ensino médio.

Figura 1 - Cronologia dos fatos de acordo com os relatos de meus familiares.



Fonte: Desenvolvido pela autora (2025)

Ao chegar ao Pará, minha mãe conheceu meu pai, paraense de nascimento, mas com raízes cearenses. Foi nesse território, ainda não plenamente idealizado como destino de vida, mas já reconhecido como lar por muitos migrantes, que o filho de Ciço e a filha de Chiquinha se encontraram. Dessa união nasceram sete filhos — sendo eu a segunda —, fruto de uma trajetória marcada por deslocamentos, encontros e enraizamentos no chão amazônico.

Nasci em uma localidade chamada Angelim, em uma terra agrícola de meu avô, vizinha a Tauari, no município de Garrafão do Norte. Por volta dos seis anos de idade, iniciei meus estudos. Como ainda não tinha idade para matrícula formal, não recebia boletim escolar ao final do ano. Eu e meu irmão mais velho, Nonato (*in memoriam*), caminhávamos cerca de oito quilômetros até o lugar que chamávamos de escola. Tratava-se, na verdade, de uma casa de farinha adaptada, sem qualquer estrutura adequada: não havia sequer bancos, e tudo era improvisado. Ali estudavam juntos adultos, adolescentes e crianças, mas pouco aprendíamos. Nessa escola, não cheguei sequer a aprender a escrever meu próprio nome. Alguns anos depois, porém, minha mãe começou a lecionar e foi com ela que aprendi a ler e a escrever, desenvolvendo o gosto pelos estudos. Desde cedo, sonhava em mudar de vida e compreendi que o caminho para escapar do trabalho árduo da agricultura era estudar.

Na pré-adolescência, deixamos Angelim e nos mudamos para Tauari, o que facilitou nossa locomoção até a cidade. Com esse maior contato urbano, consegui concluir o ensino fundamental II e, posteriormente, o magistério (ensino médio técnico). Embora não tivesse intenção inicial de ser professora, a falta de oportunidades em outras áreas me levou a seguir por esse caminho. Minha trajetória escolar, contudo, não foi contínua nem linear: aproveitei cada oportunidade que surgia. Assim, em 2000 concluí o curso de magistério e, nos anos de 2001 e 2002, atuei alfabetizando adultos por meio do programa federal *Mova Pará*.

Em 2003, em razão de conflitos territoriais que relatarei mais adiante, mudei-me com minha filha para a ilha de Mosqueiro (município de Belém), onde permaneci até 2009. Nesse ano, retornei com minha filha e mais um filho para Garrafão do Norte, estabelecendo-me em uma localidade chamada Louro. Passei a trabalhar, por contrato com a prefeitura, na educação geral de alunos do fundamental I e como professora de geografia no fundamental II. Como ainda não possuía formação superior, ingressei em 2011 no curso de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Plataforma Paulo Freire (PARFOR).

Com a mudança de gestão municipal, meu contrato foi rescindido. Em 2016, mudei-me para Castanhal em busca de melhores oportunidades financeiras. Apenas em 2017 consegui novo contrato com a prefeitura de Garrafão, onde permaneci por mais um ano. Como trabalhava na educação básica sem formação em Pedagogia, iniciei em 2018 a graduação nessa área, no Instituto Federal do Pará (IFPA), também pelo PARFOR, conciliando estudo e trabalho. Com o tempo, consegui lecionar em uma escola particular de Castanhal. Em 2023, fui aprovada no mestrado da UFPA e decidi deixar o emprego para dedicar-me integralmente aos estudos.

Assim, minha trajetória foi se entrelaçando como as talas do cesto indígena *remaxin* (Figura 2), que, ao se cruzarem, formam uma estrutura firme e resistente. Minha história se sustenta na memória, nas lutas travadas ao lado de minha família e nos vínculos com minha terra e minha gente. Tudo isso se conecta: são as talas do *remaxin* da minha vida, o emaranhado que dá forma a quem sou. Além disso, minha caminhada se firma também nas histórias de muitas mulheres negras que, como eu, lutam para romper com a invisibilidade imposta pela herança colonial, que insiste em silenciar tantas vozes. Continuamos, entretanto, resistindo e lutando para ocupar nossos lugares de direito e de destaque.

Figura 2 - Tessitura do *remaxin*.



Fonte: Registro da Autora (2024)

Nesse ínterim, com base em minhas memórias, relato os acontecimentos que culminaram em nossa expulsão de um território com o qual mantínhamos profundas relações afetivas, culturais e de pertencimento. Tais eventos teceram um emaranhado de fios que, embora tenham se esgarçado com o tempo, não se romperam, sustentados pela resistência e pelas lutas empreendidas na tentativa de permanecer ou retornar àquele espaço. Apesar de não termos obtido êxito na realocação, não permanecemos inertes: reorganizamo-nos em outros lugares, adaptando-nos a novas práticas de sobrevivência e a modos de vida distintos daqueles que desenvolvíamos na Vila Tauari.

Este estudo, assim, aborda o conflito territorial entre colonos nordestinos, seus descendentes e o povo indígena Tembé. Minha trajetória pessoal se entrelaça com esse território, palco da minha infância e de parte significativa da vida adulta, fazendo com que as memórias e vivências individuais se cruzem com disputas coletivas por pertencimento e permanência.

Embora nós, colonos, não tenhamos nos articulados politicamente com a mesma força e coesão que o povo Tembé na reivindicação de direitos territoriais, realizamos mobilizações expressivas. Buscamos, sobretudo por meio do diálogo com representantes políticos, alternativas de reorganização fundiária que se contrapusessem ao modelo excludente que historicamente nos marginalizou. Tal trajetória foi marcada por diferentes formas de resistência — muitas delas invisibilizadas ou ignoradas pelas instituições públicas.

No meu caso particular, essa resistência extrapolou os limites geográficos do território. Ao ingressar na universidade, encontrei um espaço que possibilitou dar expressão às nossas vivências e construir uma narrativa até então silenciada. Foi nesse ambiente acadêmico que

pude assumir um papel ativo na defesa da memória e dos direitos dos colonos — meu povo — historicamente afetados pela concentração fundiária e pelas condições precárias de existência. Apesar do deslocamento físico, os colonos que vivenciaram esse processo mantiveram-se organizados socialmente, reafirmando continuamente seus vínculos com a terra e com a luta que lhes é própria.

A trajetória que aqui se narra não é apenas fruto de uma pesquisa acadêmica, mas também de experiências atravessadas por deslocamentos, afetos e resistências. Antes de me tornar pesquisadora do tema, sou mulher negra, mãe solo e agricultora, marcada pela história de luta e persistência de minha família, migrante do sertão cearense para a Amazônia paraense. Esse caminho, muitas vezes percorrido em silêncio por tantas famílias, traz os traços de uma migração forçada pelas dificuldades econômicas, mas também movida pela esperança de reconstrução em novas terras.

É a partir desse enraizamento no território que inicio este trabalho, entrelaçando minha história pessoal com a de tantos outros que, como eu, encontraram na terra não apenas um meio de subsistência, mas também um espaço de pertencimento e identidade. O relato que segue busca dar visibilidade às vozes e experiências de sujeitos historicamente marginalizados, como os colonos da Vila Tauari, cujas trajetórias foram atravessadas por processos de exclusão, mas também marcadas pela resistência cotidiana. Ao rememorar a chegada dos meus familiares e refletir sobre minha própria trajetória, proponho não apenas narrar uma história individual, mas construir uma narrativa coletiva sobre identidade, território e deslocamentos.

As inquietações que me levaram ao problema de pesquisa

À medida que aprofundei meus estudos, múltiplos questionamentos emergiram. Entre eles, um permaneceu latente: se a quantidade de terras na região é imensa, por que o Estado não desapropriou empresas privadas — como a fazenda do empresário Meyer — para garantir a posse efetiva da terra aos agricultores? Essa indagação ganhou força na mesma proporção dos conflitos territoriais que marcaram, e ainda marcam, a vida das populações locais.

Desde a infância, carrego inquietações que, embora ingênuas naquele momento, foram fundamentais para que, ao ingressar no mestrado na UFPA, eu vislumbrasse a possibilidade de buscar respostas — ou, ao menos, de abrir novos espaços de indagação. Naquele período, ainda sob forte influência das narrativas hegemônicas, reproduzia estigmas forjados pela mídia: os povos indígenas eram retratados como preguiçosos, bandidos ou entraves ao progresso. Esse discurso midiático, expressão da colonialidade do poder, obscurecia qualquer possibilidade de

leitura histórica e crítica sobre a omissão do Estado. Somente após cursar a disciplina *Sociologia da Amazônia* percebi, com clareza, que o Estado brasileiro se apresenta como sujeito parcial, atuando em defesa de interesses privados e oligárquicos, e não como mediador neutro dos conflitos.

Essa tomada de consciência impactou diretamente meu projeto de pesquisa. No pré-projeto submetido ao mestrado, eu havia suprimido a categoria indígena, reflexo de um processo de apagamento historicamente produzido pelas narrativas dominantes. Contudo, à medida que aprofundei minhas leituras, tornou-se inviável prosseguir sem enfrentar o debate sobre o povo Tembé. Nesse processo, a orientação e a coorientação desempenharam papel decisivo, ao me impulsionarem a reconhecer que a exclusão dos indígenas não configurava apenas uma falha metodológica, mas a reprodução de um silenciamento estruturante. A partir daí, mergulhei no projeto com um olhar mais reflexivo e inclusivo, reconhecendo o lugar central dos Tembé na compreensão dos conflitos territoriais.

Todavia, o exercício de revisitar lembranças e afetos não se dá sem dor. As recordações da Vila Tauari, no município de Garrafão do Norte — lugar de origem da minha família, território de pertencimento e de amorosidade — evocam sentimentos que permaneciam adormecidos, mas que se fazem necessários para evidenciar o entrelaçamento entre memória e território. Nesse ponto, compreendo o que Halbwachs (1990) assinala ao afirmar que o espaço funciona como suporte material das nossas memórias, permitindo que impressões do passado sejam constantemente reativadas pelo meio que nos cerca. O trecho abaixo demonstra como essas impressões, mesmo que adormecidas, podem ser ativadas no meio que nos cerca. Dependendo da mediação imposta a elas, poderá existir um fato que nos remonte ao que se presenciou, como verificado no entendimento de Halbwachs (1990):

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma a outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se convertesse, com efeito, no meio material que nos cerca (Halbwachs, 1990, p. 143).

Nessa perspectiva, a memória não se restringe a um exercício individual de rememoração, mas se constitui em dimensão coletiva e política. Ela é atravessada pela colonialidade, pelos apagamentos e pelas disputas em torno de quem tem legitimidade para narrar a história. É nesse ponto que a reflexão de Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023) se torna essencial.

Em *Colonização, Quilombos: modos e significados* (Bispo dos Santos, 2015), o autor demonstra como a colonização implicou em um processo sistemático de violência epistêmica e

territorial, reduzindo cosmologias quilombolas e indígenas a categorias subalternizadas. Já em *A terra dá, a terra quer* (Bispo dos Santos, 2023), evidencia que a terra não deve ser entendida como mercadoria, mas como organismo vivo que estabelece com seus povos uma relação de reciprocidade: ela doa, mas também exige cuidado. Tal perspectiva é crucial para compreender que os conflitos fundiários não dizem respeito apenas a disputas jurídicas pela propriedade, mas revelam a tensão entre modos de vida distintos — de um lado, a lógica mercantil e extrativista; de outro, a territorialidade dos povos tradicionais.

Ao mesmo tempo, ao revisitar minhas memórias, reconheço que afeto e amorosidade não são apenas expressões subjetivas, mas também componentes metodológicos do processo de produção do conhecimento. Nesse aspecto, Bell Hooks constitui uma referência incontornável. Em *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (Hooks, 1999), a autora argumenta que o amor deve ser compreendido como prática ética e política, capaz de transformar estruturas sociais marcadas pela opressão. Mais recentemente, em *Salvação: pessoas negras e amor* (Hooks, 2024), mostra que, para populações negras, o amor é prática de resistência contra a desumanização, permitindo a construção de comunidades que desafiam o racismo estrutural. Em *Comunhão: a busca feminina pelo amor* (Hooks, 2024), Hooks reforça que o amor é também força de cura coletiva, fundamental para que as mulheres possam se reconhecer como sujeitas de sua própria história, rompendo com o silenciamento patriarcal.

Essas obras fortalecem a compreensão de que, ao escrever, não estou apenas relatando lembranças pessoais, mas assumindo uma postura epistemológica. Minhas raízes afetivas e minhas memórias familiares não diminuem o rigor científico da pesquisa; ao contrário, ampliam-no. Elas permitem a emergência de uma epistemologia situada, em que amor e afeto se configuram como categorias analíticas legítimas, tensionando a objetividade positivista que, historicamente, desconsidera a experiência vivida. Ao conjugar as reflexões de Hooks (1999; 2024) com as de Bispo dos Santos (2015; 2023), compreendo que somente pelo reconhecimento da amorosidade e da relação viva com a terra é possível sustentar um projeto de pesquisa que não apenas descreva os conflitos, mas que reconheça os sujeitos historicamente subalternizados como protagonistas de suas próprias trajetórias.

Portanto, as inquietações que me trouxeram até aqui não se limitam a indagações individuais, mas expressam o entrecruzamento de memórias, afetos e lutas coletivas. A Vila Tauari, o povo Tembé e os agricultores da região não se apresentam apenas como objeto da pesquisa, mas como sujeitos que me convocam a repensar os sentidos da terra, da justiça e da própria produção do conhecimento. É a partir desse chão — afetivo, político e epistêmico — que me coloco para compreender os conflitos territoriais na Amazônia.

Dos objetivos da pesquisa

Para a realização da presente pesquisa, defini como objetivo geral investigar os conflitos ocorridos na área que compreendia a Vila Tauari, buscando compreender as percepções dos colonos/agricultores acerca do processo de desintração e de seus desdobramentos. Os sujeitos envolvidos nesses conflitos territoriais têm vivenciado um processo de desterritorialização marcado pela expropriação de inúmeras famílias, sobretudo de baixa renda, o que tem provocado diferentes formas de violência no campo. Importa ressaltar que a desterritorialização não se limita à perda física da terra: muitos grupos sociais podem experimentá-la por meio da precarização das condições de vida e da negação de suas expressões simbólico-culturais.

Em geral, a ação desterritorializadora emerge como resposta estatal a problemáticas tratadas como urgências a curto prazo, mas que se originam de adversidades historicamente proteladas. Nesse cenário, as histórias de vida dos sujeitos são frequentemente desconsideradas, e o Estado tende a não oferecer apoio técnico estruturado para mitigar os efeitos da destituição territorial.

Diante disso, torna-se evidente a relevância de compreender o processo de desterritorialização a partir das memórias daqueles que o vivenciaram. Tal abordagem é fundamental para que a história seja narrada e transmitida às gerações seguintes, permitindo que a sociedade, em sua totalidade, tenha acesso às vozes daqueles que sentiram, em sua própria pele, os impactos da perda da terra e da ruptura de vínculos comunitários.

Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que os povos indígenas eram obstáculos à luta dos agricultores por suas terras — e vice-versa. No entanto, a análise da história, dos relatos e das memórias evidencia que as adversidades foram impulsionadas pelo poder dominante, resultando, em muitos momentos, na formação de coalizões interétnicas entre os grupos mais vulnerabilizados, como agricultores e indígenas.

Assim, a presente pesquisa busca dar visibilidade às trajetórias de sujeitos sistematicamente obliterados da história oficial e silenciados pelo sistema hegemônico de ocupação territorial. Ao trazer à tona suas lembranças, sensações e narrativas, pretende-se contribuir para a construção de uma história coletiva dos povos afetados pela desterritorialização, evidenciando tanto suas dores quanto suas formas de resistência.

Percurso teórico e metodológico

Questão teórica – Os conceitos fundamentais

A produção fundiária no Brasil deve ser compreendida como parte de uma lógica estrutural do capitalismo, na qual a terra se converte em mercadoria e, portanto, em objeto de disputa contínua. Nesse sentido, Martins (1986) evidencia que a expansão das fronteiras agrícolas no país não ocorreu apenas como um processo de ocupação física, mas como mecanismo de reprodução do capital fundiário, que transforma o território em espaço de valorização e concentração patrimonial. O campesinato, nesse contexto, ocupa uma posição contraditória: ao mesmo tempo em que é funcional à abertura das frentes pioneiras, também é progressivamente pressionado e expropriado por essa mesma lógica.

Oliveira (2007) reforça essa leitura ao afirmar que a mercantilização da terra, vinculada à modernização conservadora, inaugura formas específicas de conflito fundiário. Nelas, os agricultores familiares se tornam alvos de processos de desterritorialização resultantes da articulação entre o Estado e o capital agrário. Assim, o conflito fundiário não pode ser visto como fenômeno episódico, mas como expressão contínua da luta pela apropriação social da terra no contexto de expansão capitalista. Nessa mesma direção, Fernandes (2008) argumenta que os movimentos de resistência camponesa emergem como respostas a essa lógica, constituindo não apenas práticas de defesa do território, mas também projetos políticos de reterritorialização que tensionam a hegemonia do agronegócio.

Por outro lado, Harvey (2005) amplia essa discussão ao situar a questão fundiária dentro da lógica do que denomina “acumulação por despossessão”, por meio da qual os recursos comuns — como a terra, a floresta e a água — são progressivamente apropriados e privatizados pelo capital. Esse processo implica deslocamentos populacionais, concentração fundiária e intensificação das desigualdades sociais, configurando a terra como palco de conflitos que não são apenas locais, mas estruturais. Nessa chave interpretativa, a experiência dos agricultores da Vila Tauari deve ser entendida como expressão concreta de resistência à mercantilização da terra e às dinâmicas do capital, situando-se dentro de uma lógica histórica mais ampla de conflitos produzidos pelo avanço do capitalismo sobre os espaços camponeses.

A região amazônica paraense, em particular, tem sido palco de constantes disputas territoriais que se repetem ao longo da história, muitas vezes de forma violenta. Esses conflitos envolvem diversos atores sociais — empresas madeireiras, pecuaristas, povos indígenas, colonos e agentes políticos locais — e resultam não apenas em perdas humanas, mas também na fragilização das comunidades, desfazendo seus sonhos por justiça fundiária. Nesse horizonte, Wanderley (2015) destaca que o campesinato constitui uma forma particular de

organização social da produção, fundamentada na lógica familiar: tanto nos objetivos de suas atividades, geralmente voltadas para o sustento da família, quanto na organização do trabalho, que depende da cooperação entre seus membros.

O conceito de campesinato carrega um significado duplo. De um lado, associa-se a modos tradicionais de produção, frequentemente marcados por condições precárias e, por isso, interpretados como um estágio de atraso econômico, distante da lógica urbana e da inserção no mercado formal. De outro, possui também uma dimensão política, relacionada às mobilizações rurais em defesa da reforma agrária, fortemente reprimidas durante o regime militar (1964-1985). Nesse contexto autoritário, o Estado brasileiro difundiu o projeto do “*Brasil Grande*”, propagando a ideia de progresso e modernização — especialmente em relação à Amazônia, vista como território estratégico para o avanço do capital privado. Entretanto, essa promessa de desenvolvimento ocultou práticas de exclusão, sobretudo contra os povos originários, sistematicamente marginalizados.

Segundo Lopes, *apud* Queiroz (2014), a estrutura social rural brasileira sempre foi fortemente hierarquizada, transitando das relações entre senhores e escravizados, no período colonial, para as de grandes proprietários e trabalhadores assalariados após a abolição. Embora a agricultura nacional tenha se desenvolvido majoritariamente em torno da monocultura e da exploração da força de trabalho, emergiram formas alternativas de produção baseadas na agricultura familiar, que coexistiam nas franjas dos latifúndios. Essas práticas representam não apenas estratégias de resistência, mas também a luta pela permanência no campo, expressando a demanda por políticas públicas que reconheçam e valorizem o pequeno agricultor como agente estratégico na produção de alimentos e na sustentação econômica de ampla parcela da população brasileira.

Para compreender a problemática abordada nesta pesquisa, torna-se essencial discutir a questão fundiária no Brasil, aprofundando o conceito de campesinato e articulando-o ao de território. Este, por sua vez, conecta-se a noções como a de *topofilia*, entendida como a relação afetiva, amorosa e de pertencimento ligada ao espaço vivido. Em contraposição, é igualmente necessário problematizar o conceito de *desintrusão*, processo que permeia e estrutura todo este estudo.

Outro aspecto relevante é a análise da configuração fundiária regional, marcada pela chegada de grandes empresas, como a antiga CIDAPAR, Marajoara e Rosa Madeireira, cujo avanço — apoiado por incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) — provocou impactos socioambientais e territoriais cujos efeitos permanecem até hoje.

Nesse horizonte, o território pode ser compreendido como a porção do espaço onde se desenvolvem as dinâmicas pessoais, profissionais e afetivas dos indivíduos, constituindo condição indispensável para a existência de todas as formas de vida. Para os moradores da Vila Tauari, o território ultrapassava sua dimensão física, assumindo significados identitários e culturais. Ele se configurava como espaço de pertencimento, de expressão comunitária e de afirmação da história coletiva do grupo.

O território pode ser concebido sob duas perspectivas distintas: como recurso apropriado por atores hegemônicos para atender a interesses particulares, ou como abrigo para atores subordinados que buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico (Fuini, 2017). Nessa lógica, os agricultores são compreendidos como atores subordinados, enquanto o Estado atua segundo seus próprios interesses, promovendo processos de desterritorialização e reterritorialização conforme as conjunturas políticas e econômicas (Molina; Ichikawa; Angnes, 2022).

Para Fuini (2017), compreender os detalhes específicos do território em análise é imprescindível para a compreensão dos processos que o atravessam. A geografia enfatiza suas múltiplas dimensões, incluindo as interações entre sociedade e natureza, enquanto outras disciplinas o abordam como expressão de relações de poder vinculadas à concepção de Estado. No contexto amazônico, Loureiro (2002) destaca que o principal problema territorial reside na estrutura estatal de poder, organizada por uma elite excludente que privilegia o grande capital em detrimento das populações pobres.

Raffestin (1993) conceitua o território como uma construção social mediada por relações de poder e símbolos, continuamente produzida e reproduzida pelos sujeitos que nele habitam. Ao longo deste trabalho, o termo será utilizado predominantemente nesse sentido, ou seja, como espaço de disputas e lutas pela terra, a partir do qual se originam modos de existência profundamente enraizados. Nesse mesmo eixo, a definição de território de Deleuze e Guattari, apresentada por Haesbaert (2021, p. 121), afirma que “o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações que vai desembocar, pragmaticamente, em toda uma série de comportamentos”. Ainda segundo Haesbaert (2021), o território pode ser entendido tanto como político — espaço das relações de poder — quanto como simbólico — espaço de referência para a construção da identidade.

O conceito de território costuma ser confundido com o de espaço, embora ambos estejam interligados. Enquanto o espaço constitui a base material, o território emerge como produto de sua apropriação — seja ela concreta ou simbólica — por indivíduos ou grupos que o transformam conforme suas práticas e modos de vida (Molina; Ichikawa; Angnes, 2022). Esse

espaço apropriado adquire características próprias, como a aptidão agrícola, e, após longas disputas por sobrevivência e existência, passa a carregar profundos sentimentos de pertencimento, identidade, cultura, comunidade e ancestralidade, frutos da conquista e da luta pelo direito de usufruir da terra (Guatelli, 2022).

Apesar das diversas pressões internas e externas, o território permanece como elemento fundamental para a organização da vida humana. Os conflitos que nele emergem estão, em grande medida, relacionados às formas desiguais de ocupação do solo, revelando desigualdades históricas e relações de poder assimétricas. Em muitos casos, vastas áreas são controladas por grandes proprietários — políticos, pecuaristas ou empresas madeireiras — enquanto pequenos agricultores acabam sendo progressivamente removidos ou privados do direito de permanecer e produzir naquele espaço. Diante dessa realidade, tais populações se veem obrigadas a reconstruir suas vidas em novos territórios, geralmente sob condições adversas que não correspondem às suas tradições de subsistência, afetando diretamente sua forma de viver e seu sentimento de pertencimento.

Conforme Fuini (2017), a desterritorialização pode ocorrer mesmo sem um deslocamento físico significativo, bastando que as condições de vida se tornem tão precárias a ponto de negar a expressão simbólico-cultural do grupo. Nessa linha, Nahum (2013, p. 210) define esse contexto como um “patamar mínimo e outras formas de precariedade que ameaçam a autonomia da unidade familiar”. Em determinadas situações, fatores como falta de alimentos, ausência de moradia adequada, escassez de oportunidades de emprego ou traumas emocionais podem provocar a ruptura da ligação com o espaço de pertencimento, desencadeando processos de desterritorialização (Molina; Ichikawa; Angnes, 2022; Sousa; Bispo, 2023).

Esse processo manifesta-se de diferentes formas para os migrantes. Pode se expressar como desejo de buscar melhores condições de vida em outro território ou ser imposto por forças externas — como o Estado ou grupos de poder — que realocam famílias consideradas ocupantes “indevidos”, transferindo-as para áreas sem vínculo prévio com o território (Sousa; Bispo, 2023). No caso aqui analisado, a experiência dos colonos demonstra que o território possui múltiplos significados, articulando dimensões individuais e coletivas. O lugar para onde fomos após a desintrusão era profundamente distinto daquele que conhecíamos e reconhecíamos como nosso lar.

Os processos de expulsão e fragmentação territorial também geram fluxos de migrantes que, ao se deslocarem, enfrentam estigmas sociais, muitas vezes vistos como forasteiros ou até associados à criminalidade. Entre os maiores desafios enfrentados estão as dificuldades de escoamento e comercialização dos produtos agrícolas, comprometendo a subsistência familiar.

Como consequência, muitos acabam vendendo suas pequenas propriedades a grandes latifundiários e passam a viver como “invasores” em terras indígenas ou nas periferias urbanas. Esses preconceitos e dificuldades impactam profundamente as trajetórias desses sujeitos e ameaçam a sobrevivência de suas famílias.

Na região amazônica do Pará, a expansão do agronegócio intensificou os conflitos fundiários e os impactos socioambientais sobre as terras indígenas, particularmente nos estados do Pará e Maranhão. Um caso emblemático é o enfrentamento do povo Ka’apor na Terra Indígena Alto Turiaçu (TI Alto Turiaçu), cujos territórios vêm sendo sistematicamente invadidos. Esses conflitos têm raízes no século XX, inicialmente com a presença de seringueiros, e persistem até hoje com novos atores voltados à exploração dos recursos naturais da região. Apesar da demarcação da TI em 1978 e de seu reconhecimento oficial em 1982, os Ka’apor continuam a enfrentar ameaças semelhantes às que atingem o povo Tembé, habitante da TI Alto Rio Guamá (TIARG), igualmente pressionada por agentes externos e marcada pela degradação territorial.

Em outra localidade, o município de Oriximiná, na Amazônia paraense, indígenas e quilombolas disputam a regularização fundiária ao longo do rio Trombetas. Ambos os grupos sofrem com a presença de mineradoras autorizadas para a exploração de bauxita, mas sem o consentimento das comunidades tradicionais. A ausência de titulação adequada favorece a expansão dessas empresas, comprometendo modos de vida de povos que habitam a região há mais de um século e meio. Nesse cenário, as questões territoriais permanecem sem solução por longos períodos, não apenas na Amazônia, mas em todo o Brasil, uma vez que o Estado não implementa políticas eficazes para os grupos sociais minoritários e vulnerabilizados (Brasil, 2013).

Nesse sentido, Loureiro (2002) observa que a Amazônia tem funcionado como um “almoxarifado para ‘os de fora’”, evidenciando os contrastes sociais e a invisibilidade da população local diante da exploração intensiva de suas riquezas naturais:

A Amazônia foi sempre mais rentável e, por isso, mais útil economicamente à Metrópole no passado e hoje à Federação, do que elas o têm sido para a região. A Amazônia foi no passado ‘um lugar com um bom estoque de índios’ para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das ‘drogas do sertão’, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase (Loureiro, 2002, p. 107).

Sob a perspectiva de que somente o grande capital seria capaz de impulsionar o desenvolvimento local, o Estado adota uma postura elitista que favorece a concentração de renda e aprofunda as desigualdades sociais. As elites econômicas, por sua vez, exercem forte influência sobre as estruturas governamentais, fomentando práticas de corrupção e intensificando os conflitos entre os atores sociais locais. Em vez de fortalecerem alianças na luta por direitos, esses grupos são frequentemente colocados em rivalidade, reproduzindo uma lógica de fragmentação social. Nesse cenário de desigualdades, o discurso da meritocracia é mobilizado para legitimar a exclusão e ocultar as condições históricas e estruturais que limitam o acesso equitativo a oportunidades.

Martins (2001) argumenta que, em um panorama mais amplo, os sujeitos envolvidos nos conflitos agrários não são apenas indivíduos isolados, mas representações dos dilemas sociais e das possibilidades históricas de cada época. Assim, os embates em torno da terra deixam como marca processos de desterritorialização que, em vez de serem mitigados pelo Estado, acabam sendo agravados por sua ineficácia. Fernandes (2008) reforça essa leitura ao destacar que o poder público raramente atua na formulação de soluções estruturais capazes de reduzir os danos, mantendo a reprodução de um modelo fundiário excludente e perpetuando a lógica conflitiva no campo:

[...] pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos, os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra. Ora tratando com políticas compensatórias, ora ensaiando a questão como desenvolvimento territorial (Fernandes, 2008, p. 26).

O apoio dos governantes mostra-se indispensável no cenário das disputas territoriais, sobretudo quando se observa a realidade dos povos tradicionais da Amazônia. Mesmo em pleno século XXI — marcado pela globalização acelerada e pelo avanço tecnológico —, essas populações continuam enfrentando as consequências da histórica má distribuição de terras e da ausência de políticas agrárias e agrícolas consistentes. Ainda que os entraves macroestruturais não possam ser superados de imediato, medidas pontuais, como a desconcentração fundiária e o fortalecimento de políticas públicas que garantam suporte técnico e financeiro aos pequenos agricultores, já representariam avanços significativos rumo a uma maior justiça socioespacial.

Como discutido anteriormente, os conflitos territoriais que atingem a Amazônia refletem um processo contínuo de expropriação e violência no campo (Guatelli, 2022),

frequentemente protagonizado ou legitimado pelo próprio Estado. Esses enfrentamentos resultam na desterritorialização de famílias de baixa renda que, ao perderem o espaço de onde extraíam seu sustento e cultivavam seus modos de vida, também veem fragilizadas suas referências culturais e a autonomia de seus núcleos familiares (Sousa; Bispo, 2023).

É fundamental reconhecer a complexidade dos conflitos agrários e tudo o que eles envolvem: desde a retirada forçada dos territórios até a postura muitas vezes omissa — ou mesmo conivente — do Estado em relação às populações atingidas. Trata-se de uma problemática crônica que ainda demanda respostas estruturais. Soma-se a isso o fato de que muitos dos sujeitos diretamente afetados, especialmente os jovens, desconhecem a história dos territórios que ocupam. Essa ausência de memória coletiva dificulta a compreensão das causas da desterritorialização e, por consequência, enfraquece a formação de uma consciência crítica e comunitária, essencial para sustentar processos de resistência e reorganização nos espaços.

Nesse contexto, o apego ao território torna-se uma forma concreta de resistência. A ligação afetiva com a terra transforma-se em motivação para defendê-la. Para Cisotto (2013), esse vínculo é definido pelo termo *topofilia*, expressão que traduz o amor profundo por um lugar. Tal conceito abrange não apenas a ligação emocional, mas também a forma como a paisagem é percebida, sentida e interpretada, revelando o modo como o ser humano se conecta ao meio em que vive e o transforma a partir de suas experiências e percepções.

Na Vila Tauari, a desterritorialização se concretizou quando os colonos foram obrigados a abandonar os espaços construídos coletivamente ao longo dos anos. Esses espaços não eram apenas físicos, mas carregavam memórias, afetos e modos de viver que conferiam sentido à vida cotidiana. A retirada forçada rompeu laços culturais e obrigou as famílias a adaptar-se a novas realidades, muitas vezes alheias às suas tradições, provocando um distanciamento gradual das práticas e costumes originalmente enraizados na terra.

Assim, por exemplo, Haesbaert e Bruce (2002) destacam que a desterritorialização está intrinsecamente vinculada às questões territoriais, sobretudo à fragilidade das fronteiras, em especial as de caráter estatal. Para aprofundar esse conceito, adoto as proposições de Deleuze e Guattari (1997, p. 224), que compreendem a desterritorialização como um deslocamento forçado — “é a operação da linha de fuga”. Já na perspectiva de Haesbaert e Bruce (2002), o fenômeno articula-se à dinâmica de entrada e saída de um território, resultando na construção de novas bases de pertencimento.

Ainda que se configure como um processo doloroso, frequentemente marcado por rupturas forçadas com o lugar de vivência, a desterritorialização não apaga, necessariamente, os vínculos identitários nem o sentimento de pertencimento, que permanecem na memória e na

experiência de quem foi deslocado. Em muitos casos, os sujeitos impactados por essa dinâmica promovem processos de reterritorialização, ressignificando o espaço a partir de suas vivências, valores, memórias e cultura. Como argumenta Dourado (2014), refletir sobre as identidades territoriais significa reconhecer que o território é apropriado simbolicamente ao longo do tempo, mesmo quando os indivíduos já não habitam fisicamente aquele espaço.

Essa foi a realidade vivida por nós, colonos da Vila Tauari. Após o processo de desintração, fomos obrigados a reconstruir nossas vidas em novos territórios, instaurando uma nova ordem de existência. Esse deslocamento evidencia que o território ultrapassa sua dimensão geográfica: ele constitui uma construção simbólica e afetiva em constante transformação. Cada trajetória de reterritorialização é singular e revela que habitar um território é também estar em permanente processo de reinvenção.

O presente estudo propõe-se a analisar os conflitos gerados pelo processo de desintração dos agricultores da Vila Tauari. Muitos colonos ainda desconhecem os reais motivos que levaram à sua retirada do território e, atualmente, enfrentam situações de extrema vulnerabilidade, sem amparo institucional ou garantias mínimas de subsistência. Esse quadro revela a necessidade urgente de atuação do Estado, por meio da efetivação de políticas públicas voltadas à regularização fundiária, à promoção da justiça socioespacial e à valorização de sujeitos historicamente invisibilizados.

Embora existam diversos estudos sobre os conflitos fundiários na Amazônia, este trabalho diferencia-se ao apresentar uma narrativa construída a partir das experiências vividas pelos próprios colonos. Ao invés de restringir-se a uma análise meramente técnica ou teórica, busca trazer à tona as marcas deixadas pelos processos de desterritorialização, resistência e disputa pela terra. Trata-se, portanto, de um estudo que parte da vivência concreta e das memórias dos sujeitos diretamente afetados, reconhecendo-os como protagonistas na construção de sua própria história.

Um exemplo de abordagem distinta, embora relacionada ao mesmo tema, encontra-se na dissertação de Francine de Souza Santos (2024), mestre em Geografia pela USP, que analisa os conflitos e a sobreposição territorial da TIARG entre agricultores e indígenas Tembé. A autora discute o tema em sua totalidade, sem recortes específicos, e ressalta que, em um primeiro momento, a convivência entre posseiros e indígenas era pacífica — realidade que também pude observar ao longo da minha trajetória e que será relatada neste trabalho. Outro estudo relevante é o da socióloga Violeta Loureiro (2015), que analisa a mesma área desde o período dos sesmeiros até os dias atuais, evidenciando os descompassos e contradições promovidos pela lógica capitalista.

Minha pesquisa, contudo, diferencia-se dos estudos anteriormente mencionados por estar centrada em uma localidade específica — a Vila Tauari, município de Garrafão do Norte/PA, abrangendo também a área da antiga Gleba Cidapar — e, sobretudo, por adotar o olhar de uma agricultora que viveu, de forma direta, o processo de desintração. Como aponta Bispo (2015), os modos de pensar das populações tradicionais e da academia distanciam-se por se originarem de paradigmas distintos. No entanto, embora esta pesquisa seja apresentada em linguagem acadêmica, minha posição é a de alguém inserida no fenômeno. Ao recuperar minhas memórias, assumo um papel coletivo, representando o grupo ao qual pertencço e narrando episódios que marcaram nossa trajetória. As vivências relatadas não se limitam aos episódios de conflito, mas também revelam vínculos históricos, muitas vezes marcados por tensões nem sempre explícitas, permitindo uma compreensão mais sensível e complexa das dinâmicas que atravessam o território.

Para aprofundar essa discussão, é fundamental compreender o conceito de conflito. De acordo com Oliveira (2001), os conflitos sociais no campo brasileiro, frequentemente acompanhados de violência, não constituem uma realidade recente. Trata-se de uma ação constante desde os primeiros momentos da ocupação territorial do país, quando os povos indígenas passaram a sofrer os impactos de um processo sistemático de violência, extermínio e expulsão — um verdadeiro etnocídio e genocídio histórico que se perpetua há mais de cinco séculos.

Os conflitos fundiários, portanto, estão enraizados em uma lógica histórica de ocupação desigual, marcada por um modelo que privilegia os interesses do capital em detrimento da justiça social. Esse padrão de dominação territorial se renova a cada geração, impulsionado por interesses econômicos que transformam o espaço em objeto de disputa. No caso dos povos indígenas, os conflitos de terra tornam-se instrumentos fundamentais na reorganização territorial e na afirmação de identidades e direitos, deflagrando profundas transformações sociais.

Mais do que disputas pela terra, os conflitos expressam formas de resistência dos grupos sociais que lutam pela permanência nos territórios e pela preservação de seus modos de vida. No caso da Vila Tauari, os colonos enfrentaram os impactos da desintração resistindo durante anos, sustentando a esperança de continuidade no espaço que ajudaram a construir. Conforme Loureiro (2019, p. 21), “os conflitos refletem uma organização do grupo e exprimem a resposta das classes e grupos subordinados à permanente exclusão e marginalização social a que estes estão submetidos”. Assim, os conflitos podem ser compreendidos como manifestações organizadas diante das injustiças praticadas pelo Estado, configurando-se como forças sociais

que disputam a direção da produção da sociedade — aquilo que a autora denomina “conflito dos atores pela direção da história” (Loureiro, 2019, p. 27).

Nessa mesma direção, Simmel (1983, p. 122) reforça que “o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”. Essa abordagem evidencia que apenas grupos organizados, com consciência coletiva, são capazes de protagonizar mudanças históricas. Indivíduos isolados, embora sofram as consequências, dificilmente promovem rupturas profundas na estrutura social. Tais transformações ocorrem quando os grupos sociais se reconhecem enquanto tais, percebem a condição de desigualdade em que vivem e passam a disputar, ativamente, novos lugares na sociedade.

Nesse sentido, Loureiro (2019, p. 33) destaca que os conflitos e os movimentos sociais não apenas revelam as contradições da sociedade, mas também expressam uma proposta alternativa e mais avançada de organização social, em comparação àquela sustentada pelas elites e pelo Estado:

Os conflitos e os movimentos sociais são aqui entendidos como a expressão daquilo que consiste no avanço da história da sociedade. Isto é, parte-se da ideia de que os conflitos e os movimentos sociais na Amazônia — e possivelmente isto é válido também para outras situações fora dela — se fundam numa concepção de sociedade e de vida grupal que é mais avançada que aquela que o Estado, as oligarquias e os segmentos da classe média propõem e se incumbem de garantir, política e socialmente (Loureiro, 2019, p. 33).

Dois conceitos centrais emergem como fundamentais para a compreensão da problemática aqui analisada: *intrusão* e *desintrusão*. A intrusão refere-se ao ato de adentrar ou ocupar uma área sem respaldo legal ou autorização, especialmente em territórios tradicionalmente ocupados por povos originários. Em contrapartida, a desintrusão constitui-se como uma ação de caráter jurídico e administrativo destinada a garantir o usufruto exclusivo da terra por parte do povo indígena ao qual ela foi reconhecida, mediante a retirada de ocupantes não indígenas após a finalização do processo demarcatório (DOL, 2023). Trata-se, portanto, de uma etapa legal que busca assegurar o direito territorial indígena, mas que frequentemente enfrenta resistências sociais e políticas, além de gerar conflitos duradouros.

Esses processos produzem impactos profundos nas relações coletivas estabelecidas nos territórios, alterando drasticamente os vínculos sociais e afetivos entre os sujeitos envolvidos — sejam eles indígenas ou não indígenas. As marcas deixadas por tais experiências ultrapassam o tempo cronológico e passam a integrar a memória individual e coletiva, compondo a trajetória

histórica dos que ali viveram. Ainda que o processo de desintrusão represente uma ruptura, ele também pode desencadear movimentos de reconstrução em novos territórios. Haesbaert (2021) denomina esse processo de *reterritorialização*, que envolve o esforço de recriar vínculos de pertencimento em outro espaço, ressignificando experiências anteriores.

É por meio da memória e da narração desses episódios que se torna possível romper com o silenciamento histórico a que muitos sujeitos subalternizados foram submetidos. O resgate dessas vivências em trabalhos acadêmicos contribui para a construção de novas leituras da história, que considerem os olhares e as percepções de quem esteve diretamente envolvido nos acontecimentos (Arroio, 2007; Candau, 2021; Molina; Ichikawa; Angnes, 2022).

Com frequência, emerge a necessidade de revisitar o passado e retomar eventos marcantes. Esse retorno, entretanto, é sempre mediado por processos subjetivos. Mesmo diante de experiências compartilhadas, Candau (2021) ressalta que as memórias são moldadas pela singularidade de cada sujeito, resultando em formas distintas de lembrar. Tais lembranças, ainda que aparentemente adormecidas, podem ser despertadas por estímulos sensoriais ou ambientais, revelando camadas profundas de vivências que permanecem latentes no indivíduo.

A partir da análise dos conceitos de *território*, *conflito*, *desterritorialização* e *desintrusão*, evidencia-se a complexidade das disputas fundiárias na Amazônia, em especial no contexto da Vila Tauari. O território configura-se como um espaço multifacetado, que transcende sua dimensão física para abarcar dimensões simbólicas, culturais e políticas, tornando-se elemento central na construção identitária dos sujeitos envolvidos. Já os processos de desterritorialização e reterritorialização, mediados por relações de poder assimétricas, impactam diretamente as comunidades, gerando consequências sociais profundas que refletem as tensões entre grupos hegemônicos e subordinados. Dessa forma, a compreensão teórica desses fenômenos mostra-se indispensável para uma análise crítica das dinâmicas fundiárias e das formas de resistência que emergem desses contextos.

Dos métodos utilizados

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, incorporando relatos pessoais ao longo de todo o processo de escrita, o que me posiciona simultaneamente como autora e participante do fenômeno estudado. Para além da escrita, realizei visitas à Vila Tauari, localizada no município de Garrafão do Norte-PA. É importante destacar que o centro da vila nunca foi deslocado desde a sua criação, em 1963, até a atualidade. O que ocorreu foi a perda do direito de trabalhar dentro da Terra Indígena, não o de continuar residindo na vila. Por esse

motivo, algumas famílias, mesmo após a desintração, permanecem morando no mesmo lugar. Nessas visitas, coletei depoimentos sobre a história da desintração, seu contexto, os conflitos e os processos sociais envolvidos.

A pesquisa bibliográfica constituiu o ponto de partida do estudo, servindo como instrumento para compreender os fatos por meio de autores que abordam o objeto pesquisado. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se no estudo de teorias já publicadas, sendo essencial que o pesquisador se aproprie das leituras, reflita criticamente e sistematize o material analisado. Durante essa etapa, dediquei-me à leitura e análise de obras que, ao mesmo tempo em que forneceram subsídios conceituais, permitiram reconstruir e aprofundar os fundamentos teóricos. Assim, a revisão bibliográfica direcionou o trabalho científico e garantiu o embasamento necessário para a análise da problemática (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Todos os passos da investigação foram realizados com o apoio da literatura, desde a construção do referencial teórico até a busca por evidências históricas acerca do espaço, dos trâmites políticos e dos principais acontecimentos. Ressalto, contudo, que o povo Tembé não participou diretamente da pesquisa. Para reconstruir parte de sua trajetória, recorri à análise documental, de modo a compreender e relatar a história desse povo, que historicamente tem enfrentado conflitos territoriais, sociais e culturais desde os primeiros contatos com o processo colonizador.

A pesquisa de campo foi realizada *in loco* na Vila Tauari, após a desintração. Como nasci e cresci nesse lugar, os fatos anteriores a esse processo fazem parte das minhas memórias. A abordagem qualitativa foi conduzida com o auxílio de materiais que facilitaram a compreensão do tema. Segundo Soares (2019), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pelo desenvolvimento conceitual de fatos, ideias e opiniões, bem como pelo entendimento indutivo e interpretativo dos dados. Essa abordagem tem caráter exploratório, subjetivo e espontâneo, utilizando instrumentos como a observação participante e a história oral.

Além disso, inspirei-me na escrevivência da escritora Conceição Evaristo (2020). Como intelectual negra amazônica, recorri às minhas próprias memórias para elucidar os fatos. A escrevivência, enquanto ferramenta inovadora, permite escapar das regras cartesianas da escrita normativa, sem renunciar à seriedade científica. Ao me inserir na narrativa, recrio parte da identidade que se diluiu em meio aos conflitos e conto os acontecimentos a partir da experiência vivida. Nesse sentido, Mattos (2011) afirma que o objeto de pesquisa pode ser o próprio sujeito, considerado como agência humana no ato de significar as contradições sociais expressas nas estruturas e processos interacionais. Trabalhar com testemunhos de vida, como ressaltam

Guerra, Moreira e Oliveira (2022), é abrir-se às oportunidades que a narrativa cria para compreender a construção da subjetividade diante da experiência traumática. A narrativa, enquanto fenômeno e método, constitui-se, portanto, em uma metodologia de pesquisa adequada às ciências humanas, por sua abertura e flexibilidade, permitindo acessar as movimentações da experiência humana.

A coleta de informações ancorou-se na etnografia, que envolve a observação participante, fundamental para compreender práticas culturais e dinâmicas sociais (Geertz, 1989; Peirano, 2014). A pesquisa etnográfica baseia-se na premissa de que, para compreender as realidades locais, é necessário engajar-se com as práticas e os significados atribuídos pelas comunidades ao seu cotidiano (Beaud; Weber, 2007; Peirano, 2014). Essa metodologia permitiu uma aproximação mais profunda com a comunidade, favorecendo a imersão nos contextos sociais e culturais vividos.

Paralelamente, desenvolvi a pesquisa participante, ancorada na abordagem qualitativa, voltada para a realidade social dos sujeitos, suas experiências, cultura e modos de vida. Essa metodologia pressupõe uma aproximação horizontal entre sujeito e objeto, considerando ambos como da mesma natureza (Faermam, 2014). Dessa forma, a comunidade foi envolvida de maneira ativa no trabalho, o que favoreceu a interação entre pesquisados e pesquisadora. Todas as conversas foram previamente agendadas, gravadas e transcritas. Antes das entrevistas, os interlocutores receberam informações detalhadas sobre o projeto de pesquisa.

Para os registros, utilizei o aplicativo de gravação e a câmera do celular Redmi Note 13. As entrevistas foram transcritas com auxílio do software Microsoft Word, versão 2020. Antes de iniciar o trabalho de campo, estabeleci contato prévio com agricultores e com o cacique indígena Kamiran Tembê, apresentando o projeto e solicitando autorização para a coleta de dados.

Cabe ressaltar que todos os participantes da pesquisa assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)* e o *Termo de Autorização de Uso de Imagem e Cessão de Voz*. Nos documentos, assegurei o anonimato dos informantes, cujas falas foram codificadas por nomes fictícios, exceto nos casos em que os próprios manifestaram o desejo de serem citados.

Dos interlocutores da pesquisa

Nas atividades realizadas em campo, conversei com algumas famílias que permanecem morando na Vila Tauari. Com a desintrusão, essas famílias perderam o direito de trabalhar na

Terra Indígena (TI), mas, como a vila se encontra fora dos limites demarcados, parte delas continuou residindo no local, enquanto outras retornaram dos assentamentos ou permaneceram após resistirem à saída. Também dialoguei com famílias que deixaram a vila durante o período da desintrusão.

Para os interlocutores da pesquisa, escolhi a família da Sra. Benedita, mãe do Sr. Maurício, oriunda da região de Bragança (PA), que havia migrado em busca de terras para trabalhar. Dessa família, selecionei dois membros que não residem mais em Tauari. Quando trabalhavam na TI, cultivavam mandioca, macaxeira, milho e feijão. Atualmente, sobrevivem principalmente da aposentadoria como trabalhadores rurais, de auxílios do governo federal (como o Bolsa Família) e de contribuições enviadas pelos filhos mais jovens, que se mudaram para outros estados.

Conversei ainda com familiares do Sr. Diquito, também vindos da região de Bragança. Entre eles, apenas o Sr. Valter se dispôs a relatar suas experiências, enquanto os demais permaneceram inibidos. Essa família foi uma das que resistiram à saída e continuam vivendo na vila. Observa-se que possuem hábitos alimentares e produtivos distintos daqueles praticados pelos colonos nordestinos. Estes, em geral, baseavam-se no cultivo de feijão, farinha e milho, complementados pela caça silvestre, com baixo consumo de peixe. Já os colonos oriundos de Bragança ampliaram a diversidade produtiva, cultivando buriti, açaí, cupuaçu e cacau, além de manterem maior consumo de peixe. Outra diferença significativa refere-se ao uso dos vinhos de buriti, açaí e cupuaçu, que, para os bragantinos, constituíam refeição principal acompanhada de farinha, enquanto para os colonos nordestinos eram consumidos como sobremesa ou complemento alimentar.

Mesmo diante da escassez alimentar no período da desintrusão, essa família conseguiu se manter na Vila Tauari, ainda que impedida de trabalhar na TI. Antes da retirada forçada, produziam em roças abertas na terra indígena e cultivavam, ao redor de suas casas, açaí (preto e branco), buriti, cacau e laranja, além de criarem grande quantidade de galinhas caipiras. Atualmente, os mais velhos vivem da aposentadoria rural, enquanto os mais jovens sobrevivem de pequenas plantações no quintal, complementadas pela ajuda de políticos locais e programas sociais do governo federal.

A escolha pelos familiares do Sr. Valter justifica-se pelo fato de terem permanecido no território, reorganizando-se mesmo diante das restrições impostas pela desintrusão. Já a família da Sra. Benedita foi selecionada por afinidade e laços afetivos: éramos vizinhos durante a adolescência, compartilhando quintais, brincadeiras, trabalhos e até cuidados com minha filha,

hoje adulta. Após a desintrusão, um membro dessa família acompanhou meus familiares para outro estado, e atualmente trabalhamos juntos.

Metodologicamente, seria inviável dialogar com todas as famílias, razão pela qual recorri às minhas próprias memórias para compor esta narrativa, complementando-as com os relatos de familiares — como meu irmão Aurélio e meu pai Antonio — além de um croqui elaborado por meu irmão Anderson, que auxilia na orientação espacial dos leitores.

Reconheço que a pesquisa mobiliza lembranças atravessadas por dor, deslocamentos e perdas — dimensões que integram o próprio fenômeno social analisado. Essas experiências não são tratadas como meras expressões subjetivas, mas como *componentes analíticos* capazes de revelar os impactos da desterritorialização na vida das famílias agricultoras. Para garantir o rigor científico, mantive um distanciamento crítico, mediando as narrativas pessoais e coletivas com categorias teóricas e metodológicas consolidadas. Dessa forma, a carga emocional presente nos relatos é considerada parte do material empírico, interpretada à luz de referenciais críticos sobre território, memória e conflito. Com isso, evita-se a confusão entre vivência individual e descrição memorialística, assegurando a produção de um conhecimento situado, mas analiticamente consistente.

Da estrutura do trabalho

O estudo aqui apresentado organiza-se em quatro partes principais: introdução, percurso teórico-metodológico, capítulos de resultados e considerações finais, conforme estrutura sintetizada no Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo das estruturas da dissertação.

QUANDO OS FIOS SE ESGARÇAM: Memórias e Identidades nos Processos de Desintrusão de Famílias Agricultoras em Garrafão do Norte, (PA).

Estrutura	Descrição/Objetivos
Apresentação	A dissertação apresenta as memórias e identidades de famílias agricultoras afetadas pelo processo de desintrusão na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), no município de Garrafão do Norte (PA). O estudo busca dar visibilidade às experiências dos colonos, frequentemente silenciados, e refletir sobre os impactos sociais, econômicos e afetivos decorrentes da perda territorial.
Objetivos da dissertação	- Compreender os efeitos do processo de desintrusão sobre famílias agricultoras da Vila Tauari, destacando as dimensões de memória, identidade e resistência. - Analisar as estratégias de enfrentamento e de reterritorialização

	acionadas diante da desterritorialização forçada. - Contribuir para o debate acadêmico sobre conflitos fundiários na Amazônia, considerando múltiplos sujeitos envolvidos.
Percurso Metodológico	- Pesquisa qualitativa com base em abordagem narrativa e memorialística. - Uso da escrevivência como estratégia teórico-metodológica para articular experiências pessoais e coletivas. - Entrevistas, relatos orais, observação participante e análise documental.
Capítulo I	- Contextualização histórica da ocupação da terra na Amazônia paraense e da formação da Vila Tauari, problematizando os processos de colonização, migração e disputa territorial.
Capítulo II	- Discussão teórica sobre território, desterritorialização e reterritorialização, com base em autores como Haesbaert, Raffestin e Oliveira, articulando conceitos de memória, identidade e resistência.
Capítulo III	- Análise das experiências vividas pelas famílias agricultoras durante e após a desintração, com foco nas condições de vida, estratégias de sobrevivência e práticas de resistência. - Discussão sobre memória, identidade e reterritorialização a partir dos relatos das famílias, evidenciando as marcas deixadas pela desintração e os caminhos construídos no presente.
Considerações finais	Síntese do estudo e apontamentos para pesquisas futuras.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O estudo “Quando os fios se esgarçam: Memórias e Identidades nos Processos de Desintração de Famílias Agricultoras em Garrafão do Norte (PA)” estrutura-se em quatro eixos principais. A apresentação introduz a temática, evidenciando as memórias e identidades das famílias agricultoras impactadas pela desintração da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), com ênfase nos efeitos sociais, econômicos e afetivos da perda territorial.

Nos objetivos, destacam-se a compreensão dos impactos da desintração sobre a Vila Tauari, a análise das estratégias de resistência e reterritorialização diante da desterritorialização forçada, bem como a contribuição para o debate sobre os conflitos fundiários na Amazônia.

O percurso metodológico fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, narrativa e memorialística, utilizando a escrevivência como ferramenta teórico-metodológica. Para tanto, foram mobilizadas entrevistas, relatos orais, observação participante e análise documental.

A dissertação organiza-se em quatro capítulos. O Capítulo I contextualiza historicamente a ocupação da terra na Amazônia paraense e a formação da Vila Tauari. O Capítulo II desenvolve a discussão teórica sobre território, desterritorialização e reterritorialização, articulando conceitos de memória, identidade e resistência. O Capítulo III analisa as experiências das famílias agricultoras durante e após a desintração, evidenciando suas estratégias de sobrevivência e resistência.

Por fim, o Capítulo IV aprofunda o debate sobre memória, identidade e reterritorialização, a partir dos relatos das famílias, destacando as marcas da desintração e as formas de reconstrução territorial e identitária no presente.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO LUGAR E SEUS ATORES SOCIAIS

Para uma compreensão mais ampla do contexto histórico e social, o Quadro 2 organiza os principais atores envolvidos, seus respectivos interesses e os conflitos registrados na região.

Quadro 2 - Principais atores, interesses e conflitos na região.

Atores sociais	Interesses	Conflitos
Colonos	Garantir acesso à terra para subsistência, reprodução camponesa e permanência no território; busca por políticas de reassentamento justas e infraestrutura adequada.	Foram criminalizados e rotulados como “invasores”; enfrentaram expulsões forçadas, precariedade nos assentamentos, perda de vínculos comunitários e endividamento; resistiram ao processo de desintrusão.
Indígenas (Povo Tembê)	Defesa e preservação do território ancestral; garantia de direitos constitucionais e proteção contra invasões externas.	Sofreram invasões, violência, doenças trazidas pelos não indígenas e invisibilização política; entraram em confronto com colonos e madeireiras para assegurar seus territórios.
Empresas madeireiras (Marajoara e Rosa Madeireira)	Exploração dos recursos florestais visando o lucro; expansão das atividades econômicas na região.	Causaram devastação ambiental, conflitos com indígenas e colonos; atuaram muitas vezes com apoio de políticos e conivência de agentes do Estado.
Estado e seus agentes (INCRA, FUNAI, SPI)	Regularização fundiária; proteção dos povos indígenas; execução de políticas de reforma agrária.	Omissão e ineficiência; atuação parcial em favor de grandes empresas; falhas na mediação entre indígenas e colonos; promessas de reassentamento não cumpridas.
Políticos locais	Manutenção do poder político; fortalecimento de alianças com grandes fazendeiros e empresas; controle eleitoral da população.	Uso de documentos fraudulentos para legitimar ocupações; manipulação dos colonos com promessas de permanência; alianças que aprofundaram os conflitos territoriais.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Embora a terra tenha se constituído como o recurso mais disputado, os confrontos territoriais não se restringiram à oposição entre indígenas e colonos, abrangendo também a participação de grandes empresas voltadas à exploração econômica e de representantes políticos locais, cuja atuação frequentemente contribuía para legitimar interesses específicos.

Nesse cenário, tanto indígenas quanto colonos emergem como vítimas de um sistema opressor que reforçava desigualdades e perpetuava relações assimétricas de poder.

1.1 Os povos originários – os Tembé e outros grupos indígenas

Para compreender a ocupação territorial da área em questão e o grupo social nela envolvido, é imprescindível retornar ao contexto histórico da ocupação da Amazônia. Essa perspectiva permite abordar os primeiros habitantes — especificamente o povo Tembé — explorando suas origens, cultura, costumes e a profunda relação que estabelecem com o território. Simultaneamente, torna-se necessário reconstruir a trajetória dos migrantes nordestinos, cujas crenças, práticas culturais e formas distintas de relação com o espaço contribuíram de maneira significativa para a formação histórica e social da região, assumindo papel central na dinâmica local.

A formação territorial da Amazônia sempre esteve entrelaçada à lógica do capital. Desde os primeiros momentos de ocupação, a história da região foi moldada por interesses econômicos que definiram, de forma desigual, quem poderia permanecer e quem seria excluído dos territórios. Sob essa lógica, o capitalismo avançou sobre a floresta, apagando a presença dos povos indígenas e de outros sujeitos sociais que também compõem o universo desta pesquisa. Diante de projetos ambiciosos, concebidos de fora para dentro, esses grupos foram sistematicamente desconsiderados, perdendo espaços que não eram apenas chão, mas territórios sagrados, bases de vida e de memória coletiva.

Embora existam registros que mencionem a presença de outros grupos indígenas na região, como aponta Ponte (2014), optei por voltar meu olhar, ainda que de forma breve, ao povo Tembé. Essa escolha se justifica porque o foco central deste estudo recai sobre os colonos — sujeitos que viveram por anos em áreas vizinhas às terras indígenas. Ainda assim, compreender minimamente quem são os Tembé é fundamental para aprofundar a análise dos conflitos e das histórias que se entrelaçam nesse território.

Consta o registro de uma missão estabelecida no rio Capim, em 1871, no local denominado Pracateua, onde foram reunidos cerca de 600 indígenas, entre eles Tembé e Turiwara. No ano seguinte, uma nova missão foi implantada em Anauera, também no rio Capim, aldeando aproximadamente 300 indígenas, incluindo Tembé, Turiwara e Amanayé (CEDI, 1985, p. 171 *apud* Azevedo, 1874, p. 48). Embora tais missões tenham possibilitado certo controle sobre os *regatões* — exploradores indígenas na coleta de produtos florestais —, elas também fomentaram conflitos envolvendo esses agentes, as populações indígenas, os moradores da região e os próprios missionários (Ponte, 2014, p. 176).

Segundo Ponte (2014), documentos indicam a circulação dos Tenetehar entre os rios Guamá, Capim e Gurupi. Registros dos séculos XVII e XVIII, elaborados por cronistas e

viajantes, apontam a existência de 16 aldeamentos isolados de Tenetehar no alto rio Gurupi. Essa dispersão pode ser interpretada como resultado da resistência indígena às políticas pombalinas, que buscavam integrar os indígenas em uma massa nativa controlada econômica e socialmente. Em meio às diversas revoltas contra tais pretensões, muitos grupos refugiaram-se em áreas remotas, enquanto os *regatões* continuavam a explorar o povo Tembé como remeiros e mão de obra na extração de recursos naturais (Ponte, 2014, p. 175).

A trajetória territorial dos Tembé tem sido marcada por contínuas intervenções em seus espaços tradicionais. Pesquisas realizadas por naturalistas, historiadores e antropólogos destacam os impactos dessas intervenções, ressaltando, em especial, o papel do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nas tentativas de conter o avanço externo e nos frequentes deslocamentos do povo Tembé e de outros grupos indígenas pelos rios e territórios onde mantinham relações econômicas, políticas e simbólicas significativas.

Oliveira (2001) observa que o sistema capitalista adota estratégias específicas para apropriar-se e destruir territórios indígenas, atingindo também as camadas sociais mais vulneráveis da população. A relação entre os povos originários e o capitalismo europeu sempre esteve permeada por conflitos, configurando uma disputa histórica que ainda persiste na Amazônia, sem sinais de resolução. Essa dinâmica se caracteriza como um processo contínuo de expropriação e apagamento, manifestado em diferentes formas de dominação ao longo do tempo.

No contexto amazônico paraense, esses conflitos assumem maior intensidade, dada a histórica invisibilização de diversos povos, entre eles os Tenetehar Tembé, que há séculos lutam pela soberania e pelo direito a seus territórios ancestrais. Essa exclusão não se restringe apenas aos povos originários: afeta também inúmeros migrantes, sobretudo nordestinos, que buscaram na Amazônia alternativas de trabalho e sobrevivência. Como ressaltam Sousa e Bispo (2023), esse quadro conflituoso impacta diretamente a autossuficiência das famílias envolvidas, fragilizando suas estratégias de reprodução social.

Reconstruir a história do povo Tenetehar Tembé é tarefa complexa, uma vez que muitas narrativas foram elaboradas a partir de olhares externos e atravessadas por lógicas capitalistas, distanciando-se das experiências concretas desse grupo. Para enfrentar esse desafio, recorro a referências que dialogam de forma mais direta com o contexto, como os estudos de Ponte (2014), Alonso (1999) e o relatório de Sales (1999), que oferecem uma visão mais próxima da vivência Tembé.

Para o povo Tembé, o território possui caráter simbiótico e profundo, constituindo parte essencial de sua existência. Não há, para eles, necessidade de demarcações físicas rígidas, uma

vez que o espaço é concebido como uso coletivo, sustentado pela noção de que “tudo pertence a todos”. A terra é compreendida como sagrada e vital, não apenas para a subsistência material, mas também para a preservação cultural e espiritual. Já os colonos atribuem ao território uma lógica distinta, na qual coexistem vínculos afetivos e a valorização econômica, exigindo delimitações claras que definam o domínio de cada família sobre sua parcela de terra.

O povo Tembé se autodenomina Tenetehar, termo que significa “gente verdadeira”. Sua língua pertence ao tronco Tupi, da família Guarani. Originários do Maranhão, migraram para o Pará por volta de 1800. Aqueles que permaneceram próximos aos rios Guamá e Gurupi, na região de Ourém, passaram a ser conhecidos como Tembé, enquanto os que permaneceram no Maranhão ficaram conhecidos como Guajajara. O contato dos Tembé com não indígenas já ultrapassa 350 anos (ECAM, 2018).

Conforme ressalta Ponte (2014), a origem dos Tenetehar é tema que ainda suscita debates e distintas interpretações. Duas teses principais se destacam: a de Gustavo Dodt (1939), que localiza os Tenetehar entre os rios Uraim e Gurupi, estendendo-se até os rios Pindaré e Capim; e a de João Barbosa Rodrigues (1875), que os considera uma subdivisão dos Tupinambá, espalhados pelos rios Tocantins, Capim, Guamá e Gurupi desde meados do século XIX. Rodrigues sugere que a política missionária, ao agrupar os indígenas em aldeamentos confinados, interrompeu a circulação tradicional do grupo na região (Ponte, 2014).

Uma das formas de apagamento impostas ao povo Tembé ocorreu por meio dos aldeamentos, utilizados como estratégia de desestruturação identitária. Esses espaços tinham como objetivo submetê-los à assimilação forçada, subordinando-os à lógica do sistema capitalista, uma vez que seus modos de vida contrastavam com os padrões da sociedade dominante. Ponte (2014) observa que os aldeamentos oficiais, instituídos pelas missões a partir de 1845, funcionavam como núcleos de integração dos indígenas à população nacional, implicando sua apreensão, concentração e a obrigatoriedade do trabalho.

Sales (1999) acrescenta que tais aldeamentos buscavam restringir a circulação dos grupos indígenas, confinando-os em espaços delimitados para liberar territórios à ocupação não indígena. Contudo, a resistência dos Tembé manifestou-se por meio da dispersão: diversas famílias afastaram-se da ordem imposta, estabelecendo-se em áreas próximas à reserva tradicional, reafirmando sua autonomia e recusando-se a se submeter ao sistema de aldeamento (Sales, 1999).

Nesse contexto, o processo de desterritorialização do povo Tembé ocorreu quando foram forçados a abandonar seu território ancestral, base de sobrevivência garantida pela coleta, pesca e caça tradicionais. Já a reterritorialização — ou reassentamento em novos espaços —

nem sempre se deu de forma pacífica, exigindo adaptações que implicaram, muitas vezes, renúncias culturais. Apesar dessas mudanças, os Tembé mantiveram sua identidade indígena e sua autonomia, resistindo ao sistema opressor e preservando sua cultura, inclusive nas terras demarcadas. Como destaca Sales (1999), antes da imposição dos aldeamentos, suas práticas combinavam o trabalho humano e o da natureza, racionalizando as dinâmicas de produção e reprodução da comunidade.

A ocupação histórica da região amazônica evidencia uma profunda transformação nas relações entre os povos indígenas e seus territórios. Sales (1999) ressalta que o vasto espaço — composto por florestas, rios, fauna e diversidade de recursos naturais — era fundamental para a reprodução da sociedade Tembé. Essa realidade, no entanto, sofreu modificações significativas, especialmente nas áreas atualmente ocupadas por esse povo.

De acordo com Alonso (1999), a subsistência dos Tembé dentro da reserva baseia-se principalmente na agricultura, com destaque para a mandioca, transformada em farinha e destinada tanto ao consumo familiar quanto à comercialização. Outras culturas relevantes são o arroz, o feijão e o milho. Nos períodos de estiagem, a pesca e a caça complementam a dieta, embora a diminuição da fauna silvestre tenha reduzido a centralidade dessas atividades para muitas famílias.

Apesar de a agricultura ter assumido um papel mais central na subsistência dos Tembé, a coleta ainda é praticada, embora de forma esporádica, refletindo adaptações às pressões ambientais e sociais. Sales (1999) registra que o povo continua a colher produtos como o açaí, cipós utilizados na confecção de cestos e algumas frutas silvestres. Entretanto, a ausência de delimitações claras entre aldeias dificulta a gestão dos espaços, tornando a coleta uma atividade sazonal. Memórias coletivas apontam que, no passado, os Tembé percorriam dias inteiros pelas matas em busca de alimentos — territórios hoje profundamente impactados por invasões e pela degradação ambiental.

Diante desses desafios, emerge uma nova forma de territorialização, marcada por lutas e resistências que reconfiguram o espaço vital para a sobrevivência da população indígena. Embora a Terra Indígena Alto Rio Guamá aparente preservar a natureza, sua criação representou, em grande medida, um mecanismo de confinamento, ao restringir os Tembé a áreas progressivamente menores, enquanto vastas extensões eram liberadas ao avanço do latifúndio. Esse processo foi intensificado durante o regime militar instaurado em 1964, deixando um legado de invasões, mortes e conflitos que atravessaram toda a Amazônia.

A partir desse contexto, os conflitos tornaram-se mais intensos, concentrando-se na luta pela retomada das terras tradicionalmente ocupadas pelos Tembé, mas apropriadas pela

colonização privada. Oliveira (2001) denomina esse fenômeno de concentração extrema de terras nas mãos de grupos econômicos, dinâmica que transformou diversos atores sociais — colonos, indígenas, grileiros e posseiros — em protagonistas de disputas acirradas. O Estado e seus órgãos, como INCRA, FUNAI e SPI, frequentemente reforçaram tensões, posicionando esses grupos como adversários em vez de mediadores dos conflitos. Ainda conforme Oliveira (2001), em meio a esse cenário emergiram instituições voltadas à defesa dos sujeitos violentados; contudo, a violência não se restringia aos diretamente envolvidos, atingindo também seus apoiadores, como padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais.

Enquanto povos originários, os Tembé possuem constitucionalmente assegurado o direito ao reconhecimento de sua organização social e cultural, conforme o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que garante ainda a demarcação e proteção de suas terras tradicionais (Brasil, 1988). Na prática, entretanto, a efetivação dessa legislação é falha. Oliveira (2001) ressalta que, mesmo diante de ameaças e violações, os indígenas resistem por meio da fuga, da luta e da adaptação. As terras demarcadas, quando desrespeitadas, tornam-se paradoxalmente espaços de confinamento, verdadeiras prisões delimitadas pela lógica do território capitalista.

O Estado, entretanto, apresenta uma atuação contraditória, pois ao mesmo tempo em que deveria garantir justiça social e equidade fundiária, permite a concentração de terras nas mãos de grandes grupos econômicos. Dessa forma, consolida-se uma estrutura de poder que mantém o próprio Estado sob domínio das elites agrárias, reforçando uma lógica de exclusão e aprofundando as desigualdades históricas.

Oliveira (2001) observa que as profundas transformações pelas quais a agricultura brasileira passou ao longo do século XX revelam não apenas as contradições internas da estrutura agrária, mas também a centralidade da luta pela Reforma Agrária. Tal luta extrapola a questão da posse da terra, configurando-se como conquista de democracia, identidade camponesa e, conseqüentemente, de cidadania (Oliveira, 200).

Assim como o povo Tembé, que mantém um contato histórico e direto com seu território, muitos migrantes nordestinos também construíram vínculos duradouros com a região desde o período da Cabanagem — movimento popular ocorrido na antiga província do Grão-Pará, abrangendo os atuais estados do Pará, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Refugiados desse levante buscaram abrigo às margens do rio Gipuúba, área que hoje corresponde ao município de Garrafão do Norte.

De acordo com Eufrásio e Figueiredo (1997), além dos refugiados da Cabanagem, a região recebeu caçadores e mateiros oriundos do Nordeste. No final do século XIX, a localidade

passou a ser chamada de Garrafão, denominação vinculada a uma tradição oral que relata a quebra de um garrafão de vinho na margem direita do rio Gipuúba. Esse marco geográfico tornou-se referência para os caçadores e, com o tempo, diversas famílias fixaram residência no local. Embora os primeiros registros oficiais datem apenas de 1962, tratava-se de terra devoluta adquirida do governo federal durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek.

Quando o Estado intervém na territorialidade de um povo, impondo limites às redes de pertencimento e fragilizando o vínculo afetivo traduzido pela noção de *topofilia*, torna-se inevitável a emergência de resistências. Frequentemente, tais resistências se expressam por meio de conflitos que ultrapassam o plano simbólico e adentram o campo político, onde prevalecem os interesses de uma elite privilegiada. É nesse contexto que se desenrola o embate entre o povo Tembé e os colonos da Vila Tauari. Embora comumente interpretada como uma disputa entre povos tradicionais, essa tensão deve ser compreendida como expressão da resistência contra um sistema opressor que historicamente promove a fragmentação territorial e social.

Todavia, a sociedade brasileira, em grande medida, ainda não reconhece a complexidade dessa realidade, reproduzindo discursos simplificadores que ocultam as causas estruturais dos conflitos. Essas causas estão enraizadas na luta pelo território, pela dignidade e pelo reconhecimento dos modos de vida ancestrais, tanto indígenas quanto camponeses, sistematicamente invisibilizados pela lógica de acumulação e pela ação seletiva do Estado.

Loureiro (2015) analisa uma situação análoga ocorrida na Gleba Cidapar, em Viseu, envolvendo posseiros, empresários e indígenas. Para manter e legitimar o poder, o Estado frequentemente lança mão de mecanismos jurídicos e administrativos que marginalizam relações sociais historicamente constituídas. Em outros casos, a violência contra os grupos desfavorecidos se manifesta por meio de práticas que favorecem grandes proprietários e empresários, em detrimento das camadas populares despossuídas. No caso específico da Cidapar — empresa localizada próxima ao território ocupado pelo grupo social ao qual minha família pertence e onde o campesinato vivenciou experiência semelhante —, evidenciou-se uma luta prolongada, que se estendeu por aproximadamente duas décadas e meia, na tentativa de assegurar o direito de permanecer nas terras tradicionalmente ocupadas.

Este trabalho, entretanto, não se propõe a aprofundar a análise sobre o povo Tembé, mas a oferecer uma breve contextualização de sua trajetória, situando o leitor no cenário em que se insere a pesquisa. O foco recai sobre os colonos — grupo social ao qual pertencemos — que habitavam e trabalhavam em terras contíguas às dos Tembé. No capítulo subsequente, serão

apresentados os modos de vida, as práticas culturais, as crenças e as formas de relação desses colonos com o território.

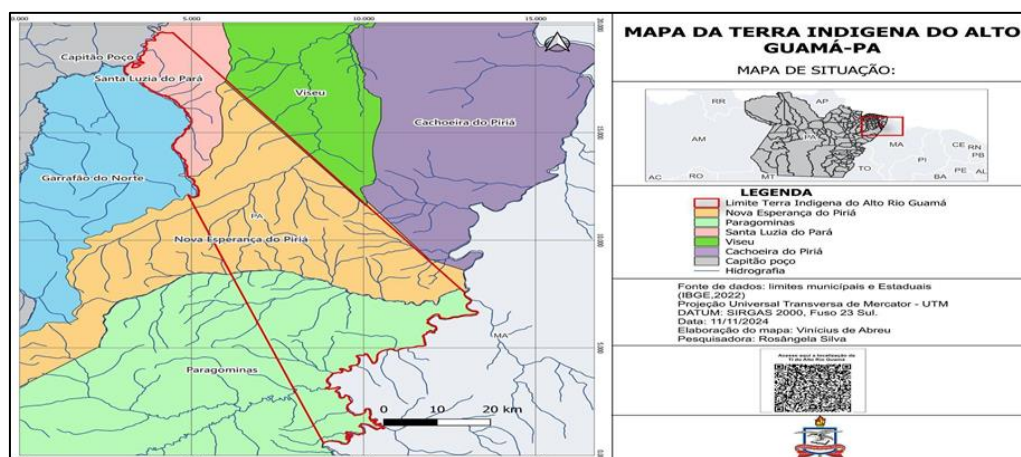
Conclui-se que compreender a ocupação territorial na Amazônia exige um olhar histórico capaz de apreender a complexidade das interações entre povos indígenas, migrantes e o Estado. O povo Tembé, com sua profunda relação simbólica, cultural e espiritual com a terra, e os colonos migrantes, que também estabeleceram vínculos afetivos e econômicos com o território, constituem atores centrais em uma dinâmica marcada por conflitos e resistências. Esses processos evidenciam as contradições do modelo de ocupação capitalista, que produz exclusões e fragmentações, impactando diretamente as identidades e formas de vida dos sujeitos envolvidos. Assim, situar esses grupos no contexto histórico e social é fundamental para compreender as tensões territoriais contemporâneas e os desafios colocados para a construção de justiça social, reconhecimento e dignidade no espaço amazônico.

1.2 Características da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)

Devido aos intensos conflitos territoriais envolvendo indígenas, colonos, madeireiros e fazendeiros na região, o governo brasileiro passou a adotar políticas compensatórias com o intuito de reparar, ainda que parcialmente, os prejuízos decorrentes de ações estatais anteriores. A área indígena, conforme ilustrado nas figuras 3 e 4, foi oficialmente reservada em 1945, por meio do Decreto nº 307/1945, assinado pelo Interventor Federal do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. No entanto, a demarcação somente foi efetivamente concluída em 1993, com a homologação da Terra Indígena Alto Rio Guamá (Alonso, 1999).

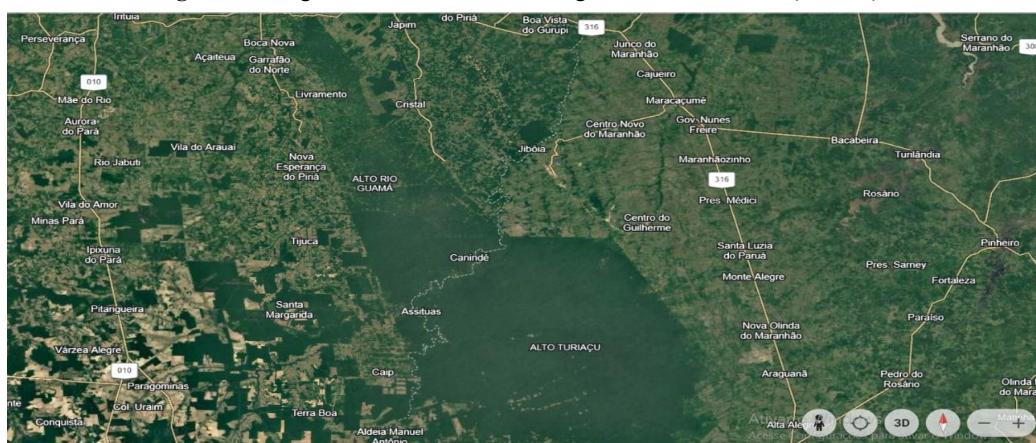
A Reserva Indígena Alto Rio Guamá (RIARG) abrange aproximadamente 278.000 hectares (PETI, 1990), distribuídos em 42 aldeias destinadas aos povos Tembé, Timbira, Ka'apor e Guajá. Está localizada no nordeste do estado do Pará, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, na divisa com o Maranhão. Seu território envolve os atuais municípios de Garrafão do Norte, Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas — criados posteriormente à constituição da reserva, em decorrência da divisão dos antigos municípios de Ourém, Viseu e Capitão Poço (Alonso, 1999).

Figura 3 - Mapa da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)



Fonte: Autora (2024). Elaborado por Vinícius de Abreu, baseado em FUNAI (2024)

Figura 4 - Imagem de satélite da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)



Fonte: Autora (2024). Imagens extraídas do software Google Earth® (2024)

De acordo com Ponte (2014), após a criação da reserva, os Tembé do Guamá foram realocados para a margem esquerda do rio, mas continuaram a utilizar as terras tradicionalmente ocupadas, tanto para suas atividades econômicas quanto para práticas rituais e de lazer. Isso porque, do outro lado do rio, encontram-se os ancestrais, além de se manterem vínculos com moradores e comerciantes de Ourém e Capitão Poço. A relação com os comerciantes de Capitão Poço era considerada pacífica, conforme relata Lourdes, uma vez que estes já estavam familiarizados com os costumes dos Tembé, estabelecendo trocas comerciais. Em contrapartida, com Ourém, a relação era marcada por tensões, devido aos “saqueamentos” realizados pelos Tembé nos comércios locais, de modo semelhante ao que os Ka’apor faziam nas aldeias Tembé (Ponte, 2014, p. 188).

É importante destacar que a criação da Reserva Indígena Alto Rio Guamá (RIARG) não apenas delimitou um novo território para os Tembé, mas também para os Ka’apor, Timbira e

Guajajara. Esse território contínuo, atravessado pelo rio Gurupi e conectado à Reserva Indígena do Alto Turiaçu, resultou de uma estratégia do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que, paradoxalmente, promoveu a segregação. A medida dificultou a livre circulação dos grupos, restringindo relações, conflitos e práticas culturais que antes se mantinham dinâmicas e interligadas (Ponte, 2014). O SPI, subordinado ao Ministério da Agricultura e responsável pela política indigenista até 1967, foi extinto após denúncias de abusos contra os povos indígenas, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Embora criada com a missão de proteger e promover os direitos indígenas, a FUNAI, em muitos contextos, conciliava essa defesa com os interesses de grandes projetos de mineração, pecuária e exploração madeireira na Amazônia, reproduzindo contradições semelhantes às do órgão que a precedeu (Stauffer, 1959; Ponte, 2014).

Nesse contexto, o governo federal passou a conceder facilidades financeiras que atraíram empresas multinacionais interessadas nos recursos naturais da região. Conforme aponta Ponte (2014), a política indigenista articulava-se diretamente aos projetos econômicos de expansão, intensificando os conflitos ao favorecer o acesso de agentes externos aos territórios indígenas. Assim, parte significativa das tensões entre colonos e indígenas não pode ser atribuída apenas às disputas locais, mas à interferência do Estado e à atuação de madeireiros, fazendeiros e políticos. Relatos dos próprios Tembé revelam que o Estado ora estimulava invasões, ora incentivava aproximações entre indígenas e agricultores, sempre em benefício da lógica colonizadora e do apagamento da identidade indígena. Para compreender a complexidade desses conflitos, é fundamental considerar também a perspectiva dos agricultores, de modo a explicitar os verdadeiros responsáveis pelas injustiças impostas a ambos os grupos.

Ao final deste primeiro capítulo, evidencia-se que a história da ocupação territorial na Amazônia paraense não se limita a registros cartográficos, mas se constitui como um tecido vivo de memórias, identidades e disputas. A desterritorialização imposta a muitas famílias agricultoras e a povos indígenas revela um processo marcado por rupturas profundas, mas também por resistências persistentes e pelo entrelaçamento de vínculos afetivos com a terra. Compreender esse cenário exige escutar as vozes daqueles que, mesmo diante das perdas e deslocamentos, carregam consigo um sentimento intenso de pertencimento — uma ligação que ultrapassa a dimensão física do espaço e se manifesta na memória coletiva e nas práticas cotidianas. Dessa forma, o capítulo estabelece as bases para um mergulho mais profundo nas trajetórias dos sujeitos envolvidos, cujas vidas se cruzam em um contexto de conflitos, esperanças e reexistências.

CAPÍTULO 2 - A “TERRA PROMETIDA” PARA OS COLONOS – INSTALAÇÃO E VIDA NA TERRA ONDE SE CONSTRUIU O TERRITÓRIO

No cenário de conflitos e instabilidades, o governo federal promoveu um projeto ambicioso de expansão agrícola na Amazônia, incentivando a migração de famílias nordestinas. Fugindo da seca e em busca de terras para trabalhar, essas famílias viam na região a oportunidade de alcançar estabilidade econômica. No entanto, muitas vezes foram orientadas por políticos locais a ocupar territórios já habitados, o que intensificou os confrontos com os povos indígenas, em especial com o povo Tembé.

Além dos migrantes, o espaço também foi disputado por colonos e, sobretudo, por grandes grupos econômicos, como empresas mineradoras e madeireiras, que exploravam os recursos naturais de forma predatória e agravavam os conflitos fundiários. Oliveira (2001) ressalta que a luta pela terra está diretamente vinculada à afirmação da identidade camponesa das populações historicamente excluídas.

A presença do grande capital, elemento central no processo de apropriação territorial, acentuou os embates. Após sucessivos confrontos envolvendo terras indígenas, as famílias nordestinas — inicialmente vistas como colonos incentivados pelo próprio Estado — passaram a ser estigmatizadas como invasoras. Pessoas que buscavam apenas dignidade e um espaço para viver foram criminalizadas, em um processo que desconsiderou tanto as promessas governamentais anteriores quanto a complexidade das relações estabelecidas com o território.

Essas famílias carregam histórias concretas: muitas, diante da fome e da ausência de oportunidades em suas regiões de origem, foram direcionadas pelo Estado a ocupar terras já pertencentes a outros. Entre as décadas de 1950 em diante, no contexto das transformações políticas e econômicas nacionais, migraram em busca de melhores condições de vida. Com modos de vida simples e alimentação frequentemente marcada pela escassez de proteínas, tendo como base arroz, feijão, farinha e rapadura, enxergaram na Amazônia paraense uma espécie de “terra prometida”. Essa promessa poderia ter se concretizado se o Estado tivesse priorizado os pequenos produtores e os povos indígenas que já habitavam a região.

É importante destacar que os chamados “invasores” não podem ser reduzidos à imagem de grupos que buscam se apropriar, de forma oportunista, das terras indígenas. Em muitos casos, tratava-se de sujeitos sociais que também possuíam direitos assegurados em lei, cuja trajetória foi marcada por resistência, sofrimento e trabalho. A Constituição Federal e a Lei nº 4.504, de 1964 (Estatuto da Terra), estabelecem que a propriedade deve cumprir sua função social, a qual inclui a promoção do bem-estar dos proprietários e trabalhadores, a manutenção da

produtividade, a conservação dos recursos naturais e a garantia de relações de trabalho justas (Brasil, 1964).

Diante das promessas de uma vida melhor, minha família, assim como muitas outras recém-chegadas, deixou seu lugar de origem para se estabelecer em um novo território: a vila Tauari, que simbolizava esperança e oportunidade. Diferentemente dos povos indígenas, para nós, colonos, a terra exigia delimitações claras, sendo o chefe da família o responsável pela área e por toda a produção. Parte do que se cultivava destinava-se ao consumo doméstico, enquanto o excedente era comercializado para suprir outras necessidades.

Nosso vínculo afetivo com a terra era construído por afinidades, nem sempre relacionadas à proximidade física com os vizinhos. O valor econômico atribuído ao território, muitas vezes, sobrepunha-se ao sentimento de topofilia — entendido como o apego emocional ao lugar (Oliveira, 2012). Esses modos de vida contrastavam profundamente com os do povo Tembé, para quem o território representa a própria vida. Para os colonos, a terra era, sobretudo, um bem produtivo, associado ao seu valor econômico crescente. Após anos de cultivo, quando o solo se esgotava, a prática comum era vender a área e migrar em busca de novas terras.

É fundamental salientar que a maioria dessas migrações não ocorreu de forma voluntária, mas foi imposta pela escassez, pela seca e, sobretudo, pela fome (Fuini, 2017). Muitas dessas famílias eram católicas e manifestavam sua fé por meio da devoção à padroeira local, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, amplamente venerada na vila Tauari. Além disso, os mais velhos preservavam a religiosidade nordestina, mantendo práticas de oração a santos populares como Padre Cícero, conhecido como “Padim Ciço”, e Frei Damião, lembrado como “o santo do povo nordestino”.

A chegada ao novo território não provocou um impacto imediato, pois a esperança de uma vida melhor, somada à semelhança cultural entre migrantes oriundos das mesmas regiões nordestinas, favoreceu a continuidade de práticas culturais comuns e fortaleceu os vínculos comunitários. Esse processo caracterizou uma reterritorialização, em que indivíduos deslocados reconstruíram laços com o novo espaço sem romper completamente com seus vínculos anteriores, mantidos de forma subjetiva.

Uma vez estabelecidas na região, as famílias passaram a incorporar novos elementos alimentares. O consumo de peixes de água doce, como cará, traíra, tuí, sarapó, aracu e pacu, tornou-se recorrente, além de espécies oriundas da região do Salgado. Carnes de suíno, bovino, frango caipira e de caça nativa também foram incorporadas à dieta, ampliando a diversidade alimentar e reforçando a relação de pertencimento ao território.

A ocupação foi intensa, tanto em Garrafão do Norte quanto em suas áreas vizinhas. Cerca de 80% da população é de origem nordestina, sobretudo do Ceará, atraída pelos rumores de existência de minérios na região. Em poucos anos, a área foi rapidamente povoada e passou a ser conhecida como vila Tauari, embora não seja oficialmente considerada uma vila. De acordo com os critérios do IBGE, vila é a sede de um distrito que não é município, mas que possui autoridade distrital (IBGE, 2023). No entanto, desde 1963 a localidade é registrada como colônia agrícola, sendo aqui tratada como vila, denominação consagrada pelo uso popular.

Tauari foi oficialmente criada em março de 1963 pelo então prefeito de Ourém, Dariozinho de Oliveira, atendendo a pedidos de Manoel Gonçalves Eufrásio, primeiro candidato a vereador de Garrafão do Norte. O nome “Tauari” deriva de Tauai, afluente do rio Guamá, que significa “região de madeira esbelta e de boa qualidade” e também faz referência às pequenas palhoças típicas das roças e seringais (Eufrásio; Figueiredo, 1997). A delimitação da colônia agrícola visava atender agricultores e pecuaristas da região de Garrafão. Contudo, antes mesmo da demarcação formal, famílias já viviam e trabalhavam na área, como Pedro Pacheco, que em 1955 adquiriu a primeira roça aberta por José Ribeiro, conhecido como Jucá — considerado o fundador do povoado. Seu ajudante, José Ronda, é tido como o primeiro morador do local (Eufrásio; Figueiredo, 1997).

Os moradores mais antigos chamavam a localidade de “Patrimuin”, em alusão à palavra “patrimônio”. Havia documentos que, segundo relatos, eram frequentemente apresentados por políticos locais, especialmente pelo vereador Evilácio (*in memoriam*), engajado na luta pela regularização fundiária dos colonos. Confiando na validade desses documentos e na promessa de titulação, as famílias sentiram-se legitimadas a ocupar a terra e a construir suas moradias. Assim, a vila foi se expandindo, sustentada pela esperança e pela crença em um direito socialmente reconhecido, ainda que não formalizado. Essa expectativa foi alimentada, em grande parte, pelo boato da existência de grandes reservas minerais na região — uma falsa promessa que perdurou por décadas. Desde a chegada do meu avô até minha própria saída da vila, nenhum colono encontrou vestígios de minério.

O acesso à vila se dá pela rodovia PA-124, por meio de uma vicinal de 5 quilômetros que liga a localidade à sede do município de Garrafão do Norte, situada entre a vila Capoeira e a zona urbana municipal (Figura 5). A vegetação predominante é o chamado “capoeirão”, floresta secundária que surge após a derrubada da mata original, composta por árvores de pequeno porte e gramíneas. Como a comunidade se desenvolveu às margens do rio, nos

períodos mais chuvosos os quintais das casas ribeirinhas eram alagados pela “vargem” (várzea), possibilitando a prática da pesca de tapagem⁴.

Figura 5 - Imagem atual da entrada da vila Tauari.



Fonte: Registro da Autora (2024)

O rio Tauari, afluente do rio Guamá e responsável por dar nome à localidade, constitui o limite territorial entre a área de proteção indígena e a vila onde residíamos. A vila de Tauari encontra-se situada na margem esquerda do rio, conforme ilustrado na Figura 6. É importante destacar que o núcleo central da vila sempre esteve localizado fora da Terra Indígena; contudo, desde a chegada dos agricultores, os lotes destinados ao cultivo foram estabelecidos dentro do território indígena. Mesmo após o processo de desintrusão, os limites territoriais permaneceram inalterados, tendo ocorrido apenas a realocação das famílias para os assentamentos Arapuã-Simeira, Caip e Paragonorte. Assim, a vila mantém-se no local desde sua criação até os dias atuais.

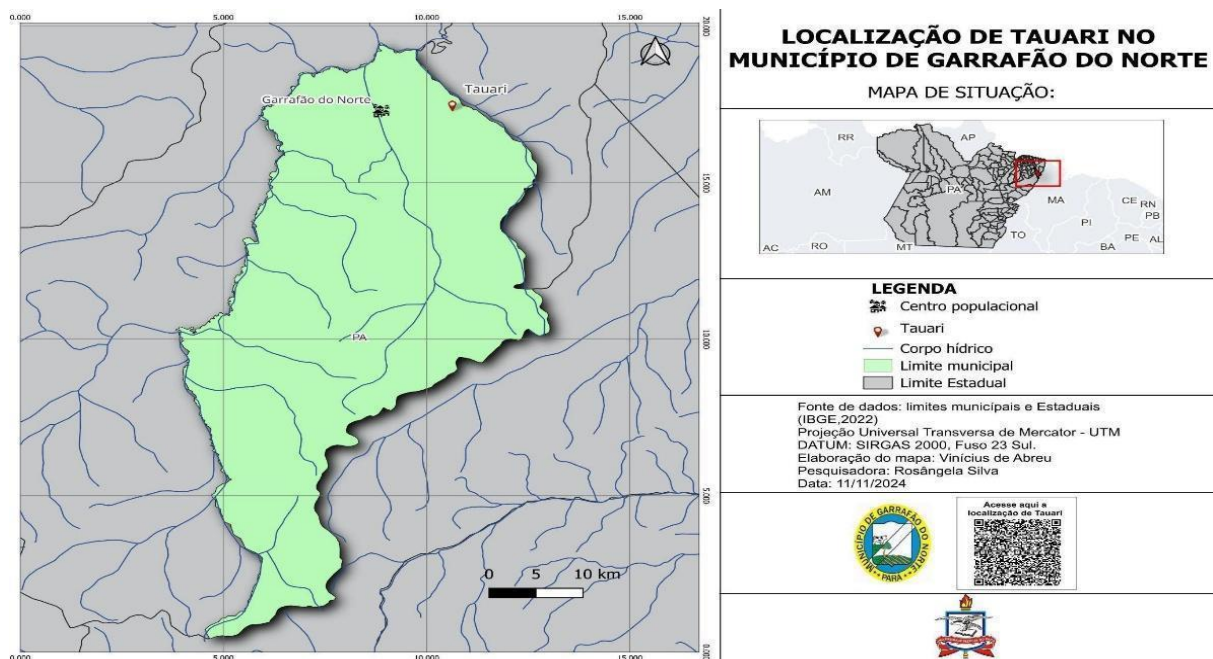
Nos primeiros anos de ocupação, políticos dos municípios vizinhos afirmavam que as áreas utilizadas pelos colonos para cultivo estariam fora dos limites da Terra Indígena. Na prática, a ocupação da vila estruturou-se de forma ambígua: parte das famílias residia no centro da vila e trabalhava na área indígena, enquanto outra parte morava e produzia diretamente dentro dela — espaço que, no uso popular, era conhecido como “FUNAI”. Apenas em momento posterior, quando os colonos já haviam delimitado suas roças e consolidado modos de

⁴ Técnica de pesca que utiliza o matapi, uma armadilha para pegar peixes, que serve como uma espécie de tampão, elaborado com folhas de açazeiro e guarimã. O matapi é posicionado em pontos estratégicos, como a entrada do curso d’água.

produção, tornou-se evidente que as áreas exploradas se situavam, de fato, dentro do território indígena.

A partir dessa constatação, os colonos passaram a se organizar coletivamente, formando grupos e constituindo lideranças locais com o objetivo de reivindicar a documentação da terra. Esse movimento ganhou maior força após a elevação de Garrafão do Norte à categoria de município, em 1988, quando os colonos passaram a receber apoio de políticos locais, que, interessados em garantir votos, associaram-se às suas demandas.

Figura 6 - Mapa da localização da vila Tauari atualmente no Município de Garrafão do Norte (PA).



Fonte: Autora (2024). Elaborado por Vinícius de Abreu, baseado em IBGE, 2022

Nesse cenário, por volta da década de 1960, meu avô Cícero Pereira se estabeleceu com sua família nas proximidades do lugar conhecido como Tauari. Antes de fixar-se ali, já havia tentado instalar-se em outras localidades, sempre partindo da crença de que aquelas terras seriam devolutas, o que atraía diversas famílias interessadas em ocupá-las. Na companhia de meu avô vieram sua esposa e seu irmão. Era comum que os deslocamentos ocorressem em grupos, com famílias inteiras passando dias ou até meses no percurso, realizado a pé ou em lombos de burros. Quando chegou à região, já havia algumas famílias instaladas; por isso, ele passou a ser conhecido como Ciço Preto, em razão da presença de outro comerciante homônimo.

As famílias que se fixavam no local vinham com o propósito de trabalhar e prosperar financeiramente — e algumas, de fato, conseguiam. A minha família alcançou certa

prosperidade: lembro-me de, ainda criança, ver meu avô possuir cerca de 200 cabeças de gado, além de animais de pequeno porte, como galinhas, patos e porcos — um patrimônio significativo para alguém que chegara sem recursos financeiros. No entanto, os bens eram centralizados sob a autoridade dele. Mesmo todos trabalhando, era necessário pedir sua permissão para qualquer decisão. Meu pai e meus tios, mesmo já casados, dependiam da autorização dele para realizar negócios. O patriarcado era — e ainda é — uma estrutura marcante nas famílias brasileiras, mas se acentuava especialmente nas famílias nordestinas, onde os altos índices de analfabetismo contribuía para a manutenção de relações tradicionais e desiguais de gênero e poder.

Gradativamente, as famílias foram criando vínculos de pertencimento com o território e ampliando suas redes de convivência, que englobavam não apenas outros migrantes nordestinos, mas também o povo Tembé. Cada família escolhia a área que julgava mais adequada, sem verificar a existência de ocupantes anteriores, pois predominava a noção de abundância e disponibilidade da terra. As áreas próximas a rios e igarapés eram especialmente valorizadas pela oferta de peixes. Durante o dia, os colonos dedicavam-se ao cultivo da terra e, ao anoitecer, pescavam, garantindo o complemento alimentar. A região apresentava grande riqueza natural, com variedade de peixes, abundância de açaí e fauna diversificada — veados, pacas, caititus e outros animais — que enriqueciam a dieta das famílias nordestinas que buscavam refúgio na Amazônia paraense.

A escolha do local feita por meu avô baseou-se em dois critérios: primeiro, a pouca presença de famílias já instaladas; segundo, a qualidade do solo, arenoso e escuro, que aparentava ser fértil sem necessidade de insumos químicos. Sua experiência como caçador também facilitava tanto a locomoção quanto a identificação da terra adequada. Essa percepção se confirmou: no período em que trabalhamos na área, nunca utilizamos fertilizantes e tampouco tivemos problemas na lavoura. Naquela época, entre os anos 1950 e 1960, o lugar mais procurado era a vila Garrafão — hoje a cidade de Garrafão do Norte. Os arredores ainda não despertavam tanto interesse, o que atraiu imediatamente meu avô, que preferiu se instalar no local.

A falta de estudos, contudo, trouxe consequências significativas para a família. Meus tios permaneceram analfabetos; apenas meu pai estudou, e mesmo assim somente até o segundo ano do antigo ginásio, correspondente à 6ª série do atual Ensino Fundamental. Apesar de limitado, esse nível de instrução foi fundamental: anos mais tarde, ele conseguiu aprovação em um concurso público, que se tornou sua principal fonte de renda.

Assim, vivemos por anos em um espaço que originalmente pertencia ao povo Tembé, mas alimentávamos a esperança de que o território pudesse ser compartilhado. Talvez isso tivesse sido possível se o Estado, em vez de apoiar prioritariamente os interesses do grande capital, tivesse protegido também os pequenos produtores. Teríamos tido a oportunidade de conviver como vizinhos do povo Tembé, em uma relação baseada no respeito mútuo e na valorização das diferenças. Assim como os indígenas, também somos filhos da terra: construímos não apenas vínculos produtivos, mas laços afetivos profundos com o território. Como nos lembra Haesbaert (2021), o território vai muito além da simples posse da terra. Ele é tecido pelas vivências, lembranças e laços afetivos que conectam os sujeitos ao lugar que habitam, sustentando sua identidade e o sentimento de pertencimento que nele se enraíza.

Sempre acreditei que, se os órgãos competentes — como o INCRA e a FUNAI — tivessem atuado com eficiência e responsabilidade, o processo de desintrusão poderia ter sido evitado. No entanto, o interesse econômico do Estado falou mais alto do que o compromisso que deveria assumir com todos os habitantes da região — não apenas com os povos indígenas, mas também com aqueles que, assim como nós, sobrevivem da terra e nela construíram suas vidas.

Não imaginávamos que seria necessário, um dia, desocupar a terra — e o pior: sem o direito de colher o que havíamos plantado. O governo prometeu indenizações que garantiriam o sustento até a chegada da nova safra no assentamento. Porém, poucas famílias receberam algum valor, e aquelas que receberam se depararam com quantias irrisórias, insuficientes até mesmo para a compra de uma cesta básica, quanto mais para assegurar a sobrevivência até a nova produção. Assim, o campesinato brasileiro vem sofrendo transformações e adaptações que, de acordo com Oliveira (2001), seguem a lógica da colonização privada.

Partindo desse pressuposto, apenas os grandes grupos econômicos conseguem permanecer nos territórios, convertendo seus lucros em benefícios e interesses próprios. Como destaca Wanderley (2009), a ação do Estado sempre se caracterizou por favorecer explicitamente a constituição da grande propriedade fundiária. Enquanto isso, a população invisibilizada torna-se presa fácil das investidas do poder capitalista, que segrega uma parcela significativa da sociedade. Nesse contexto, a *memória* assume papel central na construção dos fatos históricos, pois resgata vozes silenciadas e revela as disputas por território, poder e identidade.

Nas lembranças sobrepostas dos moradores, a vila se apresentava como um espaço vibrante e acolhedor. As crianças desfrutavam de ampla liberdade para viver, correr e participar de brincadeiras tradicionais, como pula-pula, rouba-bandeira e alecrim dourado. Ainda que

compartilhassem o mesmo instante, cada pessoa guardava e expressava suas lembranças de modo singular (Candau, 2021). Durante as tardes, era comum que os adultos mais velhos se reunissem nos alpendres das casas para conversar e tomar café, em um ambiente de forte convívio comunitário. Apesar de se tratar de um lugar pequeno, com poucas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, a vila era considerada tranquila, propícia à vida em comunidade e marcada pela abundância de recursos naturais — caça, peixe e frutas.

Esse sentimento de pertencimento e valorização do modo de vida local pode ser observado no depoimento do Sr. Maurício, que passou toda a infância e parte da vida adulta na comunidade de Tauari. O trecho a seguir foi extraído de uma conversa que tive com ele, ex-morador da vila:

Rosa: Você pode contar suas lembranças.

Maurício: O que mais lembro quando o papai morreu, ajudei a mamãe criar meus irmãos, era dez, onze comigo. Naquele tempo não tinha esse negócio de criança não poder trabalhar, [sic] eu ajudava minha mãe pescando, trabalhando na roça e ainda estudava. Tinha tempo de brincar e fazer tudo que moleque gostava. Sinto falta do Tauari no tempo que eu era moleque, era umas brincadeiras sadia, não tinha esse negócio de pedra (drogas) era tudo tranquilo, eu sou do tempo que tomava bença pros mais velhos, pros padre e professor, no Tauari tinha fartura, antes de ser expulso nois vivia bem, agora já num tenho tanta fartura.

Rosa: O que você pensa sobre o conflito de terra que aconteceu aqui?

Maurício: primeiro só teve briga porque num fumos apoiado, o governo só gosta dos índios nois colonos somo esquecido, se nois tivesse terra também não sofria tanto, as terra é devoluta e nois num pode trabalhar.

Rosa: Seria possível indígena e colono ocupar o mesmo espaço?

Maurício: Sim, era só a Funai ter dividido a terra com uma cerca, do lado de lá dava pros índios, do lado de cá dava pra nois ai dava os documento da nossa parte (Entrevista realizada por telefone em 17/03/ 2024).

A fala do Sr. Maurício evidencia que o processo de desintração deixou marcas profundas na memória dos colonos — lembranças que o tempo não conseguiu apagar. Mesmo após terem se deslocado para outra área, o sentimento de abandono por parte do Estado permanece. Em seu relato, é possível perceber que a ausência de apoio institucional foi determinante para a fragilidade da permanência dos colonos no território original. Além disso, ele ressalta um aspecto central da lógica fundiária vivida pelos colonos: a ideia de que o poder sobre a terra só é efetivamente reconhecido quando acompanhado de documentação legal e de demarcação física do espaço. Outro ponto importante destacado pelo Sr. Maurício é a fartura de alimentos, entendida como elemento indispensável para uma sobrevivência digna, embora frequentemente negligenciada pelas políticas institucionais.

Na década de 1990, antes da desintração, a vila Tauari apresentava um cenário de relativa prosperidade, ainda que não dispusesse de infraestrutura básica adequada. A única

estrutura pública disponível era o fornecimento de energia elétrica. Mesmo assim, a comunidade mantinha uma dinâmica de vida autônoma e produtiva. Além das famílias agricultoras que residiam na vila, havia também outros sujeitos sociais, como pequenos fazendeiros e indivíduos com maior poder aquisitivo, que possuíam terrenos agrícolas nos arredores — ainda que fora da área indígena. Esses atores constituíam uma categoria distinta, cuja relação com o território e com os modos de produção se diferenciava da dos agricultores que constituem o foco principal deste estudo.

O objetivo central deste trabalho é justamente evidenciar a percepção e a relação dos agricultores com o processo de desintrusão. No período mencionado, esses agricultores mantinham práticas sustentáveis de uso da terra: produziam alimentos em quantidade suficiente para o consumo familiar e comercializavam o excedente. Aos finais de semana, deslocavam-se até a vila para vender sua produção e adquirir gêneros e produtos que não cultivavam. Esse modo de vida lhes conferia certo grau de autonomia econômica, razão pela qual muitos eram considerados “folgados” — expressão popular que designava uma condição de bem-estar financeiro e tranquilidade material.

A análise da instalação da Colônia Tauari adquire densidade quando cotejada com o *Relatório de Pesquisa elaborado por Noêmia Sales*, um dos registros mais consistentes sobre a ocupação da área. Sales (1998) evidencia que a criação da Colônia se inscreve no contexto das políticas estatais de colonização da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, orientadas pelo discurso de aproveitamento de terras “ociosas” e de promoção da agricultura de base familiar. Nesse documento, a autora detalha o perfil dos agricultores assentados, destacando que, em sua maioria, eram migrantes oriundos do Nordeste, particularmente do Ceará, cuja trajetória foi marcada pela busca por condições mínimas de sobrevivência e pela promessa de acesso à terra.

Ao dialogar com esse material, percebe-se que o Estado, ao mesmo tempo em que oferecia uma “solução” para o excedente populacional das regiões de origem, reforçava um projeto de desenvolvimento pautado na expansão das fronteiras agrícolas. Nesse contexto, os colonos eram convertidos em mão de obra barata para a ocupação e abertura de novas áreas (Sales, 1998). Tal perspectiva converge com a análise de Martins (1986), para quem a colonização na Amazônia integra a lógica da modernização conservadora: a pequena produção é inicialmente utilizada como frente de expansão, mas posteriormente pressionada pelo capital fundiário e pela lógica do agronegócio.

O relatório de Sales (1998) também contribui para caracterizar a Colônia Tauari como espaço de sociabilidade e de produção camponesa, marcado pela cooperação entre famílias e pelo uso de técnicas tradicionais. Essa dimensão empírica corrobora a interpretação de

Wanderley (2014), que compreende a agricultura familiar como um modo de vida em que a terra cumpre funções sociais e simbólicas, e não apenas produtivas. Assim, a leitura desse documento não apenas reforça a memória coletiva dos colonos, como também legitima a narrativa aqui construída, ao ancorar a experiência vivida em registros documentais que revelam tanto a complexidade do processo de ocupação quanto a ambivalência da presença estatal na região.

2.1 Os agricultores e seus modos de produção

A caracterização dos agricultores da Vila Tauari exige compreender tanto sua origem migratória quanto seus modos de produção, profundamente enraizados na lógica da agricultura familiar camponesa. A maioria dos colonos que se fixou na região era composta por famílias oriundas do Ceará e de outros estados do Nordeste, atraídas pelo discurso oficial de terras “devolutas” e pelas promessas de oportunidade (Loureiro, 2015). Esses sujeitos trouxeram consigo práticas agrícolas tradicionais, estruturadas na cooperação familiar e no uso de técnicas de baixo impacto ambiental, voltadas prioritariamente para a subsistência.

Segundo Wanderley (2014), o campesinato brasileiro se define pela centralidade do núcleo doméstico na organização do trabalho e pela integração entre produção e reprodução social. Isso significa que a terra não é apenas um meio de produção, mas também um espaço de vida, identidade e memória. Essa lógica esteve presente na Vila Tauari, onde as famílias cultivavam roças diversificadas, incluindo mandioca, milho, feijão, pimentas, frutíferas e hortaliças, complementadas por quintais agroflorestais que asseguravam a segurança alimentar. Essa diversidade produtiva, além de garantir a subsistência, configurava-se como uma forma de resistência frente ao modelo de monocultura voltado ao mercado, predominante na região (Martins, 1986).

A relação dos agricultores com a terra deve ser compreendida para além da dimensão econômica. Para Shanin (2005), a experiência camponesa envolve uma “relação simbiótica” com o território, na qual o trabalho é inseparável da memória e das práticas culturais. Em Tauari, o território representava não apenas um espaço físico de cultivo, mas também um lugar de pertencimento, de enraizamento da memória coletiva e de transmissão de saberes entre gerações. Essa concepção encontra ressonância no conceito de *topofilia*, formulado por Tuan (2012), que traduz o vínculo afetivo e cultural com a terra, em contraposição à visão mercantil e produtivista do espaço rural.

Por outro lado, essa mesma forma de organização expôs os agricultores a processos de precarização e invisibilidade. A ausência de políticas públicas consistentes para a agricultura familiar contribuiu para que essas populações fossem rotuladas como “ocupantes ilegais” ou “entraves ao desenvolvimento”, desconsiderando seu papel estratégico na produção de alimentos e na preservação dos territórios (Delgado, 2010). Nesse sentido, o campesinato em Tauari deve ser compreendido como parte de um movimento mais amplo da luta pela terra na Amazônia, marcado pelas tensões históricas entre pequenos agricultores, povos originários e os interesses do capital agrário e madeireiro (Fernandes, 2008).

Assim, a caracterização dos agricultores da Vila Tauari revela um grupo social profundamente vinculado à terra, cuja prática produtiva não se restringe à sobrevivência econômica, mas se inscreve como prática cultural, histórica e política. A compreensão de sua trajetória exige reconhecê-los como sujeitos históricos, portadores de saberes e práticas que, embora sistematicamente marginalizados, resistem e se reconstróem em meio aos processos de desterritorialização.

2.2 A Luz do passado

Antes do processo de desintração, a agricultura era a principal atividade econômica da vila, sustentando a vida comunitária. Embora algumas famílias contassem com empregos formais temporários, como cargos na prefeitura — inclusive minha mãe exerceu a função de professora —, esses vínculos não garantiam a subsistência completa. Assim, o trabalho agrícola, que envolvia todos os membros das famílias, tornou-se indispensável para complementar a renda.

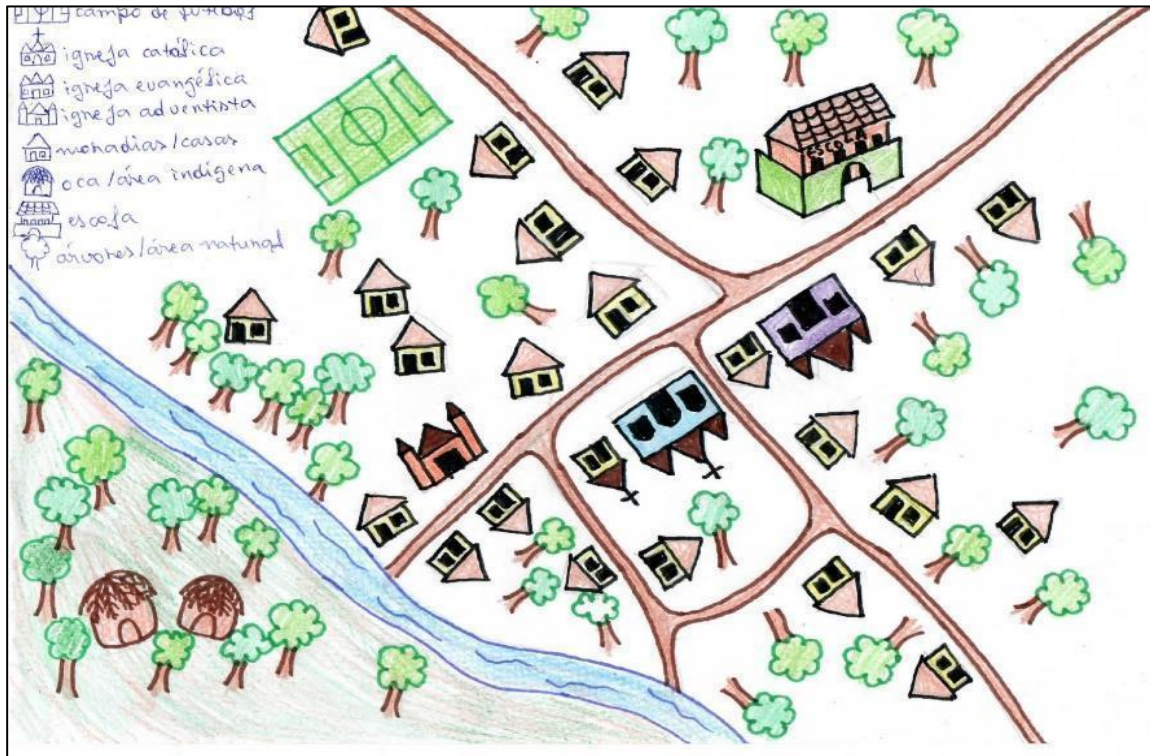
A produção era diversificada e voltada principalmente ao autoconsumo, com a venda eventual de excedentes. Cultivavam-se mandioca, milho, feijão e hortaliças como cheiro-verde, cebola, cariru, couve e pimenta-de-cheiro. Também havia criação de animais, como galinhas, patos, porcos e bois. Essas atividades concentravam-se sobretudo na margem direita da área hoje reconhecida como TIARG, conhecida na época pelos moradores como “FUNAI”. A rotina agrícola dava ritmo à vida local: de segunda a sábado, as famílias deslocavam-se diariamente de barco até as roças, em um movimento que articulava o contato com a natureza, a organização social e a apropriação do território. Conforme destaca Candau (2021), experiências cotidianas como essa contribuem para a construção da memória social e da identidade coletiva.

Enquanto ocupávamos a TI, a vila Tauari tinha um movimento intenso aos domingos, quando ocorria uma feira ao ar livre que abastecia tanto a população local quanto moradores de

áreas vizinhas. Nessa feira eram comercializados produtos como carvão, farinha, galinha caipira, carnes bovina e suína, além de peixes do rio Tauari e da região do Salgado, vindos do município de São João de Pirabas. Hoje, essa feira não existe mais. Os poucos moradores que restam precisam se deslocar até a cidade para adquirir produtos alimentícios ou farmacêuticos, geralmente em dias de pagamento da aposentadoria rural ou de programas sociais, como o Bolsa Família. Atualmente, na vila Tauari — ainda localizada no mesmo espaço de antes da desintrusão — existem apenas dois pontos comerciais, conhecidos como *tabernas*, que oferecem mercadorias em quantidade limitada, insuficientes para suprir as necessidades da comunidade.

Para melhor situar o leitor, em 2024, meu irmão Anderson elaborou um croqui atualizado da vila (Figura 7). Na margem esquerda do rio localiza-se a vila Tauari, enquanto a margem direita corresponde à área indígena. O núcleo central, com casas, igrejas e escolas, está situado fora da TI, mas as roças permaneciam dentro da terra indígena. É importante destacar que a vila não foi extinta e continua existindo no mesmo local; o que ocorreu foi uma redução significativa no número de moradores. A geografia permanece a mesma, mas a dinâmica territorial foi profundamente alterada. Atualmente, os colonos raramente adentram a área indígena e, quando o fazem, é apenas para buscar animais silvestres — como paca, tatu, veado, caititu ou capivara — para complementar a alimentação. Isso porque, após a diminuição populacional, esses animais voltaram a se multiplicar, recuperando-se de um quase desaparecimento na região.

Figura 7 - Croqui referente a cartografia social de Tauari.



Fonte: Elaborado pelo irmão da autora - Anderson (2024).

Com os mesmos objetivos dos mapas, ainda que menos elaborados, os croquis assumem papel essencial na orientação e localização, sobretudo em contextos nos quais inexitem, ou não se dominam, meios técnicos para a produção cartográfica. No presente estudo, o croqui tem a finalidade de situar os leitores que não conhecem a vila Tauari, possibilitando-lhes compreender, ainda que de maneira aproximada, o espaço em que morávamos — o núcleo central da vila — e trabalhávamos em áreas sobrepostas ao território indígena.

Durante muitos anos, resistimos nesse local, buscando de todas as formas assegurar o direito ao território. No início, quando os migrantes chegaram entre as décadas de 1950 e 1960, não tínhamos conhecimento de que aquela terra já pertencia ao povo Tembé. Políticos locais afirmavam — e inclusive apresentavam documentos — que se tratava de terras devolutas, versão na qual acreditamos por longo tempo. Apenas muito depois, já vivendo no lugar, comprovou-se que as terras que ocupávamos desde sempre pertenciam, de fato, ao povo Tembé.

3.3 A harmonia inicial e o remaxim como símbolo

Quando os primeiros colonos chegaram à região, na década de 1950, estabeleceram relações inicialmente marcadas por uma convivência relativamente pacífica com os povos

indígenas. Esse período foi caracterizado pela ausência de enfrentamentos diretos, sobretudo porque a presença de migrantes ainda era reduzida e as pressões sobre o território não haviam se intensificado. Tratava-se de uma fase de tolerância e coexistência, sem disputas abertas pela terra ou pelos recursos naturais.

Meu avô relatava que havia construído laços de amizade com famílias Tembé, como a do senhor Tatiua e a do senhor Kelé, bem como com indígenas Guajajara, que atravessavam eventualmente do Maranhão até a região para caçadas. Essas relações, ainda que esporádicas, eram marcadas por trocas materiais e culturais. Meu avô costumava levar alimentos como farinha, arroz e feijão, recebendo em contrapartida peixe, carne de caça e mel. Com os Guajajara, estabeleceu parcerias de caça, das quais resultou o aprendizado da confecção do cesto de guarimã — conhecido na região como *remaxin* ou *jamaxi* —, uma mochila indígena que se tornou símbolo de resistência, memória e intercâmbio cultural. Esse saber artesanal, transmitido entre gerações, representava não apenas uma técnica, mas também uma forma de inscrição dos indígenas na vida cotidiana dos colonos.

Cabe destacar que os Guajajara não eram habitantes permanentes da área que, mais tarde, viria a constituir a TIARG. Eles transitavam pelo território em busca de caça e de recursos naturais, evidenciando uma concepção de territorialidade distinta daquela dos colonos. Para os agricultores, a terra era pensada em termos de hectares, delimitada e registrada para o plantio; já para os povos indígenas, o território ultrapassa fronteiras fixas, abrangendo florestas, rios, áreas de caça, locais de coleta de plantas medicinais e espaços simbólicos de memória e ancestralidade. Como aponta Almeida (2008), a territorialidade indígena não se restringe a delimitações cartográficas, mas envolve práticas culturais, cosmologias e vínculos espirituais.

De modo semelhante, Carneiro da Cunha (2009) lembra que a terra, para os povos indígenas, constitui condição de existência coletiva e de continuidade cultural, não podendo ser reduzida a um bem econômico. Porto-Gonçalves (2006) acrescenta que a territorialidade indígena é múltipla e relacional, articulando dimensões ambientais, políticas e simbólicas em oposição à lógica hegemônica da propriedade privada.

Com o aumento do número de colonos e o avanço das frentes agrícolas, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, essa relação inicialmente pacífica tornou-se progressivamente tensionada. Quando se confirmou que parte da área ocupada pelos colonos correspondia a território de domínio do povo Tembé, iniciou-se um movimento de busca por documentação que pudesse garantir aos agricultores a posse formal da terra. Em 1988, após a

emancipação de Garrafão do Norte e sua elevação à categoria de município⁵, o então prefeito Milton Xavier dos Santos reuniu-se com agricultores, fazendeiros, sindicalistas e representantes da FUNAI, resultando em um acordo de usufruto da área — espaço que hoje integra a TIARG. Esse processo, entretanto, não se deu sem conflitos.

A demarcação da TIARG foi marcada por invasões e expropriações, algumas respaldadas por documentos fraudulentos elaborados por empresas como a Cidapar, com o apoio de setores do governo (Santos, 2023). Em um primeiro momento, o acordo firmado entre colonos e órgãos oficiais funcionou, mas logo parte dos agricultores começou a romper as regras estabelecidas. Mesmo quando a transgressão era praticada por alguns indivíduos, seus efeitos recaíam sobre toda a coletividade, comprometendo a convivência e intensificando tensões.

Discursos políticos de caráter preconceituoso — que reproduziam a máxima de que “índio não trabalha, então não precisa de terra” — reforçaram ainda mais a divisão. Muitos colonos passaram a enxergar o território não mais como espaço de sobrevivência e pertencimento, mas como bem econômico, submetendo-o à lógica de mercantilização da terra.

Nesse cenário, o povo Tembê, acuado e sem apoio efetivo do Estado — que se omitia diante dos conflitos —, organizou-se para vigiar e proteger o território, resistindo à intensificação das invasões. Aqui se evidencia o caráter perverso da estratégia estatal: ao retirar-se do campo de mediação, o Estado colocava colonos pobres e indígenas em confronto direto, enquanto madeireiros, pecuaristas e empresários, amparados por alianças políticas, permaneciam protegidos à margem. Dessa forma, os verdadeiros beneficiários do processo de expropriação não eram os colonos que lutavam pela sobrevivência, mas grupos econômicos que se apropriaram das terras por meio de fraudes, violência e favorecimentos institucionais.

Ainda assim, essa dinâmica de tensões crescentes não apaga as memórias de um passado em que também houve momentos de convivência respeitosa e de trocas culturais. O *remaxin*, nesse sentido, é mais do que um simples artefato material: constitui um símbolo da experiência histórica, revelando a complexidade das relações entre indígenas e colonos (Figura 8). Representa a possibilidade de diálogo, aprendizagem e reciprocidade que, embora eclipsada pelos conflitos posteriores, permanece como marca de uma convivência que poderia ter se expandido em outras bases.

⁵ Antes de ser cidade, pertencia ao município de Ourém.

Figura 8 - Jamaxi ou cargueiro, cesto indígena.



Fonte: Xapuri Brasil (2024)

A relação entre colonos e Tembém nem sempre foi tranquila nesse período. Havia, de parte a parte, alguns “senões”, pequenas desavenças geralmente provocadas por goles de cachaça. No entanto, tratava-se de conflitos de pequena monta, sem maiores transtornos. Recordo-me bem de meu avô afirmando que “índio é bicho desconfiado, mas se a gente não ariscar, espantar, são companheiros, desde que se mantenha distância”. Só na vida adulta compreendi melhor essa fala: a distância a que ele se referia dizia respeito ao respeito — um reconhecimento da necessidade de conviver sem ultrapassar os limites impostos pela cultura e pela forma de vida indígena.

Os Tembém não frequentavam a vila Tauari com assiduidade, mas, em determinados momentos, estavam presentes. Na época em que meu avô chegou à região (década de 1960), havia também indígenas da etnia Guajajara, vindos do Maranhão, que visitavam o local com frequência. Alguns chegaram a se relacionar afetivamente com moças filhas de colonos — meu irmão mais velho, por exemplo, é neto de indígenas Guajajara. Esses indígenas eram parceiros de caçada de meu avô e lhe ensinaram técnicas de orientação pela posição do sol e da lua.

Nesse mesmo período, impulsionado por projetos de colonização, o governo federal criou estratégias de aproximação entre famílias nordestinas e povos indígenas que habitavam a região, com o objetivo de transformá-los em agricultores, descaracterizando-os como povos originários. Essas ações se inserem em um conjunto de investidas “progressistas” que, sob o

discurso da integração, buscavam deslegitimar as terras indígenas, promover a mistura entre os povos e, assim, enfraquecer sua identidade. Henri Acselrad (2012) descreve esse processo como parte das investidas capitalistas que visam moldar territórios e culturas segundo os interesses da expansão econômica:

São as terras tradicionalmente ocupadas o novo alvo dos grandes interesses capitalistas no agro. As comunidades que as ocupam passam a ser objeto de investidas no sentido de sua deslegitimação, assim como de esforços destinados a isolá-las das demais forças sociais e políticas, inclusive daquelas situadas no próprio campo dos grupos despossuídos (Acselrad, 2012).

Em meio a todo esse processo, envolvendo tanto agentes internos quanto externos, o conflito se consolidou e indígenas e agricultores passaram a ser vistos como adversários. De um lado, construiu-se a imagem dos nordestinos como ocupantes ilegítimos, interessados em se apropriar de terras que não lhes pertenciam; de outro, os indígenas, insatisfeitos com a invasão de seus territórios, buscaram expulsar os agricultores que, com a conivência do Estado, viviam sobrepostos às terras já reconhecidas como indígenas.

O cenário, portanto, distanciou-se da harmonia dos primeiros contatos. Relações que poderiam ter evoluído para uma convivência respeitosa — marcada pela partilha de saberes e pelo reconhecimento mútuo — transformaram-se em disputas cada vez mais acirradas. O descontentamento de ambos os lados apenas cresceu, enquanto os problemas permaneceram sem solução. Diante da magnitude que o conflito assumiu, nós, agricultores, perdemos o direito de usufruir do espaço em que havíamos construído nosso território. Somos povo da terra — dela vivemos e dela depende a nossa sobrevivência. Para Simmel (1983), o conflito atua como meio de superação das divergências, ainda que, em seu curso, provoque a exclusão de um dos lados envolvidos.

Nesse processo, órgãos públicos (ministérios), agentes políticos (governadores, deputados, vereadores) e empresas privadas ou grandes proprietários — como a Cidapar, a Marajoara e o grupo Meyer — assumiram papel central na intensificação das disputas. Esses atores, interessados em explorar as terras indígenas já demarcadas, formaram alianças, manipularam relações locais e, em muitos casos, fomentaram conflitos que eles mesmos ajudaram a construir. É nesse contexto que se inscrevem as trajetórias do povo Tembé e dos colonos ocupantes.

Inicialmente, indígenas e colonos mantiveram uma convivência pacífica, marcada por relacionamentos, alianças e trocas culturais; posteriormente, essa relação foi atravessada por

lutas em torno de terras antes compartilhadas. A dinâmica da dualidade hegemônica, como observa Lopes *apud* Queiroz (2014), manifesta-se de forma evidente no meio rural: os atores dominantes apenas mudam de roupagem, mas o objetivo permanece o mesmo — oprimir as classes subalternizadas, que resistem e se adaptam em busca da sobrevivência.

A trajetória de ocupação do território da Vila Tauari evidencia esse movimento. Relações que inicialmente eram permeadas por convivência e trocas deram lugar a disputas impulsionadas por interesses externos. A intervenção de agentes estatais, políticos locais e empresas privadas intensificou as tensões, transformando o território em palco de conflito e resistência. O que poderia ter se consolidado como uma convivência baseada no respeito e na partilha tornou-se espaço de exclusão e desigualdade. Ainda assim, tanto indígenas quanto colonos seguem reafirmando seus modos de vida e seus vínculos com a terra, demonstrando que, mesmo diante da opressão, persistem a luta, a memória e o pertencimento.

CAPÍTULO 3 - A SAGA DA DESINTRUSÃO – COMO OS LAÇOS SE ESGARÇAM

3.1 A desintrusão - desorganização, crueldade e abandono

O processo de desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) não pode ser entendido apenas como uma medida administrativa de retirada de ocupantes não indígenas. Trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por disputas políticas, omissões institucionais e contradições históricas, que expõem a incapacidade do Estado brasileiro de garantir, de forma justa e equitativa, os direitos de populações distintas submetidas a condições de vulnerabilidade. De um lado, o povo Tembé buscava assegurar a proteção de seu território ancestral; de outro, agricultores pobres que haviam se estabelecido na região — muitas vezes estimulados por lideranças locais e pela própria lógica estatal de colonização — passaram a ser tratados como invasores. Esse entrecruzamento de interesses gerou um quadro de desorganização social e de abandono, no qual a ausência de mediação eficaz aprofundou tensões e abriu espaço para episódios de crueldade e violência.

Após o descumprimento de acordos prévios quanto ao uso e ao compartilhamento do território, novas tentativas de negociação foram realizadas entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), os agricultores e representantes políticos da região. Contudo, tais esforços não obtiveram êxito, culminando na intensificação dos conflitos e no aprofundamento do caos local. Mesmo diante do agravamento da situação, a presidência da FUNAI — instituição responsável pela defesa dos direitos indígenas e pela administração das terras demarcadas — não adotou medidas eficazes para resolver a crise. O medo passou, então, a dominar tanto os indígenas quanto os agricultores mais antigos da área.

Nesse cenário, como analisa Loureiro (2019), os conflitos constituem reações à exclusão e à marginalização sistemática a que determinados grupos sociais são submetidos. Embora reconhecessem as necessidades dos agricultores em relação ao acesso à terra, os Tembé não admitiam sua permanência no interior do território tradicional. De acordo com Ponte (2014), mesmo havendo vínculos históricos e culturais entre esses grupos, existem diferenças relevantes, sobretudo quanto à identidade étnica. Os Tembé denominam esses ocupantes como “colonos” ou “invasores”, distinguindo-os, porém, dos grandes latifundiários. Reconhecem que os agricultores possuíam certo vínculo com o território, mas rejeitavam sua fixação dentro dos limites da TIARG. Ademais, é importante destacar que, em muitos casos, os colonos foram instrumentalizados por políticos locais como estratégia para enfraquecer as demandas territoriais dos Tembé.

Diante de décadas de impasses, esse processo pode ser interpretado como uma luta por reconhecimento e resistência de diferentes grupos pelo direito à terra. O povo Tembé, desgastado pela ausência de soluções concretas, decidiu se organizar politicamente e intensificar sua mobilização. Em 1991, dirigiram-se à Assembleia Legislativa do Estado do Pará em duas ocasiões e se reuniram com o Procurador-Geral da República para reivindicar junto à FUNAI a demarcação de seu território. Em 1992, tais ações se intensificaram, com a apresentação de pedidos formais ao poder público em Brasília e, paralelamente, a adoção de estratégias autônomas de proteção territorial, por meio de ações diretas de resistência.

Sales (2000) relata uma dessas ações, ocorrida em 17 de maio de 1992, quando um grupo de 60 homens Tembé, pintados e armados com espingardas, arcos e bordunas, partiu em direção a uma área invadida. Segundo o autor: *“na caminhada, foi possível observar antigas áreas de caça e coleta completamente devastadas (por fogo) e trilhas de árvores cortadas pelas madeiras com troncos expostos”* (Sales, 2000, p. 65).

Nessas ações, plantações foram destruídas e algumas casas de agricultores incendiadas como forma de intimidação, o que levou muitas famílias a abandonarem a área. A ofensiva resultou na mobilização de diversos órgãos do poder público, que passaram a atuar conjuntamente para acelerar a homologação da TIARG e realizar o levantamento do número de famílias que ocupavam irregularmente o território (Santos, 2023).

Paralelamente, foi instaurado o **Procedimento Administrativo n.º 1.23.006.000117/2013-14**, com o objetivo de coibir atividades criminosas na TIARG e viabilizar a desintrusão das famílias não indígenas. A reintegração de posse foi garantida por decisão judicial proferida nos autos do processo **n.º 2002.39.00.009976-8**, em janeiro de 2003. Nessa ocasião, participaram das ações o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a própria FUNAI (Ministério Público Federal, 2024a).

Diante da iminência de retirada das famílias, o INCRA deu início a uma nova tentativa de identificação de áreas para o reassentamento dos agricultores, uma vez que uma iniciativa anterior não havia obtido sucesso. Essa mobilização respondia diretamente à determinação de desintrusão da TIARG e à necessidade de desocupação do território indígena. Com a mediação do Ministério Público Federal e a articulação com lideranças locais e a FUNAI, o INCRA comprometeu-se a reassentar **1.100 famílias**, conforme cronograma estabelecido: **200 em 2005, 400 em 2006 e 500 em 2007**.

Entretanto, esse número parece subdimensionado, sobretudo quando se considera a expressiva quantidade de moradores apenas na Colônia Tauari, o que indica possível subnotificação ou imprecisão nos dados utilizados pelos órgãos responsáveis.

O processo de retirada das famílias da Terra Indígena Alto Rio Guamá enfrentou inúmeros obstáculos que dificultaram sua concretização. Entre os principais desafios, destacam-se: a resistência de alguns colonos em aceitar a transferência para os projetos de assentamento disponíveis; a relutância em desocupar áreas consideradas estratégicas; a postura inflexível de políticos locais, que alimentavam esperanças de revisão dos limites da terra indígena; e a demora na indenização pelas benfeitorias realizadas nas terras ocupadas. A suspensão temporária da demarcação em determinadas áreas aumentou ainda mais a insegurança e a desconfiança das famílias quanto à efetivação da reterritorialização.

Trata-se, portanto, de um processo longo e doloroso, marcado por etapas que se estendem até os dias atuais. Conforme Ponte (2014), foi criada uma estratégia para viabilizar uma saída pacífica e segura dos ocupantes não indígenas. Em 1992, o presidente da FUNAI formou uma comissão composta por representantes da FUNAI, ITERPA, INCRA, Polícia Federal e membros do povo Tembé, que realizou o levantamento da ocupação da área, classificando os diversos grupos e o tempo de permanência no território. Constatou-se que algumas famílias estavam instaladas há pouco tempo, enquanto outras já residiam ali há mais de duas décadas.

Apesar dos esforços institucionais, o plano de desintrusão estruturado em três fases permanece inconcluso. Em 2023, foi anunciada a finalização da primeira etapa, definida oficialmente como retirada “voluntária” das famílias ocupantes irregulares da TI. Contudo, essa caracterização não corresponde à realidade vivida: apenas uma parcela reduzida das famílias deixou o território por decisão própria. Em geral, tratava-se de colonos em melhores condições financeiras, que conseguiram vender suas propriedades e bens antes do agravamento dos conflitos, adquirindo novas terras ou investindo em outras atividades econômicas, como o pequeno comércio. Já aqueles com menos recursos permaneceram até o limite, resistindo até serem compelidos a sair diante da pressão estatal e das tensões locais.

No decorrer da desocupação, diferentes exigências foram levantadas para viabilizar acordos entre Estado, FUNAI e agricultores, mas apenas uma dizia respeito diretamente aos colonos: a garantia de assentamentos dotados de infraestrutura mínima para assegurar a sobrevivência. Essa promessa, no entanto, nunca foi cumprida. Minha própria família, por exemplo, ao deixar a TI, não teve acesso a tais direitos e acabou abandonando o assentamento em razão das condições precárias oferecidas. Esse cenário provocou o retorno de muitos

colonos à Terra Indígena, agora classificados como invasores, frequentemente amparados por documentos fraudulentos fornecidos por políticos locais, interessados em legitimar a permanência irregular e alimentar novas tensões.

Assim, observa-se que apenas algumas poucas famílias — geralmente as mais abastadas — deixaram a área sem depender de apoio governamental. A maioria experimentou uma condição de **abandono**, sendo despejada em assentamentos sem infraestrutura adequada, sem suporte efetivo do INCRA ou de outras instâncias estatais, recebendo apenas auxílios financeiros pontuais e insuficientes. Para além das privações materiais, o processo, marcado por forte burocratização e tratamento impessoal, deixou também **marcas psicológicas profundas** sobre as famílias.

O cronograma oficial da desintrusão, apresentado pela FUNAI (Figura 9), evidencia essa contradição: embora registre a conclusão da primeira fase, na prática ela permanece inconclusa, pois muitos colonos ainda residem em áreas da TI ou retornaram a elas. Desse modo, a retirada não pode ser caracterizada como “voluntária”, mas sim como um processo **incompleto, conflituoso e contraditório**, que expõe a distância entre o discurso oficial e a realidade vivida no território.

Figura 9 - Fases da Desintrusão



Fonte: Autora, baseada nas informações da FUNAI (2023), ONU Brasil (2023) e Ministério dos Povos Indígenas (2023).

Nesse contexto, o processo de desintrusão foi regulamentado pela Portaria nº 670/2023 da FUNAI, estruturando-se em três etapas principais, cada uma com objetivos específicos voltados à saída ordenada e pacífica dos ocupantes não indígenas da TIARG. De acordo com a FUNAI (2023), as fases foram definidas da seguinte forma: (1) saída espontânea da maioria dos ocupantes; (2) formalização da retirada e reintegração de posse aos caciques; e (3) implantação

de barreiras físicas e medidas de proteção, destinadas a restringir o acesso de não indígenas ao território.

Embora a primeira etapa tenha sido considerada oficialmente concluída em 2023, a experiência concreta dos colonos revela contradições significativas em relação ao discurso institucional. A saída “voluntária”, tal como registrada nos documentos oficiais, só foi viabilizada para famílias em melhores condições financeiras, que conseguiram se deslocar de forma autônoma. Para a maioria dos agricultores, entretanto, o processo foi permeado por tensão, resistência e, sobretudo, pela presença ostensiva da Polícia Federal, cuja atuação armada exerceu um papel de intimidação. Nesses casos, a alegada pacificidade mascarou a coerção simbólica e emocional imposta às famílias mais vulneráveis, que acabaram sendo forçadas a abandonar suas terras contra a própria vontade.

O Plano Integrado de Desintrusão da TIARG, elaborado em articulação entre União, INCRA e FUNAI, previa ações voltadas não apenas à retirada voluntária dos ocupantes, mas também ao apoio aos povos indígenas e à proteção do território, de modo a prevenir novas invasões (FUNAI, 2023). Todavia, a execução do plano se mostrou fragmentada e marcada por falhas de organização. Faltou um espaço efetivo de diálogo entre agricultores, FUNAI e INCRA, de modo que as decisões foram impostas de forma unilateral, sem escuta ou consulta às famílias envolvidas. Essa postura reforça a percepção de desrespeito e deslegitimação, pois muitos agricultores — embora rotulados como invasores — acreditavam na legitimidade de sua ocupação, seja por terem sido convidados por políticos locais, seja por confiarem nos documentos apresentados como válidos, sem compreenderem plenamente a territorialidade indígena.

A ausência de infraestrutura adequada nos assentamentos destinados aos colonos agravou ainda mais o processo. Sem acesso a condições mínimas de sobrevivência, muitas famílias retornaram à TIARG, reproduzindo um ciclo contínuo de expulsões e reocupações, que permanece sem solução definitiva. Até 2025, parte dessas famílias ainda reside na vila Tauari, que nunca deixou de existir, ainda que impedida de acessar o território indígena. Essa permanência demonstra a profundidade do vínculo estabelecido, sustentado por um laço afetivo com a terra que vai além da dimensão produtiva. Nesse sentido, o conceito de topofilia, definido por Oliveira (2012), é central para compreender essa resistência: trata-se da conexão emocional e simbólica que indivíduos e grupos mantêm com determinados espaços, o que torna extremamente difícil romper tais relações mesmo diante de adversidades e deslocamentos forçados.

O campesinato brasileiro tem enfrentado instabilidade desde a colonização, especialmente na Amazônia paraense, onde a disputa pela terra expressa as contradições do sistema capitalista, que privilegia a concentração fundiária, a exploração intensiva dos recursos naturais e a marginalização dos pequenos produtores sem acesso a crédito, tecnologia e assistência (Wanderley, 2009). Como enfatiza a autora, a expulsão de colonos e o êxodo rural são manifestações das contradições das sociedades capitalistas, fazendo do campesinato pobre a principal vítima da modernização.

A desintrusão buscou assegurar a posse plena das terras indígenas por meio da atuação de órgãos como o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a FUNAI. Entretanto, o INCRA não apresentou uma resposta eficaz para os colonos atingidos. Não se trata de negar a legitimidade da desintrusão, mas de criticar a forma agressiva, desorganizada e desrespeitosa com que os agricultores foram tratados. A Constituição Federal assegura a igualdade de todos perante a lei, o que exige do Estado a garantia de um tratamento justo, equânime e respeitoso às diferenças. Para os povos indígenas, a desocupação da TIARG significou um passo importante na longa luta pelo reconhecimento territorial. Para os agricultores, porém, não houve benefícios nem atendimento a suas demandas: até hoje, muitos aguardam respostas do Estado sobre sua situação.

A compreensão do conflito em Tauari não deve restringir-se a uma narrativa de perda e expulsão. À luz de Max Gluckman (1958), o conflito constitui um processo social ativo, estruturado por relações transversais — parentesco, vizinhança, trabalho, vínculos políticos — que produzem, ao mesmo tempo, ruptura e integração, reordenando papéis, alianças e fronteiras morais. Em sua análise situacional, Gluckman mostra que confrontos não são episódios isolados, mas sequências que revelam princípios latentes de organização social e arenas de negociação, nas quais atores subalternizados agem estrategicamente para sustentar direitos, redefinir obrigações e reconstituir pertencimentos.

No caso dos agricultores, tais dinâmicas se materializam em repertórios plurais de ação: abaixo-assinados, audiências em gabinetes, interposição de denúncias, pactos locais com mediadores, ocupações temporárias, interrupções de atividades e, sobretudo, táticas miúdas de recusa, contorno e acomodação que sustentam a vida cotidiana sob constrangimento. São exemplos do que James Scott (1985) denomina de “formas cotidianas de resistência”: práticas discretas, muitas vezes invisíveis ao registro oficial, mas que produzem efeitos cumulativos, retardando projetos de despossessão, reabrindo canais de mediação e mantendo redes de solidariedade que impedem que a desterritorialização se converta imediatamente em desfiliação social.

Também é possível interpretar os episódios de conflito como “dramas sociais”, na chave de Victor Turner (1957): um processo que se inicia com a quebra (*breach*), evolui para a crise, é seguido por tentativas de ajuste (*redress*), como mediações, rituais, ações judiciais ou acordos, e desemboca em reintegração ou cisão. Aplicada ao caso de Tauari, essa abordagem mostra que a desintração não foi apenas um evento terminal, mas um ponto de inflexão que levou famílias a rearticularem identidades, alianças políticas e práticas produtivas, inclusive em outros lugares. Isso ajuda a compreender por que e como a memória do território segue operando como recurso de ação e reivindicação.

Por fim, situar o conflito como processo ativo exige conectá-lo à lógica estrutural que mercantiliza a terra e reitera ciclos de expropriação. A territorialização do capital — seja por frentes madeireiras, minerárias ou agropecuárias — amplia a pressão sobre territórios camponeses e indígenas, articulando despossessão e reordenamentos normativos (Harvey, 2003). Nesse cenário, a resposta dos agricultores não é mero reflexo, mas agência situada, que confronta, contorna e negocia os termos dessa expansão, produzindo novas territorialidades (Haesbaert, 2004). Essa leitura desloca a ênfase da vitimização para a capacidade política dos sujeitos, permitindo analisar não apenas o que o conflito destrói, mas também o que ele produz — em redes, normas, pertencimentos e direitos.

3.2 O novo assentamento – abandono e injustiça social

Durante o processo de desintração, parte da minha família foi transferida para o assentamento Arapuã-Simeira, localizado no município de Garrafão do Norte. Diferentemente do que ocorreu com vizinhos que acabaram dispersos em acampamentos distintos, conseguimos permanecer unidos durante a remoção. Contudo, enfrentamos um atraso em nossa saída em razão da profissão de minha mãe, que atuava como professora. Era necessário garantir uma vaga em escola próxima ao novo local para que ela pudesse continuar lecionando, e essa decisão dependia do aval do gestor municipal da época. Como não havíamos apoiado politicamente esse prefeito, o processo se tornou ainda mais moroso, revelando como as transferências estavam atreladas não apenas a questões administrativas, mas também a relações clientelistas e disputas locais de poder. Por esse motivo, mesmo sem cultivar ou ocupar áreas da Terra Indígena, permanecemos na Vila Tauari por mais tempo que outras famílias.

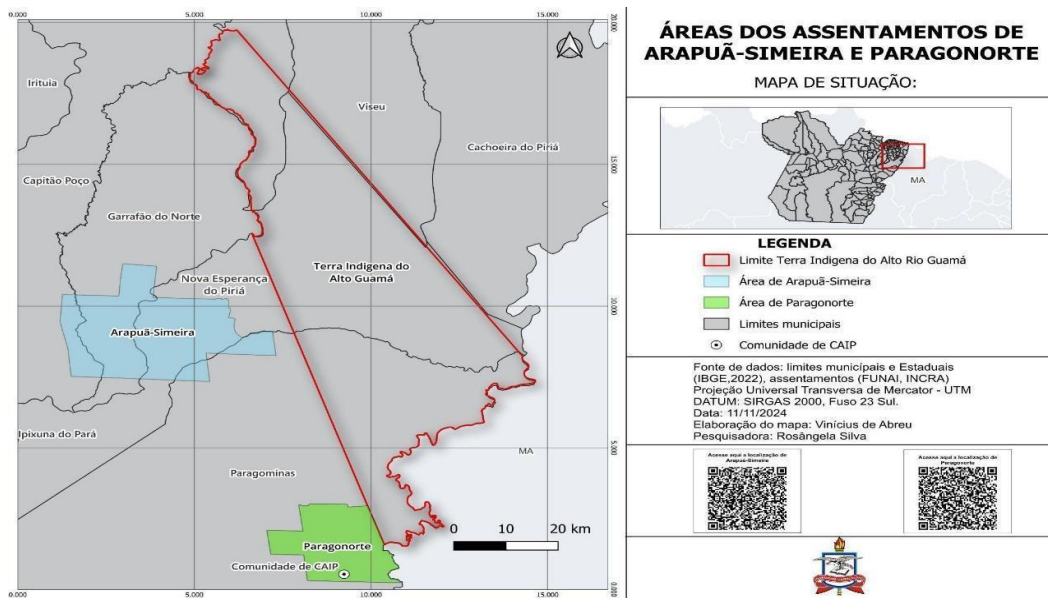
Na década de 1990, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conduziu a realocação das famílias da região para assentamentos nas redondezas.

Entretanto, as condições oferecidas eram precárias e não contavam com suporte técnico, produtivo ou social adequado, comprometendo a adaptação dos agricultores. Ainda assim, cerca de 45 famílias resistiram e permaneceram em suas casas na Vila Tauari até os dias atuais. Algumas que inicialmente aceitaram a transferência acabaram por retornar à área, mesmo sem autorização legal para desenvolver atividades dentro da Terra Indígena. Esse retorno evidencia tanto o vínculo afetivo com o território quanto a ineficiência das políticas de reassentamento, que não garantiram condições mínimas de sobrevivência.

Muitas dessas famílias passaram a depender diretamente do amparo político local, o mesmo que, em diferentes momentos, apresentava documentos fraudulentos para sustentar a narrativa de que as terras em disputa eram devolutas, portanto, passíveis de ocupação. Tais práticas alimentaram expectativas entre os colonos, retardando a saída e criando ilusões de estabilidade fundiária em um contexto marcado por insegurança e conflitos.

Foram criados três assentamentos principais para receber os agricultores deslocados: Paragonorte e Caip, no município de Paragominas, e o próprio Arapuã-Simeira, em Garrafão do Norte (Figura 10). As famílias da vila ficaram divididas entre essas áreas, fragmentando-se em diferentes núcleos. A remoção não ocorreu de maneira simultânea nem organizada: políticos locais, como o vereador Sr. Evilácio (*in memoriam*), reforçavam a ideia de que as terras ainda poderiam ser mantidas sob posse dos colonos, criando expectativas que levaram muitos a resistir. Assim, o processo de reassentamento revelou-se marcado por descontinuidade, improvisação e manipulação política, elementos que acentuaram a vulnerabilidade dos agricultores e perpetuaram o ciclo de instabilidade territorial.

Figura 10 - Localização dos assentamentos de Arapuã -Simeira, Paragonorte, e a Caip



Fonte: Acervo Fundiário - INCRA (2024)

Os agricultores e outros grupos tradicionais nunca geraram o tipo de lucro esperado pelos governos, tampouco contribuíram para o fortalecimento do Estado na mesma proporção que os grandes capitalistas. Vivemos em constante busca pelo sustento básico de nossas famílias e, por isso, sempre fomos vistos como um “peso”. Ficamos em segundo plano na luta por direitos fundamentais — moradia, acesso à terra para subsistência, educação de qualidade e saúde — garantidos formalmente pela Constituição Federal de 1988, mas que, na prática, permanecem inacessíveis à grande maioria (Brasil, 1988).

Ao observar a história da distribuição e ocupação da terra no Brasil, constata-se uma desigualdade estrutural que favorece grandes grupos econômicos em detrimento dos pequenos produtores familiares. Esse processo reflete a continuidade de profundas desigualdades sociais e econômicas desde o período colonial. A dificuldade de assegurar um lote de terra nas regiões de origem levou o campesinato brasileiro a deslocar-se constantemente pelo território nacional desde a década de 1940. A partir dos anos 1960, com a abertura das grandes rodovias, a Amazônia tornou-se destino de milhares de pequenos produtores rurais em busca de terras amplas, férteis e seguras — trajetória que também marcou a história da minha família.

O novo assentamento Arapuã-Simeira, para o qual fomos designados, encontrava-se dividido em áreas sem demarcação física clara. No espaço destinado à minha família, não havia outros moradores inicialmente, enquanto nas áreas vizinhas foram assentadas 111 famílias em 1997. Nos primeiros tempos, apenas os homens se deslocaram para o assentamento — meu pai,

meu avô, meus irmãos, meu ex-companheiro e meu cunhado —, enquanto as mulheres permaneceram na Vila Tauari.

O terreno situava-se em meio à mata, cercado por uma vasta fazenda conhecida como Fazenda Metal, cujo proprietário e atividades eram desconhecidos para nós. O local, contudo, era palco de intenso movimento de helicópteros e presença de pistoleiros armados, que vigiavam o espaço desconfiados de uma possível invasão. Oliveira (2001) destaca que, historicamente, os camponeses travam sua luta em duas frentes: resistem à expropriação que os marginaliza e enfrentam a repressão violenta promovida por jagunços a serviço de latifundiários, especuladores e grileiros.

Nas rodas de conversa realizadas, relembramos frequentemente os tempos vividos tanto na Colônia Tauari quanto no assentamento. Essa prática fortalece nossa memória coletiva e reafirma o propósito da nossa luta, funcionando como um ato de resistência. Rememorar não significa permanecer preso ao passado, mas consolidar o caminho que ainda trilhamos. O relato de meu pai, que apresento a seguir, ilustra a opressão enfrentada por minha família — uma dor compartilhada por muitos que passaram pela mesma experiência. Contudo, tais memórias são evocadas não para alimentar ressentimentos, mas para demonstrar que, mesmo diante de enormes adversidades, fomos capazes de resistir, reorganizar-nos e superar.

Rosa: O que o senhor lembra da desintrusão?

Pai da autora: Foi um período bem difícil. Já tinha deixado pra trás o que produzimos na FUNAI, ficou perdido.

Rosa: o que ficou marcado do novo território?

Pai da autora: Tinha as dificuldades de trabalhar com fome, ainda precisava ficar vigiando pra não morrer, os pistoleiros armava emboscada pra mim. Uma vez, me chamaram pra caçar, deixei meu pai no barraco e fui com eles, quando cheguei em uma parte de mata mais fechada e distante do barraco, dei fê que a caça era eu, aí saí me escondendo devagar até tomar distância e fugir de perto deles. Os pistoleiros vieram muita vez no nosso barraco, eu dava café, mas já não confiava mais. Esse pistoleiro com o tempo apareceu morto, algum tempo depois vieram outros.

Rosa: O senhor tinha medo de morrer?

Pai da autora: Sempre achei que um dia iam me matar, até que um dia fui no INCRA e pedi para virem fazer a demarcação da minha área, aí pararam de me perturbar.

Rosa: Será que valeria a pena morrer por um pedaço de terra?

Pai da autora: Acho que não, com tudo que aconteceu, com as terras fraca já estava me desanimando do lugar, o velho meu pai já tinha desanimado fazia tempo e também já tinha abandonada a área, só queria me estabelecer de novo na agricultura, mas vi que aquilo não era futuro para meus filhos demorei um tempo mas saí de lá, até porque a produção era pouca as terras muito fraca, não tinha como tirar nosso sustento de lá. (Relato concedido por Antônio - pai da autora, 2025).

As condições de moradia no assentamento eram extremamente precárias. Meu pai construiu um barraco improvisado, coberto por lona, na tentativa de nos proteger das chuvas e do sol forte. Enquanto alguns membros da família se dedicavam à abertura dos roçados, outros

permaneciam de vigília, armados com cartucheiras, para defender-se tanto da ameaça de pistoleiros quanto da presença de animais silvestres, como as onças. A área ainda era recoberta por mata densa e habitada por uma fauna diversificada, o que tornava a vigilância constante indispensável para a segurança das famílias recém-instaladas.

Meu irmão Aurélio guarda lembranças vívidas desse período difícil, marcado por tensões permanentes. Sempre que alguém de nós demonstra desânimo com os estudos, ele ironiza perguntando se queremos “voltar para o assentamento”, que apelidamos de “Sucupira” — referência à dureza da vida enfrentada naquele espaço.

Nesse contexto, compreendo que a própria formação acadêmica se torna um ato de resistência: uma forma de reconstruir narrativas, reivindicar direitos e dar voz às histórias silenciadas de tantas famílias como a minha. O estudo não representa apenas um caminho de mobilidade individual, mas também a continuidade de uma luta coletiva pela memória e pelo reconhecimento.

A seguir, apresento memórias relatadas por meu irmão Aurélio, fundamentais para compreender a experiência cotidiana dos colonos durante o período no assentamento:

Lembro quando eu e meus irmãos tivemos que deixar os estudos para trabalhar, já não podia mais entrar na FUNAI, mas nós ia assim mesmo, até que saímos para o assentamento “Sucupira” lá as dificuldades era maior, tivemos que começar do zero, não tinha nada plantado, dava até vontade de chorar quando a gente olhava a imensidão de mata, fizemos um fogo para cozinhar a comida e o que tinha era feijão e farinha tudo limitado, fomos tirar madeira para fazer um barraco e explorar a área o barraco no início era de lona para nos proteger pelo menos do sol, porque da chuva era impossível devido a precariedade e quando chovia pela parte da noite nós levantava, desarmava as redes e esperava a chuva passar porque molhava tudo. Nós ficava um em pé, um ao lado do outro esperando a chuva passar, o que na maioria das vezes durava muito tempo. Até construir o barraco de barro (pau a pique) para ter uma melhor segurança e dormir mais tranquilo, aos poucos fomos se organizando, plantamos, e como a terra não era boa estava bem desanimado em permanecer no local o que não demorou muito tempo saímos do lugar, as dificuldades era tantas que passava mais de três dia sem cozinhar comida, comendo só chibé (farinha e água), para não morrer de fome comi tanta macaxeira que até hoje não como mais. Não quero voltar naquele lugar nem em sonho, só tem uma coisa que sinto falta, quando estava lá, meu irmão mais velho ainda estava vivo, agora ele já não estar mais com nós, hoje estou me estruturando financeiramente e socialmente em outro estado, não continuei os estudos o que farei assim que possível, meu sonho é ser advogado, atualmente temos uma empresa de construção civil, os tempos vividos no assentamento serviu como aprendizado [sic]

(Relato concedido por Aurélio - irmão da autora, 2025).

As dificuldades enfrentadas pelas famílias durante e após o processo de desintrusão foram imensas e deixaram marcas profundas. Além do constante medo causado pela proximidade de uma fazenda vizinha, controlada por pistoleiros, havia também a dispersão geográfica dos familiares, que resultou em longos períodos de afastamento e intensificou a preocupação diária. Naquele período, inexistia cobertura de telefonia móvel, e o único meio de

comunicação disponível era o telefone público, o conhecido “orelhão”, localizado a grande distância dos assentamentos.

O espaço para onde fomos remanejados carecia completamente de infraestrutura básica: não havia estradas adequadas, energia elétrica, escolas ou serviços públicos essenciais. A situação financeira era tão precária que, em muitos momentos, não dispúnhamos sequer de recursos para necessidades elementares, como uma passagem de ônibus. O deslocamento até o povoado mais próximo, Nova Olinda, situado a cerca de 85 quilômetros, era feito de bicicleta e demandava quase 12 horas de percurso. Além das dificuldades materiais, enfrentamos sérios problemas de saúde, como a malária — doença causada pelo parasita *Plasmodium* e transmitida pelo mosquito *Anopheles* —, bastante comum em regiões tropicais e pouco assistidas (Brasil, 2023b).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi o órgão responsável pela realocação e pelo cadastramento dos agricultores, permitindo o acesso a programas de apoio voltados à agricultura familiar, em conformidade com os princípios da política nacional de reforma agrária. Entre esses princípios, destaca-se a função social da propriedade rural, prevista no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e reafirmada pela Constituição Federal de 1988. Segundo esse marco legal, a terra deve ser utilizada de modo produtivo e sustentável, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a justiça social e a preservação ambiental (Brasil, 1964).

Contudo, a prática distanciava-se do que estava previsto na legislação. Após a entrega dos títulos definitivos, muitos agricultores foram incentivados a se filiar a associações rurais, que, na maioria dos casos, existiam apenas formalmente. Em vez de fortalecer a agricultura familiar, algumas dessas associações eram instrumentalizadas para beneficiar pequenos grupos, frequentemente por meio de conluíus entre dirigentes locais e agentes financeiros, como o Banco da Amazônia (BASA). Nessas situações, empréstimos eram concedidos sob condições restritivas, obrigando os agricultores a comprar insumos em estabelecimentos previamente determinados, a preços superfaturados. Esse mecanismo gerava endividamento crônico, aprofundando a vulnerabilidade econômica das famílias.

No caso da minha família, tanto meu pai quanto meu irmão passaram a figurar como inadimplentes, resultado de dívidas impagáveis que se acumularam em decorrência dos altos juros e das condições abusivas impostas. Essa realidade trouxe inúmeros prejuízos pessoais e financeiros, dificultando projetos de vida e limitando a autonomia da família. Importante frisar que essa não foi uma experiência isolada: trata-se de um problema estrutural que afetou grande

parte dos trabalhadores rurais reassentados, revelando a distância entre as promessas do Estado e as condições reais enfrentadas no cotidiano.

Esse período foi de extrema dificuldade, mas nunca abandonamos a luta pela reterritorialização e pela busca por uma vida digna. Conforme aponta Oliveira (2001), as lutas sociais no campo constituem manifestações de resistência e organização dos expropriados frente à exploração capitalista e à repressão estatal, denunciando as injustiças sofridas e reafirmando o direito à terra e à justiça social. Durante todo esse processo, entretanto, não recebemos o suporte técnico e social esperado dos órgãos competentes, como o INCRA e os sindicatos de trabalhadores rurais. Fomos deixados praticamente sem amparo, o que agravou ainda mais nossa condição de vulnerabilidade.

Apesar dessas dificuldades, permanecemos no assentamento por alguns anos, ainda que ele jamais tenha atendido às necessidades básicas de subsistência. Em 2013, diante das condições adversas — sobretudo a degradação do solo —, minha família rompeu os laços com aquele território. Meus irmãos saíram antes, e meu pai, mesmo relutante e já enfrentando problemas de saúde, foi obrigado a deixar a área.

Desde nossa chegada, percebemos que o solo apresentava baixa fertilidade, possivelmente em razão da proximidade de grandes fazendas, que impactavam o ecossistema local, ou de suas características naturais, marcadas pela argilosidade. A ausência de ferramentas adequadas dificultava ainda mais a produção agrícola. Com o passar do tempo, o esgotamento da terra e as dificuldades para escoar a produção contribuíram para o abandono progressivo do assentamento por diversas famílias.

Atualmente, cada membro da minha família reside em diferentes estados. Embora eu ainda me identifique como agricultora, nenhum de nós vive mais exclusivamente da atividade agrícola. Esse deslocamento forçado evidencia não apenas o fracasso estrutural da política de assentamento, mas também o processo contínuo de desterritorialização que marca a trajetória do campesinato brasileiro.

3.3 O rompimento dos laços sociais e familiares

Ao migrar para novas regiões, os agricultores partem da suposição de que existem terras disponíveis para ocupação. Entretanto, prevalece uma desinformação generalizada sobre a real situação fundiária dessas áreas e uma ausência de orientação efetiva por parte dos órgãos públicos responsáveis, que raramente acompanham ou informam adequadamente os migrantes desde o início do processo. Exceções são os casos vinculados a programas estaduais e federais

de colonização e distribuição de lotes — como os da Transamazônica, Rondônia e Acre. Fora dessas iniciativas específicas, a ocupação ocorreu, na maioria das vezes, de maneira espontânea, desorganizada e sem respaldo oficial, como foi o caso do grupo do qual minha família fez parte.

O resultado dessa ocupação desestruturada foi a penalização de todos os envolvidos, em maior ou menor medida. A ausência de apoio institucional provocou não apenas a perda da terra, mas também a desarticulação familiar e o rompimento dos vínculos comunitários que, com muito esforço, haviam sido construídos. Os agricultores ignoravam a situação fundiária formal, buscando apenas garantir o direito ao trabalho e à vida, assegurados pela Constituição Federal. Durante 48 anos, nossas trajetórias estiveram entrelaçadas ao território da Vila Tauari, onde fomos protagonistas das disputas fundiárias que envolveram colonos da região, o povo Tembé, a FUNAI, o INCRA e outros atores. A esse cenário somavam-se políticos locais e regionais, fazendeiros e empresas madeireiras, compondo um quadro complexo de conflitos e disputas de poder (Ponte, 2014).

Não tínhamos a quem recorrer. O Estado e seus agentes políticos deixavam claro seu interesse em apagar a identidade indígena do povo Tembé, enfraquecendo suas reivindicações territoriais ao assimilá-los como agricultores comuns. Tal estratégia servia para eximir o Estado de suas responsabilidades para com os povos originários e, de forma análoga, também nos negligenciava enquanto agricultores, desconsiderando nossas demandas mais básicas.

Paralelamente, grandes empresas visavam apenas o lucro imediato com a exploração das terras, enquanto projetos bilionários de construção de rodovias promoviam a expulsão de migrantes e posseiros que há anos habitavam a região. Prefeitos sucessivos apoiavam tais empresas sob o discurso de progresso e desenvolvimento, ao passo que órgãos governamentais oscilavam entre a omissão e a conivência, ora atuando como aliados, ora como opositores, mas sempre facilitando conflitos ou descumprindo seus deveres legais (Ponte, 2014).

Gradualmente, a esperança de encontrar terras férteis e abundantes converteu-se em um pesadelo coletivo. Loureiro (2024, não publicado) observa que a natureza amazônica, antes espaço de reprodução social dos pequenos agricultores, tem sido progressivamente apropriada pelo capital privado, tornando incompatíveis os direitos das populações originárias e a sobrevivência do campesinato com o atual modelo econômico e político:

Contudo, diferentemente da expectativa dos chegantes, a natureza amazônica vai deixando, gradativamente, de ser um espaço aberto ao trabalho e à reprodução dos pequenos produtores em geral e passa a se constituir num espaço destinado à reprodução do capital dos grandes grupos privados. Daí porque os direitos da população originária se tomam incompatíveis com o modelo econômico e com o regime político em vigor (Loureiro, 2024, não publicado).

Com o processo de desintração, o território sofreu profundas transformações estruturais e físicas. Onde antes predominava a abundância, passou a reinar a escassez. As famílias que permaneceram na Vila Tauari enfrentaram longos períodos de fome e privações para garantir sua sobrevivência, transformando a própria fome, paradoxalmente, em uma forma de resistência. A partir de 2015, tanto as famílias remanescentes quanto aquelas que retornaram à vila começaram a se reorganizar, ampliando seus quintais e retomando práticas agrícolas tradicionais como estratégia de permanência e reprodução social.

Diante do abandono institucional e das inúmeras dificuldades impostas pelo Estado, muitas famílias se desestruturaram — inclusive a minha. A família que eu constituí também sofreu os impactos da crise: o pai da minha filha nos abandonou em meio ao contexto de insegurança social vivido pelos agricultores. Passei a viver com meus pais e, durante o ano letivo, permanecia com minha mãe na Vila Tauari, município de Garrafão do Norte; nas férias, seguia para o assentamento, onde meus irmãos me ajudavam a garantir o sustento. São memórias dolorosas, que até hoje provocam sofrimento, mas que também alimentam minha determinação por uma vida digna. Os dias vividos na Vila Tauari antes da desintração foram, sem dúvida, os mais felizes da minha vida. Se tivéssemos nos conformado em viver nos assentamentos precários — em terras inférteis e sem equipamentos adequados para o manejo, como desejavam os órgãos governamentais — dificilmente teríamos resistido.

A saída encontrada foi o abandono do assentamento Arapuã-Simeira. Em 2013, sem condições de construir um novo território naquele espaço, muitos optaram por desmanchar suas famílias e buscar novos caminhos. Ainda que em territórios distintos dos originalmente ocupados, os agricultores passaram a se reterritorializar, criando relações sociais, culturais e produtivas com os espaços para onde foram deslocados. Esse processo vai além da simples ocupação física e envolve a reconstrução de identidades e sentidos para o lugar vivido.

Como destaca Haesbaert (2004), a reterritorialização é uma resposta à desterritorialização forçada, expressando-se em estratégias de resistência e ressignificação do espaço. Nessa mesma direção, Raffestin (1993) entende o território como uma construção social mediada pelo poder e pela simbologia, o que permite compreender que, mesmo fora do território tradicional, nós — colonos, produtos da desintração — seguimos construindo novas territorialidades a partir dos vínculos antigos com a terra.

3.4 Articulando modos de sobrevivência frente à crise da desintração

Durante o processo de desintrusão, a Polícia Federal monitorava rigidamente a área hoje reconhecida como TIARG, restringindo o acesso apenas aos seus agentes, que retornavam diariamente ao município de Capitão Poço para pernoitar. Em meio à escassez de alimentos e à insegurança cotidiana, alguns moradores recorreram a métodos tradicionais de subsistência, como o uso da planta timbó, cuja lavagem nas águas do rio funciona como anestésico natural: paralisa, mas não envenena os peixes. Embora seja prática proibida por lei em razão de seu impacto ambiental, o timbó continuou a ser utilizado de forma esporádica como recurso emergencial, revelando como práticas ancestrais ainda serviam de estratégia de resistência frente à precariedade.

A desintrusão foi realizada de forma gradual e segmentada em etapas, marcada por desafios significativos antes e após o realojamento das famílias. A luta pela sobrevivência manteve-se constante, sustentada por práticas de resistência e pela busca de alternativas para reconstruir a vida em meio à instabilidade socioeconômica. Alguns vizinhos e familiares conseguiram trabalhos temporários em fazendas próximas, com remunerações ínfimas e insuficientes para assegurar uma vida digna, mas ainda fundamentais para a subsistência. Outros migraram para Belém, assumindo empregos domésticos informais, também marcados pela precariedade e pela exploração, mas que se apresentavam como única alternativa diante da ausência de políticas públicas eficazes. Como observa Lopes *apud* Queiroz (2014), a exclusão social no meio rural é estruturante, reproduzida por um sistema opressor que se manifesta de diferentes formas ao longo da história.

Diante da fome, emergiu uma estratégia peculiar: a negociação informal com os agentes da Polícia Federal. Quando chegavam à vila, os policiais deixavam seus veículos e atravessavam o rio em direção à TI, preparando suas refeições em fogões improvisados de lenha próximos à casa do meu pai. Ao observar a situação, ofereci-me para cozinhar para eles, proposta que foi aceita. Recusei pagamento e, em contrapartida, solicitei autorização para que minha família pudesse entrar na terra indígena e retirar alimentos básicos, principalmente mandioca, assegurando assim a subsistência em um momento crítico. Esse arranjo informal ilustra a capacidade de mediação e negociação dos colonos diante de uma conjuntura de escassez, coerção e vigilância armada.

Esse foi o período mais tenso e doloroso para as famílias deslocadas, que resistiam à exigência de deixar a terra por considerarem a medida injusta e desrespeitosa, dado o enraizamento histórico e afetivo construído no território. O quadro foi agravado pelo preconceito racial contra os indígenas, amplamente reproduzido entre colonos e políticos locais. Circulava a visão depreciativa: *“Nem índios são, não trabalham. Para que querem*

terra?” — discurso hegemônico que buscava deslegitimar a identidade indígena e justificar a exclusão territorial. Essa narrativa, amplificada no campo político e social, encontrou eco entre os próprios agricultores, como demonstra a fala do Sr. Maurício, revelando a força da ideologia dominante na manutenção das desigualdades e tensões.

Sempre reconheci que o povo Tembé possui o direito legítimo de habitar os territórios que tradicionalmente ocupam, assim como nós, colonos, tínhamos o direito de sobreviver da terra que cultivávamos. No entanto, nesse cenário marcado por disputas assimétricas, nós — classificados pejorativamente como “posseiros nordestinos” ou “invasores” — fomos silenciados e privados de voz durante o processo de desintrusão. A luta não se limitava à permanência física na terra, mas à continuidade da reprodução camponesa, que envolve modos de vida, redes comunitárias e práticas culturais transmitidas por gerações.

Diversas estratégias foram acionadas para garantir essa permanência: algumas pacíficas, como abaixo-assinados e negociações locais; outras, mais tensionadas, revelando a precariedade e o desespero de famílias sem alternativas. Nesse contexto, emergiu a questão central da legitimidade da propriedade privada capitalista, imposta como norma absoluta, mesmo em regiões historicamente ocupadas por populações tradicionais. A SUDAM, criada para fomentar o desenvolvimento regional, direcionava financiamentos e incentivos fiscais a grandes empresas agropecuárias, muitas vezes de forma irregular, ignorando a presença e a história dos agricultores locais. Essas empresas, amparadas pelo Estado, recorriam a métodos violentos para consolidar sua presença, valendo-se da polícia militar e de pistoleiros contratados para expulsar moradores e destruir roçados (Santos, 2023).

Os “posseiros nordestinos” estavam, assim, desprotegidos e desamparados. O Estado, que deveria assegurar nossos direitos constitucionais, assumia o papel de mediador parcial, favorecendo os interesses do capital. Essa aliança reforçava a concentração fundiária e inviabilizava qualquer possibilidade de permanência camponesa. Fazendeiros e empresas, ainda que atuando de forma ilegal, eram legitimados como agentes do progresso, vistos como capazes de transformar a terra em mercadoria e fonte de lucro. Nós, colonos, que havíamos aberto caminhos e cultivado os primeiros roçados, éramos relegados à margem, invisibilizados em nossa luta por reconhecimento e dignidade.

O testemunho de Dona Benedita, ex-moradora da vila Tauari, reforça esse sentimento de exclusão e injustiça. Suas memórias revelam a dureza do período em que, entre ameaças e deslocamentos forçados, os agricultores se viram abandonados por um Estado que dizia promover o desenvolvimento, mas que, na prática, condenava à vulnerabilidade aqueles que dependiam da terra para viver.

Rosa: Há quanto tempo sua família mora na vila Tauari e como era?

Benedita: [sic] Minha família chegou no Tauari eu era mocinha nova, não tinha quase ninguém. Ai fumo trabaiando na Funai eu sabia que era dos índios, mas o povo sempre falou que era terra divulgada, e pra completar o governador só vivia prometendo que ia dar os documento da terra, e nós acreditava. Aí foi chegando gente de toda parte, não me lembro do ano porque minha mente (memória) já tá ruim, mais faz muitos anos. Tinha muita fartura, caça, peixe, farinha, a gente só comprava peixe do mar quando queria comer alguma coisa diferente. As vez acontecia de nós num ter um açúcar, ou outra coisa, ia no vizinho ele dava, a gente vizinhava (dividia) era tudo unido, - tu num lembra porque acho que tu num era nem nascida- até os cabôcos (indígenas) vizinhava, a gente trocava as coisas com eles, assim nós num vivia só lá com eles e nem eles com nós. mais as vez trocava farinha, feijão, caça. Muitos anos depois foi que inventaram esse negócio que era índio, aí já andava com um língua (intérprete), aí paramu no tempo fumo expulso e hoje vivo numa dificuldade só num passo mais necessidade porque tenho meu apusento (aposentadoria), e os mininus manda as coisas pra mim desde que saímos da FUNAI, nunca mais vimu fartura, tudo é comprado de quilo. Nós pobre, estamu cada vez mais pobre, e os políticos, enricando as nossas custas. Prometero tanta coisa, principal foi terra pra nós, quando me dero, era tão dificultoso pra chegar lá que desisti, era na Caip. Nesse tempo, as estrada era muito ruim, tinha umas ladeira tão grande que era preciso descer do ônibus, subir a ladeira andando, e lá na frente, o ônibus esperava todo mundo chegar. Além das dificuldades de chegar nos terrenos, ainda tinha a malária que tava matando muita gente, aí eu desisti. O INCRA deu meu terreno pra outra família, não adiantou muito porque muita gente que foi pro assentamento, com o tempo, voltar pro Tauari, hoje eu sinto saudade da fartura que já teve, mesmo não sendo mais bonito o lugar ainda me lembro muito, era muito animado tinha muita gente mas quando saímu do Tauari, consegui uma casinha aqui em Tracuateua e sobrevivo como Deus quer. (Relato concedido pela senhora Benedita, 2025).

A Sra. Benedita manifesta um carinho profundo pelo território, revelando um sentimento de topofilia que se entrelaça com a tristeza e o desconforto causados pela retirada da Vila Tauari. Embora a paisagem permaneça localizada no mesmo espaço físico, já não possui a vitalidade de outrora: poucas famílias ainda residem no local e, em razão da impossibilidade de acesso à Terra Indígena, a pobreza tornou-se mais evidente. Apesar das transformações, tanto ela quanto eu compartilhamos a percepção de que o lugar perdeu parte de sua beleza original. Ainda assim, o apego ao território persiste, evidenciando a força do vínculo afetivo construído ao longo dos anos.

Atualmente, cerca de 45 famílias vivem no centro da vila, cultivando pequenas áreas agroflorestais em seus quintais, onde se encontram espécies como mandioca, macaxeira, feijão, pimentinha, couve, cebola, cheiro-verde, açaí, cupuaçu e cacau (Figura 11a). Com a saída de muitas famílias e a destruição de casas, os quintais se expandiram, possibilitando a diversificação das plantações e a criação de pequenos animais ao redor das residências (Figura 11b). Essa reorganização espacial, embora limitada, reflete a resiliência camponesa em manter práticas agrícolas tradicionais mesmo diante de condições adversas.

Paralelamente, parte da população passou a buscar ocupação em empresas recentemente instaladas no município de Garrafão do Norte, diversificando suas estratégias de subsistência. Por outro lado, observa-se que algumas famílias não exercem atividades agrícolas, sobrevivendo exclusivamente por meio de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Essa realidade revela uma ambiguidade: se, por um lado, o benefício constitui instrumento fundamental de combate à fome e de garantia mínima de sobrevivência (Rocha, 2013), por outro, evidencia a fragilidade das políticas públicas estruturantes, que deveriam assegurar acesso à terra, ao trabalho digno e à educação de qualidade.

Chama atenção a naturalização dessa condição por parte de determinadas famílias, que associam o acesso ao benefício a uma gratidão personalizada a lideranças políticas, em especial ao presidente da República responsável pela criação do programa. Esse vínculo simbólico contribui para a construção da imagem do governante como figura paternal que “cuida dos pobres”, reforçando uma relação de dependência política e afetiva. Trata-se de um fenômeno complexo, pois, sem esse programa, muitas famílias provavelmente estariam submetidas a condições ainda mais severas de fome e marginalização. Contudo, ao mesmo tempo, essa dependência denuncia a incapacidade histórica do Estado brasileiro de assegurar direitos sociais universais, mantendo camadas inteiras da população em uma posição estrutural de vulnerabilidade.

Essa percepção também revela os efeitos da descontinuidade da educação escolar, que limita o acesso à informação e enfraquece o exercício pleno da cidadania. Sem uma formação crítica e contínua, a população torna-se mais suscetível à manipulação político-eleitoral. Como observa Lavinias (2013), programas de transferência de renda, quando não articulados a políticas estruturantes, tendem a reforçar lógicas de dependência em vez de romper ciclos de desigualdade. Rego e Pinzani (2014) acrescentam que, embora o Bolsa Família represente um avanço no combate à fome, ele também instaura relações ambíguas entre Estado e beneficiários, nas quais a cidadania se encontra permeada pela lógica da dádiva e do favor político.

Sob uma perspectiva crítica, Jessé Souza (2016) interpreta tais programas como expressão da “ralé estrutural” brasileira: sujeitos mantidos sob controle político e simbólico, sem efetiva integração cidadã. Paulani (2017), por sua vez, demonstra que o Bolsa Família se insere em um contexto neoliberal mais amplo, no qual políticas compensatórias ocupam o lugar de transformações estruturais. Em vez de enfrentar a concentração de renda e a precarização do trabalho, o Estado passa a gerir a pobreza por mecanismos focalizados, reforçando a dependência dos pobres à lógica de mercado e à tutela governamental. Assim, o programa configura-se, simultaneamente, como conquista social imprescindível e como sintoma de um

Estado que, ao invés de universalizar direitos, mantém parcelas da população em condição de vulnerabilidade funcional à reprodução da ordem neoliberal.

Ainda que a vila já não apresente a mesma paisagem agradável do passado, o vínculo afetivo permanece inalterado para mim e para muitos moradores. Ao olhar para o lugar, não enxergo apenas a realidade atual, mas sobretudo a paisagem da infância, marcada por memórias de pertencimento e de amor. Esse sentimento, difícil de ser compreendido por quem está de fora, encontra ressonância na análise de Oliveira (2012), para quem a topofilia do agricultor resulta de uma fusão concreta entre corpo e território: músculos, cicatrizes e gestos cotidianos atestam a intimidade física com a terra. Essa relação não se reduz a uma metáfora, mas traduz a dependência material e simbólica do agricultor em relação ao espaço, que guarda suas memórias, experiências e esperanças. Ainda que a apreciação estética raramente seja verbalizada, ela constitui dimensão central dessa ligação profunda entre sujeito e território.

Figura 11 - Vila Tauari no presente: a) plantação de roça no quintal agroflorestal; b) Casas ao longo da estrada



Fonte: Registros da autora (2024)

O processo pelo qual passei foi extremamente desafiador e marcado por inúmeras dificuldades. Ainda assim, consegui reconstruir minha vida em outra cidade, onde atualmente sustento minha família atuando como professora contratada. Nos momentos mais críticos, enfrentamos racionamento de alimentos, que frequentemente escasseavam, comprometendo a nutrição de muitas famílias. Naquele período, eu já era mãe de uma filha e, após o abandono por parte do companheiro, retornei à casa dos meus pais, compartilhando com eles as dificuldades impostas pela situação de vulnerabilidade social.

A fragmentação do tecido territorial ocorre quando os agricultores são pressionados por interesses externos, especialmente de empresas madeireiras, mineradoras e grandes latifundiários. Apesar da ausência de reconhecimento formal quanto ao direito de uso da terra, os pequenos produtores resistiram à remoção, movidos não apenas pelas necessidades materiais de subsistência, mas também pelos laços afetivos e simbólicos construídos com aquele território ao longo do tempo.

3.5 Marcas profundas nas vidas dos diversos grupos sociais

As lembranças que guardo daquele lugar remontam à minha infância, período em que tudo parecia tranquilo e o conceito de conflito ainda me era distante — assim como a compreensão do papel que eu mesma desempenhava naquele contexto. Por essa razão, o processo de desintrusão que vivi na vila, embora tenha deixado cicatrizes profundas, não me imobilizou. De certo modo, consegui ressignificar essas marcas e reconstruir minha trajetória em outro território, onde hoje estou estabelecida. Entretanto, sei que muitos não tiveram a mesma experiência; para eles, as feridas abertas por esse processo permanecem sangrando, inscritas na memória, no sentimento de pertencimento e na dignidade de quem foi forçado a romper seus laços territoriais e comunitários. Esse trauma coletivo manifesta-se em múltiplas dimensões da vida social, afetiva e política dos envolvidos.

A anamnese dessas lembranças dolorosas só foi possível no contexto desta pesquisa. Ressalto, nesse sentido, o forte vínculo afetivo que meus irmãos e eu ainda mantemos com a vila. Mesmo vivendo em outras cidades, retornamos frequentemente a esse espaço, nutrindo uma conexão resiliente. A cada visita, reelaboramos nossos sentimentos, utilizando as memórias como ferramenta essencial para lidar com a ausência. Não esqueço minhas origens, tampouco deixo de projetar meu destino. Minhas raízes permanecem firmemente atadas àquele território, como se um fio invisível, mas palpável aos sentidos, nos mantivesse ligados. Trata-se de uma mescla de sentimentos que, embora permeada por dor e tristeza, é vivida com intensidade quase mística. Como afirma Oliveira (2012), a topofilia do agricultor nasce dessa intimidade concreta e simbólica com a terra.

A saída da vila representou uma ruptura dolorosa, deixando marcas indeléveis na memória e na trajetória de muitos. Contudo, esse deslocamento forçado também impulsionou o processo de reterritorialização, fortalecendo a consciência coletiva e a resistência diante das promessas vazias de políticos comprometidos com interesses alheios às necessidades da

comunidade. A seguir, apresento o relato do Sr. Maurício, ex-morador, que compartilha com emoção a experiência vivida após a desintrusão, revelando a saudade persistente da vila:

Rosa: Quais as lembranças que te marcaram?

Maurício: São tantas lembranças, eu lembro naquele tempo que nós não podia entrar mais na FUNAI (TI), aí eu, tu e os teus irmãos arrancava timbó (planta que causa efeito anestésico nos peixes) e nós ia embebedar os peixe pra poder ter o que comer. Lembro também naquele dia que os vizinhos já estava se arrumando pra invadir a aldeia, pensando que os índios tinha pegado nós, todo mundo armado com cartucheira, aí nós chegemo, bem na hora que eles estava saindo. Depois que saí do Tauari, foi difícil ainda não me acostumei foi só sofrimento, me sinto aturduado (desorientado). Até hoje eu sinto falta, porque quando eu morava no Tauari, não tinha necessidade de comprar tudo, por exemplo: farinha, açaí, arroz, feijão, eu tinha da lavra, hoje já não bebo açaí porque não tenho condição de comprar. Sinto falta de tudo, principalmente dos amigos da minha família que se separaram e moraram em lugar diferente. Me lembro da fartura que existia antes de nós perder a terra, naquele tempo, eu não era pobre, agora eu sou, porque quando compro as coisas é de quilo, uma fruta, um peixe, isso quando aparece dinheiro. Porque, como vivo doente, não tenho mais como trabalhar e meu benefício nunca foi aprovado, tudo é diferente. Quando morava no Tauari, não tinha dinheiro, mais tinha os produtos, agora já não tenho dinheiro e nem a fartura. Moro em outro lugar, mais nunca esqueci o Tauari, até o mormaço (clima) aqui é diferente do de lá. Lá, quando faltava alguma coisa, o vizinho arrumava, aqui, quando não tenho, não como, nem vizinho tenho mais, tô igual a música do Bartô Galeno, só lembrança choro no final (Relato concedido pelo Sr. Maurício, 2025).

Fomos constantemente rotulados e associados à criminalidade pelo simples fato de não dispormos de alternativas de trabalho e de ocuparmos terras consideradas ilegais, embora essas fossem nossa única forma de sobrevivência. Assistimos, impotentes, à perda de muitas vidas de agricultores e pais de família, sem que houvesse responsabilização efetiva dos culpados. Enfrentamos a fome em um território que antes simbolizava abundância e sustento, e muitos foram obrigados a recorrer ao que lhes pertencia para continuar vivendo — sofrendo, contudo, a criminalização por isso.

Essas lembranças permanecem não apenas em minha memória, mas também na de inúmeras famílias que foram diretamente impactadas pelo processo de desintrusão. Um exemplo é Valter, morador que optou por permanecer na vila, mesmo sem poder realizar atividades produtivas dentro da TI. Ele pertence à família do meu ex-companheiro, cujo lote sempre foi tradicionalmente amplo, circunstância que possibilitou o cultivo, ainda que em condições adversas, de maniva e feijão nos quintais. Em nossos diálogos, Valter compartilha as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos e descreve como tem sido sua vida desde a desintrusão, evidenciando as marcas deixadas por esse processo e a luta cotidiana pela sobrevivência em meio às restrições impostas.

Rosa: Como vocês conseguiram se adaptar sem poder trabalhar na TI?

Valter: [sic] não foi fácil, mas graças a deus ninguém morreu de fome, o mais difícil que achei foi ter que dividir um pouco de comida com todo nós, como muito, quando vi que nós não podia entrar na FUNAI, tratei de plantar logo macaxeira, jerimum, maxixe, feijão e um pouco de maniva no lado de casa, aí tinha o açaí, as galinhas hoje nem como mais injuei, sinto falta mesmo é da minha fartura de roça, hoje, as vezes, quando faço farinha, é tão pouco que ponho de molho na caixa d'água, só pra nós comer. Arranco um pé de roça e planto outro no lugar, meu quintal é pequeno, num tem espaço que nós tina na FUNAI, quando vô no rio e vejo o tanto de terra sem nada, me dá tristeza. Pra quê eles (indígenas) quer tanta terra? sem ter nada plantado? Nós passamos muita fome, mas nós ia pra onde? Ficamos foi aqui! Os que saíro, muitos voltaram, o que nós ia fazer? Fumo escapando com um peixin, galinha caipira até as manivas do quintal dá de fazer farinha. Trabaivava nas casa de família em Belém, voltava, fazia uma feira, passava um tempo aqui, depois ia pra Belém de novo e assim fui escapando até agora. Aí fiz um bolsa família melhorou um pouco, fui criando galinha vendendo, plantando maniva, macaxeira, apanho açaí, vendo, sei que não morri de fome (risos). Agora tá mais perto de me aposentar, aí é que não morro mesmo mais de fome, mas a gente se revolta porque os políticos num olha pra pobre as veis eu penso que nós num sabe é votar. (Relato concedido por Valter, 2025).

Relatos como este revelam a profunda dor vivida por inúmeras famílias — incluindo a minha — que passaram por um processo traumático, no qual o principal meio de subsistência, o alimento, lhes foi negado. Diante da escassez e da ausência de alternativas, muitos se viram obrigados a recorrer a práticas consideradas ilegais, como pequenos furtos, apenas para garantir sua sobrevivência. A fome, nesse contexto, emergiu como obstáculo severo, capaz de enfraquecer a razão e ferir a dignidade humana.

Esse processo não afetou apenas os agricultores. Os indígenas Tembé também desempenharam um papel central, ora como vítimas — quando seus territórios foram historicamente invadidos e violados —, ora como agentes de resistência, pressionando a FUNAI pela implementação da desintrusão. Contudo, é imprescindível destacar que os impactos foram particularmente graves para esse povo: muitos perderam suas vidas devido às doenças trazidas pelos não indígenas, resultando em um quadro de dizimação e de profunda vulnerabilidade social. O povo Tembé, assim como diversos outros grupos originários da Amazônia, foi coagido por agricultores, posseiros, meeiros, fazendeiros, madeireiros e, sobretudo, pelo próprio Estado (Alonso, 1999), que historicamente invisibilizou suas demandas e promoveu sua desterritorialização.

Deixo claro que não sou contrária à desintrusão das terras indígenas, mas reprovoo a irresponsabilidade e a parcialidade com que foram tratados todos os grupos menos favorecidos que também ocupavam o território. Esses grupos, em grande medida, contribuíram para a construção econômica e sociocultural do país, inclusive sendo descendentes da mão de obra escravizada que sustentou o sistema capitalista opressor. Como observa Florestan Fernandes, o

sistema escravocrata consolidou na sociedade brasileira uma desigualdade estrutural profunda e de difícil superação (Fernandes, 2008).

Os impactos sociais e estruturais ultrapassaram as famílias diretamente atingidas e comprometeram toda a região. Mesmo antes da diminuição da população, a infraestrutura local já era insuficiente; com o êxodo dos moradores, a situação piorou consideravelmente. Atualmente, a vila Tauari conta com três igrejas — católica, Assembleia de Deus e adventista — e apenas uma escola que oferece ensino até o 5º ano do ensino fundamental. Essa escola, no entanto, funciona de maneira precária, com turmas multisseriadas, nas quais estudantes de idades e níveis distintos são reunidos em uma única sala, sob a responsabilidade de um único professor ou professora.

Essa condição limita severamente o processo de aprendizagem, gerando lacunas significativas na formação dos estudantes. Sem uma educação de qualidade, torna-se inviável desenvolver o pensamento crítico indispensável para a transformação social. A ausência desse direito fundamental perpetua desigualdades históricas e mantém a comunidade presa a um ciclo de estagnação, em que a falta de conhecimento impede avanços coletivos.

Além disso, a infraestrutura da vila está fortemente condicionada ao calendário eleitoral. Frequentemente, os investimentos só aparecem em períodos de campanha, quando candidatos ou seus representantes realizam serviços superficiais, como a raspagem do solo do ramal, que logo se deteriora diante das fortes chuvas da região. Em 2025, sob a gestão do prefeito Marcondes, o vereador Lauro conseguiu aprovar um projeto para a construção de um posto de saúde na vila. Entretanto, até o momento, não há qualquer previsão para o início das obras, o que evidencia a lentidão e a precariedade na implementação das políticas públicas locais.

Outro aspecto crítico refere-se à ausência de transporte coletivo, que obriga os moradores a utilizarem meios próprios, como motocicletas e bicicletas, para se deslocarem. Em datas específicas, como nos dias de pagamento das aposentadorias, é necessário alugar veículos particulares para transportar os beneficiários até a sede municipal de Garrafão do Norte, distante cerca de 10 quilômetros da comunidade. Essa situação evidencia tanto a exclusão socioespacial sofrida pelos habitantes da vila quanto a fragilidade da administração pública em assegurar direitos básicos de mobilidade e acesso a serviços essenciais.

Apesar das dificuldades, a vila é atravessada por pequenos igarapés, que hoje funcionam como atrativos naturais valorizados por pessoas com maior poder aquisitivo. Esses espaços frequentemente se transformam em áreas de segunda residência para indivíduos financeiramente mais favorecidos, sejam eles moradores antigos que permaneceram após a desintrusão ou novos habitantes vindos de municípios vizinhos. Em geral, trata-se de famílias

com maior estrutura socioeconômica, como é o caso da família Queiroz, fazendeiros com imóveis e empreendimentos em outras cidades, mas que sempre mantiveram residência na vila (Figuras 12). Atualmente, esse grupo chega a alugar suas propriedades a visitantes urbanos, que buscam tranquilidade e refúgio da rotina estressante.

Enquanto, para esses moradores, o local se converteu em espaço de lazer e conforto, para outros — especialmente aqueles que sofreram a desinrusão — a vila representa a lembrança de um passado doloroso, marcado pela exclusão social e pela violação de direitos. Muitos chegaram à vila motivados pela esperança de construir uma vida digna, mas foram obrigados a deixar o território sem a garantia legal de permanência. Nesse contexto, o conceito de desterritorialização é fundamental para compreender a experiência desses sujeitos. Como explicam Haesbaert e Bruce (2002), a desterritorialização envolve não apenas deslocamentos forçados e conflitos territoriais, mas também a ruptura dos vínculos simbólicos, afetivos e históricos que os indivíduos mantêm com seus espaços de origem. Trata-se, portanto, de uma experiência que transcende a dimensão geográfica, atingindo a subjetividade, a memória e a identidade dos grupos afetados.

Figura 12 - Espaços da família Queiroz: a) casa; b) balneário.



Fonte: Registro da Autora (2024)

Por meio de diálogos formais e informais com especialistas que pesquisam a Amazônia, compreendo que os conflitos na região são motivados por fatores múltiplos e complexos. Entre eles, destacam-se os interesses políticos, o modelo de colonização dominante e racializado, historicamente imposto, e ainda questões estruturais mais amplas, cuja solução é frequentemente inviabilizada pela falta de compromisso dos governantes. Este trabalho,

portanto, propõe uma reflexão sobre nossas raízes e sobre as narrativas marcadas pela intolerância e pelo conflito com os povos indígenas, as quais, muitas vezes, desviam o olhar do verdadeiro desafio: o enfrentamento da dominação hegemônica que oprime, limita e obscurece a nossa compreensão coletiva.

Reconheço, ainda, a relevância de que a história da minha comunidade seja narrada a partir de quem dela faz parte, pois isso possibilita não apenas o registro das memórias locais, mas também a produção de reflexões mais profundas sobre os conflitos enfrentados pelos grupos historicamente marginalizados. Embora existam inúmeros estudos acadêmicos sobre o tema, grande parte privilegia a perspectiva indígena, enquanto os agricultores — grupo ao qual pertença — são frequentemente negligenciados, pouco ouvidos ou até invisibilizados. Nesse sentido, assumo a responsabilidade de ser a voz dos colonos que, apesar da luta e persistência, não conseguiram permanecer no território.

Foi justamente no contato direto com a terra e nos confrontos vividos que construí meu lugar de fala, tornando-me agente ativa desse conflito complexo. Importa sublinhar que nossa luta não se direciona contra outros grupos igualmente vulnerabilizados, mas contra o sistema opressor, que na maioria das vezes tem rosto e nome: o Estado e seus representantes — os quais, na concepção de Ratzel, podem ser comparados a um organismo complexo e altamente desenvolvido. É imprescindível que a academia compreenda essa disputa em sua totalidade, reconhecendo que se trata de um conflito que envolve múltiplos povos e realidades distintas, em que as minorias são sistematicamente prejudicadas.

O terceiro capítulo evidenciou as consequências da desintrusão na vila Tauari, revelando que a perda do território não representou apenas uma ruptura física, mas também uma profunda desestruturação social, econômica e afetiva para as famílias envolvidas. A precariedade das condições de moradia, a ausência de políticas públicas eficazes e a dificuldade de acesso a serviços básicos refletem a negligência histórica do Estado em relação a esses grupos tradicionais.

Ao mesmo tempo, ficou evidente que, mesmo diante da desterritorialização forçada, as relações afetivas e os vínculos simbólicos com o território persistem, manifestando-se na resistência e na busca contínua pela reterritorialização. Essa dinâmica reafirma o caráter multifacetado do território, que não se limita à dimensão geográfica, mas envolve memória, identidade e luta por direitos. Portanto, o capítulo reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam e incorporem essas dimensões, promovendo, de fato, justiça social e territorial para as populações atingidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a experiência dos colonos da Vila Tauari diante do processo de desintração, marcado por rupturas profundas nos laços comunitários, afetivos e territoriais. O ponto de partida foi a necessidade de dar visibilidade a uma história que, embora carregada de significados para os sujeitos diretamente envolvidos, tende a permanecer marginalizada nos registros oficiais. A investigação permitiu compreender como o deslocamento compulsório não se restringiu à perda da terra, mas representou também o enfraquecimento de redes sociais, a fragmentação de identidades coletivas e a sensação de injustiça diante da ausência de diálogo e da negligência estatal.

O percurso analítico desenvolveu-se em três dimensões complementares. A primeira tratou de compreender o campesinato e a centralidade da terra como eixo de organização material e simbólica da vida. Identificou-se que o território, para além de um recurso econômico, constitui-se como espaço de memória, identidade e pertencimento, elementos que conferem densidade à resistência camponesa. A segunda dimensão voltou-se para a formação da Colônia Tauari, destacando como o Estado, ao mesmo tempo em que incentivou a ocupação da área por migrantes, produziu contradições ao impor condições precárias de permanência e, mais tarde, ao conduzir a retirada sem considerar os impactos sociais de tal medida. A terceira dimensão concentrou-se no processo de desintração, revelando que, embora doloroso, ele não se configurou apenas como perda, mas também como ocasião em que emergiram estratégias de resistência, reorganização comunitária e recriação de vínculos de pertencimento.

A metodologia qualitativa adotada, apoiada no uso da memória e da escrevivência, representou um dos aspectos centrais da pesquisa. Ao valorizar as narrativas subjetivas, foi possível dar voz aos agricultores e resgatar experiências frequentemente silenciadas, sem abrir mão do distanciamento crítico necessário à análise. Reviver relatos de sofrimento e abandono implicou um exercício ético de escuta, mas também revelou a potência da memória coletiva como ferramenta de reconstrução histórica. A narrativa dos sujeitos evidenciou que, mesmo diante de processos de desterritorialização, persistem formas de resistência que reafirmam identidades, fortalecem vínculos e preservam histórias que de outra forma seriam invisibilizadas.

A análise empreendida mostrou ainda que os conflitos fundiários vividos em Tauari não podem ser compreendidos de forma isolada. Eles fazem parte de dinâmicas sociais mais amplas que atravessam a formação do campo brasileiro, nas quais interesses econômicos e políticos

sobrepõem-se sistematicamente aos direitos de populações vulnerabilizadas. Nesse sentido, a experiência de Tauari deve ser lida como expressão de contradições históricas entre projetos de desenvolvimento pautados na mercantilização da terra e a luta cotidiana de comunidades que buscam manter seus modos de vida e suas formas próprias de pertencimento.

Em síntese, este trabalho alcançou o propósito de resgatar e analisar criticamente a experiência de um grupo de agricultores que sofreu com a retirada forçada de seu território. Mais do que registrar perdas, evidenciou-se a capacidade de resistência e de reinvenção de uma comunidade que, mesmo diante da dor e da invisibilidade institucional, continua a elaborar estratégias para manter viva sua memória e reconstruir seus laços. A dissertação cumpre, assim, duplo papel: de um lado, oferece uma análise acadêmica sobre a complexidade dos conflitos fundiários; de outro, constitui-se como ato de devolutiva à comunidade, fortalecendo o reconhecimento de sua trajetória.

Como perspectiva futura, indica-se a necessidade de ampliar o olhar para outros contextos de desintrusão e de disputas territoriais, em diferentes regiões do Brasil. A comparação com outras experiências poderá contribuir para aprofundar a compreensão das dinâmicas de exclusão e resistência no campo, além de oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais. Ao apontar essa continuidade, reafirma-se que os colonos de Tauari não foram caso isolado, mas parte de um quadro mais amplo de desigualdades e disputas territoriais, cuja análise exige persistência investigativa e compromisso ético.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Agronegócio e povos tradicionais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 02 out. 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALONSO, Sandra. A disputa pelo sangue: reflexões sobre a constituição da identidade e “unidade Tembé”. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 93-113, 1999

ALONSO, Sandra. **Os Tembé de Guamá**: processo de construção da cultura e identidade Tembé. Rio de Janeiro 1996.

ARROYO, Miguel Darcio. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. *Rer. Sociol. Polít.*, Curitiba, 29, p. 63-78, 2007.

AZEVEDO, João Maria de. **Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, presidente da Província do Pará, em 15 de agosto de 1874, pelo vice-presidente da província, Dr. João Maria de Azevedo**. Pará: Typ. do “Liberal do Pará”, 1874.

BARBOZA, Myrian Sá Leitão *et al.* Sem As Plantas A Religião Não Existiria: Simbologia E Virtualidade Das Plantas Nas Práticas De Cura Em Comunidades Tradicionais De Terreiros Amazônicos (Santarém, Pa). **Nova Revista Amazônica**, v. 9, n. 3, p. 147-165, 2021.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: INCTI/UnB, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988). Título VIII – Da ordem social. Capítulo VIII – Dos índios. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 1988. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=231>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 307, de 29 de novembro de 1945. Reserva terras para os índios Tembé. *Diário Oficial da União: seção 1*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1945.

BRASIL. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**. Desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá chega à terceira fase. **Brasília: FUNAI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai>. Acesso em: 15 set. 2025.**

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Índios e quilombolas de Oriximiná se reúnem com presidenta da Funai**. Brasília: FUNAI, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2013/indios-e-quilombolas-de-oriximina-se-reunem-com-presidenta-da-funai>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Justiça Federal (Seção Judiciária do Pará). **Processo n.º 2002.39.00.009976-8. Reintegração de posse da Terra Indígena Alto Rio Guamá.** Sentença de jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023.** Dispõe sobre o Programa Terra da Gente e trata da regularização fundiária de imóveis situados em terras públicas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114701.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 nov. 1964.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância em saúde: volume único.** 5 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-unico/view>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá chega à terceira fase. Brasília: MPI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpi>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Procedimento Administrativo n.º 1.23.006.000117/2013-14: Ações na Terra Indígena Alto Rio Guamá.** Brasília, DF: MPF, 2024a.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade/Joel Candau:** tradução de Maria Leticia Ferreira. 8ª reimpr. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos indígenas no Brasil: 1981/1985.** São Paulo: CEDI, 1985.

CISOTTO, Maria Fernanda. Sobre Topofilia, de Yi-Fu Tuan. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 94-97, 22 jul. 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Editora 34, Vol. 5. Rio de Janeiro, 1997.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2010).** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

DODT, Gustavo. **Os Tenetehara.** Belém: [s.n.], 1939.

DOL Carajás com Ascom Gov.BR. Governo inicia nova desintrusão de Terras Indígenas no Pará. 2023. Disponível em: <https://dol.com.br/carajas/noticias/para/830213/governo-inicia-nova-desintrusao-de-terras-indigenas-no-para>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DOURADO, Adriana Maria. **Identidade e território: tradições e traduções nos assentamentos rurais.** VIII colóquio internacional, 2014. Disponível em: http://anais.educonse.com.br/2014/identidade_e_territorio_tradicoes_e_traducoes_nos_assentamentos_r.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

ECAM. **Plano de Gestão Terra Indígena Alto Rio Guamá.** ECAM: Brasília. p. 1 - 106, 2018. EUFRÁSIO M., G; FIGUEIREDO M., A. **Garrafão do Norte: Sua gente, sua história, ocorrências.** Universidade do Sagrado Coração: SP, 1997.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Lima C.; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** 1. ed. v. 1. São Paulo: Itáú Social, 2020. p. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>.

FAERMAN, Lia. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas** - universidade de Taubaté (UNITAU). Brasil, v. 7, n. 1, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.

FUINI, Lucas L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FUNAI. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Terra Indígena Alto Rio Guamá.** Brasília, DF: FUNAI, 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Encerrada primeira fase de desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá.** Brasília: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/encerrada-primeira-fase-de-desintrusao-da-terra-indigena-alto-rio-guama>. Acesso em: 04 jun. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Terras Indígenas: Dados Geoespaciais e Mapas.** Imagens de mapas para o estudo em 2024. Disponível em: <https://acervofundiario.incr.gov.br/acervo/login.php> Acesso em: 22 nov. 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** [s.l.]. 1989.

GLUCKMAN, Max. Custom and conflict in Africa. **Oxford: Basil Blackwell, 1958.**

GOOGLE EARTH. **Imagens de mapas em 3D para o estudo em 2024.** [S. l.]: Google, 2024. Disponível em:

<https://earth.google.com/web/search/Vila+Tauari,+Capit%C3%A3o+Po%C3%A7o+-+PA/@-1.640528,-47.0631056,62.94150345a,844.85182719d,35y,0h,0t,0r>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GUATELLI, Igor. Movimentos [des] territorializantes e outra democracia: intrusões extrusivas. **Revista V! RUS**, v. 1, n. 24, 2022.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J., O.; OLIVEIRA, L. V. **Narrativa memorialística como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais**. MOREIRA, JO; KIND, L. Pesquisas com narrativas nas ciências humanas: Psicanálise, Psicologia Social, Sociologia e História. Porto Alegre: ediPUCRS, 2022, 19-50 p.

HAESBAERT R. A; BRUCE G. Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Traduzido do original francês. LA MEMOIRE COLLECTIVE, 2 ed. São Paulo (SP): Editora Revista dos tribunais Ltda, 1990.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. The new imperialism. **Oxford: Oxford University Press, 2003**.

HOOKS, Bell. **Comunhão: a busca das mulheres pelo amor**. Tradução de Júlia Dantas. Prefácio de Lívia Natália. São Paulo: Elefante, 1. ed., 2024. 288 p.

HOOKS, Bell. **Salvação: pessoas negras e o amor**. Tradução de Vinícius da Silva. Prefácio de Nina Rizzi. São Paulo: Elefante, 1. ed., 2024. 252 p.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021. 272 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Organização do Território**: Classificações Territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio.html>. Acesso em: 03 jun. 2025.

LAVINAS, Lena. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013.

LOPES, Aline Marinho: Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, 2014, 286-309p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. 2 e 3 ed. Belém: Ed. Cejup, 2001 e 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. 4 ed. – Belém-PA: Cultura Brasil, 2019.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Invasão de posseiros e garimpeiros em Terra Yanomami (RR)**. Fiocruz/ENSP. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista de Antropologia**. v. 44, n. 1, p. 331-334. DOI: 10.1590/S0103-20701999000200007, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (orgs.).., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB. p. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2, 2011.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **Desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá chega à terceira fase**. Brasília: Governo Federal, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/desintrusao-da-terra-indigena-alto-rio-guama-chega-a-terceira-fase>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA Nº 0000355-62.2012.4.01.3900**. Belém- PA. NÚCLEO DOS POVOS DA FLORESTA, DO CAMPO E DAS ÁGUAS - 16º OFÍCIO, 2024b.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **RECOMENDAÇÃO Nº 02/2024**. Belém- PA. NÚCLEO DOS POVOS DA FLORESTA, DO CAMPO E DAS ÁGUAS - 16º OFÍCIO, 2024a.

MOLINA, Guilherme L. O que podemos aprender com mulheres Quilombolas? Um estudo sobre práticas cotidianas e o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de uma comunidade remanescente Quilombola. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 17-37, 2022.

NAHUM, João Santos .*et al.* **Território, campesinato e dendeicultura na Amazônia: um olhar sobre a mesorregião de Tomé-Açu**. GPTA/UFPA, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, jul. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão agrária no Brasil: não reforma agrária e contrarreforma agrária no governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, L. **Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** DIFEL. Tradução: 2012.

ONU Brasil. **No Pará, ONU Brasil participa da cerimônia de devolução da Terra Indígena Alto Rio Guamá.** Brasília: Organização das Nações Unidas, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/238642-no-pará-onu-brasil-participa-da-cerimônia-de-devolução-da-terra-indígena-alto-rio-guamá>. Acesso em: 04 jun. 2025.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. ONU acompanha ações de proteção e garantia de direitos dos povos indígenas no Brasil. **Brasília: ONU, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 15 set. 2025.**

PAULANI, Leda. **Capitalismo e neoliberalismo no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul/dez 2014.

PETI – Projeto de Educação Tutelar Indígena. **Relatório da Reserva Indígena Alto Rio Guamá.** Belém: PETI, 1990.

PONTE, Verônica dos Santos. Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro! “Saúde diferenciada”, território e indianidade na ação pública local. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Repositório Institucional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia**, UFPA, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROCHA, Sonia. *Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RODRIGUES, João Barbosa. **Investigações sobre os indígenas do Brasil.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

SALES, Fátima de Souza. **A colonização dirigida no Pará: a experiência da Colônia Agrícola de Mojú.** Belém: NAEA/UFPA, 1998. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1998.

SALES, Fátima de Souza. **Território e identidade: os Tembé do Alto Rio Guamá.** Belém: NAEA/UFPA, 2000.

SALES, Noemi Pires de. **Pressão e Resistência: Os Índios Tembé-Tenetehara do, -Alto Rio Guamá e a Relação com o Território –** Belém: UNAMA, 1999.

SANTOS, Francine de Souza. **Conflito entre os Temb -Tenetehara e os posseiros no nordeste paraense: impactos de uma proposta de sobreposi o territorial**. 2023. Disserta o (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01032024-201943/>. Acesso em: 03 maio 2025.

SANTOS, Zenaira. A descoloniza o do conhecimento: uma análise da dinâmica territorial em Nego Bispo, um intelectual quilombola. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.4861-4871 Jan 2021, jul/2023.

SCOTT, James. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance. **New Haven: Yale University Press, 1985**.

SHANIN, Teodor. A defini o de camponês: conceitua es e desconceitua es – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-48.

SILVA, Gabriela Ferreira. A memória coletiva. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 247–253, 2016.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**. In: MORAES FILHO, E. (org.). Simmel. São Paulo:  tica, 1983.

SOARES, Samuel José. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**. Montes Claros, v.1, n. 3, p. 168-180, jan/dez-2019.

SOUSA, Ad lia Soares; OLIVEIRA, Geovana Silva; ALVES, Lucas Henrique. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUSA, Emanuela Silva; BISPO, Mariana Oliveira. Território, memória e resistência: lutas femininas da comunidade quilombola dona Juscelina-Muricilândia/TO. **revista da anpege** <https://doi.org/10.5418/ra2023.v19i38>. 2023.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STAUFFER, David H. Origem e funda o do Serviço de Prote o aos  ndios. **Revista de História**, v. 18, n. 37, p. 73-96, 1959.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percep o, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

TURNER, Victor. Schism and continuity in an African society: a study of Ndembu village life. **Manchester: Manchester University Press, 1957**.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Petrópolis: Vozes, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

XAPURI BRASIL. Cesto indígena cargueiro em fibra natural Jamaxi. Xapuri Brasil – Arte Popular, 2024. Disponível em: <https://xapuribrasil.com.br/produtos/cesto-indigena-cargueiro-em-fibra-natural-jamaxi/>. Acesso em: 22 nov. 2024

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE CONVERSA COM AGRICULTORES

1. Nome:
2. Idade:
3. Quando você saiu da vila Tauari? Foi para onde?
4. Você pode contar um pouco de suas lembranças do período antes da desintrusão?
5. Como era sua relação com os indígenas?
6. O que você pensa sobre os conflitos de terras que aconteceu aqui?
7. Qual alternativa você acha que seria mais viável no lugar da desintrusão dos agricultores?
8. No seu entendimento, seria possível indígenas e colonos ocuparem o mesmo espaço, convivendo no mesmo território?